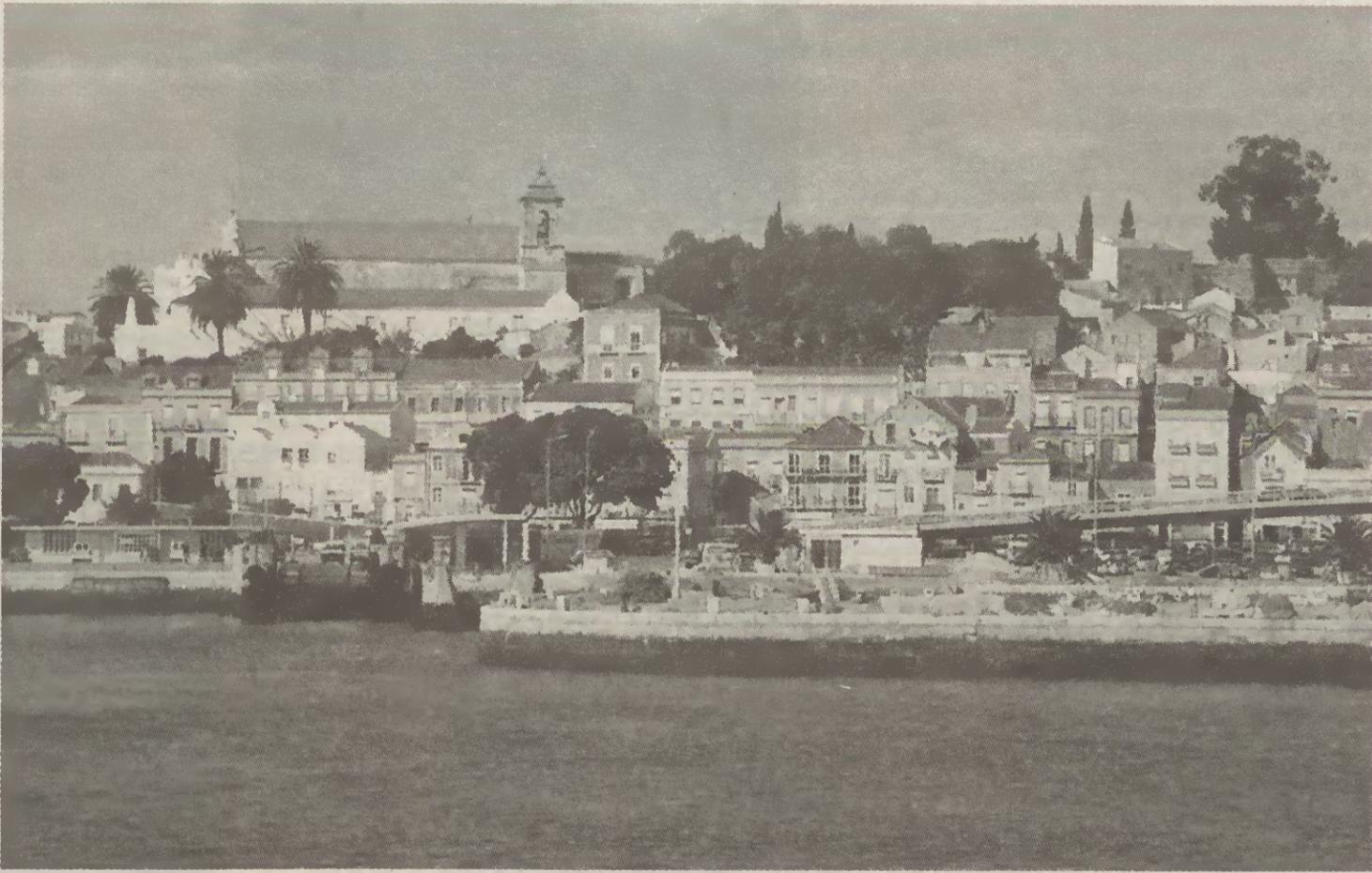


Adiante!

Apresentados cabeças de lista da CDU a Setúbal e Palmela

É para ganhar!



Carlos Sousa, actual presidente da Câmara de Palmela, é o cabeça da lista CDU a apresentar em Setúbal. Para ganhar e afastar assim a incompetência do PS à frente daquela autarquia. Ana Teresa de Sá encabeça a lista de Palmela. Para prosseguir o bom trabalho realizado.

Págs. 5 e 6

Encontro europeu de movimentos de paz

Nas mãos de todos nós a mudança urgente

«Os movimentos que integramos têm a obrigação de estabelecer novas formas de cooperação», lembrou Domingos Lopes, vice-presidente do CPPC, no Encontro Europeu de Movimentos de Paz, que decorreu em Lisboa no passado fim-de-semana. Uma cooperação que dê mais força à exigência da paz na Europa e no mundo.



Marcha da Rota 2001

Por uma Península Ibérica livre de bases militares estrangeiras e de armas nucleares.

Centrais

Fecho da Siderurgia

Portugal já não tempera o aço

O alto forno da Siderurgia encerrou e mais de cinco centenas de trabalhadores vão sair. Sobre o assunto, o secretário-geral do PCP dirigiu um requerimento a António Guterres.

Pág. 19

Viana do Castelo

Carvalhas visita Estaleiros

Carlos Carvalhas, acompanhado de Albano Nunes e de dirigentes regionais e locais do Partido, visitou os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, onde foi recebido pela Administração.

Pág. 11

«Retórica não resolve»

Alternativa é necessária

A Comissão Política do CC do PCP considerou, na segunda-feira passada, que «o descrédito e o declínio» do Governo continuam a acentuar-se, «apesar dos esforços e de uma aparente autocritica».

Pág. 8

Avante!

Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ªA, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00

EUROPA
50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600\$00

GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU
50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



CDU apresenta candidatos a Palmela e Setúbal

Resumo

14 Quarta-feira

Capoulas Santos, ministro da Agricultura, anuncia o abate de dois bovinos provenientes da Holanda que apresentavam anticorpos da febre aftosa • Em protesto contra a criação de institutos universitários por parte do Governo, 14 institutos políticos encerram as portas • O director da Lusoponte garante ao DN que a Ponte Vasco da Gama «é a mais segura do País» • Um copo de sangue é deixado em frente do Ministério do Interior da Ucrânia em sinal de protesto contra a forma violenta como a polícia reprimiu uma manifestação.

15 Quinta-feira

A maior plataforma petrolífera do mundo sofre três explosões e começa a afundar-se • Uma delegação da FLEC é expulsa do Parlamento Europeu em Estrasburgo • Recomeçam em Tetovo, no Noroeste da Macedónia, trocas de tiros entre os separatistas albaneses e as forças macedónias • Um avião russo é desviado e obrigado a aterrar na cidade sagrada de Medina • O matadouro da Maia envia um bovino para o Laboratório Nacional de Investigação Veterinária por suspeitar de contaminação de febre aftosa.

16 Sexta-feira

Uma delegação de dirigentes da Fenprof entrega ao secretário de Estado do Ministério da Educação um documento com as primeiras 2500 assinaturas sobre o incumprimento relativo a remunerações das carreiras docentes do ensino superior • Morrem três pessoas na operação de resgate efectuada ao avião russo pelas forças especiais sauditas • Um oficial da Força Aérea dos EUA anuncia o fecho de uma das cinco bases americanas na Bósnia • Em Gaza, soldados israelitas matam mais um palestino • Após um encontro com o presidente Bush, o primeiro-ministro irlandês, Bertie Ahern, afirma-se convicto da vontade da administração americana em se implicar no processo da paz para a Irlanda do Norte.

17 Sábado

Carlos Blanco de Morais, membro do Conselho Superior da Magistratura, defende a reintrodução da prisão perpé-

tua em Portugal • No Japão, José Ramos Horta, ministro dos Negócios Estrangeiros de Timor-Leste, admite o adiamento da proclamação da independência até 2002 • Na China, segundo um balanço feito nos vários hospitais do país, os quatro atentados que ocorreram em Shijiazhuang fizeram 110 mortos.

18 Domingo

Os estudantes do ensino superior voltam a encerrar as facultades em protesto contra a política educativa do governo • Os pastores transmontanos exigem o encerramento imediato das fronteiras enquanto se mantiver a ameaça do surto da febre aftosa • Pela primeira vez em mais de um século, Paris tem um presidente de câmara socialista, Bertrand Delanoë • A ETA faz mais um atentado com carro armadilhado e mata um polícia • O presidente ucraniano, Leonid Kuchma, destituiu o ministro do Interior por alegado envolvimento na morte de um jornalista.

19 Segunda-feira

O Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas concorda com as reivindicações dos estudantes do ensino superior no que diz respeito à melhoria da qualidade pedagógica • Em Bruxelas, Capoulas Santos, ministro da Agricultura, decide reduzir ao mínimo a entrada de animais vivos em Portugal como forma de prevenção para a febre aftosa • O presidente guineense, Kumba Ialá, exonera o primeiro-ministro, Caetano Intchamá.

20 Terça-feira

Inicia-se o resgate do autocarro acidentado em Entre-os-Rios • A CDU apresenta em Setúbal os candidatos à presidência da Câmara e Assembleia Municipal daquele concelho • A Macedónia lança um ultimato aos rebeldes albaneses e dá-lhes a hipótese de «deporem as armas e de se renderem ou abandonarem o país» • Froilán Elespe Inciarte, adjunto do presidente da Câmara em Lasarte, é assassinado pela ETA • Faustino Imbali é nomeado primeiro-ministro da Guiné por decreto presidencial • A plataforma «P-36» afunda-se a 125 quilómetros do litoral do Rio de Janeiro.

Aconteceu

Resgate do autocarro em Entre-os-Rios

Eram cerca das 16 horas e 30 minutos quando o autocarro acidentado na tragédia de Entre-os-Rios emergiu depois de uma primeira tentativa que se viu frustrada.

A operação de resgate do autocarro teve início pela manhã de terça-feira trazendo na primeira tentativa de içar o veículo apenas a longarina que cedeu perante a pressão exercida.

Depois dos cabos terem sido amarrados aos semieixos da viatura, o resgate foi um sucesso ficando o autocarro parcialmente retirado do rio.

Confirmada a existência de corpos dentro do autocarro, os mergulhadores iniciaram a operação de resgate recuperando alguns cadáveres que foram de seguida encaminhados para a morgue improvisada no local do resgate.

O secretário de Estado da Administração Interna afirmou que os trabalhos iriam continuar até serem retirados todos os corpos visíveis. Mas por falta de condições de segurança as buscas foram suspensas por volta das 22 horas desse dia.

As vítimas até então resgatadas já foram identificadas e juntam-se assim às primeiras oito vítimas resgatadas nas praias da Galiza.



Bolsa de Lisboa em baixa

O PSI20, principal índice da Bolsa de Valores de Lisboa, regista uma desvalorização de 0,78 por cento face à sessão anterior fechando nos 9938,97 pontos, o que não acontecia desde Outubro de 1999.

Esta situação leva os analistas a considerarem que, desde o início do ano, o principal indicador do mer-

cado português apresenta um prejuízo de 4,4 por cento. Um analista referia ao *Diário Económico* que «o mercado está muito deprimido» não se vendo «melhorias a curto prazo».

Em Lisboa, outro problema se põe - a falta de liquidez está a empurrar as cotadas para mínimos do ano, tendo 10 títulos batido o recorde de baixa na

sessão de segunda-feira.

Quanto à empresa Jerónimo Martins, desde o início do ano que regista uma queda de 30,1 por cento o que se deve, segundo os investidores, à falta de diálogo existente entre a empresa e o mercado. O BCP fechou abaixo dos 5 euros e bateu um novo mínimo nos 4,96 por cento.

Guiné-Bissau nomeado

novo primeiro-ministro

O primeiro-ministro guineense, Caetano Intchamá, foi exonerado na passada segunda-feira pelo presidente Kumba Ialá.

O presidente da Guiné-Bissau tomou esta medida alegadamente no interesse do país, visando «conferir maior estabilidade» assim como uma «nova dinâmica à governação».

Kumba Ialá iniciou entretanto consultas com os partidos políticos visando encon-

trar um sucessor a Caetano Intchamá. Faustino Imbali, ministro dos Negócios Estrangeiros, foi o nome que surgiu no decorrer destas consultas.

Embora este ministro não tenha reunido a confiança dos principais partidos da oposição, nomeadamente do PAIGC, que o considera também responsável pelo estado do país, recaiu sobre ele a escolha do presidente, que antecedeu o nomeou para o cargo.



Condenações no caso Elf

O Ministério Público francês decidiu, no âmbito de um dos processos da Elf, condenar o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Roland Dumas, a dois anos de prisão assim como a uma multa de 750 mil contos.

Juntamente com o ex-ministro foram também condenadas mais três personalidades envolvidas neste caso: Loik Prigent, Alfred Sirven e Christine Joncour.

Para Loik Floch Prigent, ex-presidente da petrolífera, o procurador pediu uma pena de cinco anos de prisão, assim como para Alfred Sirven, ex-vice-presidente.

Quanto a Christine Deviers-Joncour, antiga amante de Roland Dumas, foi pedida uma pena de três anos. Christine é acusada de oferecer vários presentes a Dumas, todos eles pagos com dinheiro pertencente à Elf.



A plataforma «P-36» afundou-se

A maior plataforma de produção de petróleo do mundo, a «P-36», afundou-se na quarta-feira contrariando assim a esperança do presidente da Petrobrás que nesse mesmo dia tinha anunciado a sua estabilidade.

A «P-36» levou cerca de dez minutos a submergir levando nos seus tanques cerca de 1,5 milhões de litros de crude. A catástrofe ecológica prevista por Carlos Abreu Mendes, coordenador regional do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais), caso a «P-36» se afundasse, já se começou a vislumbrar com algumas manchas a aparecerem à superfície da água. Resta agora aos técnicos da Petrobrás evitar que o petróleo bruto se espalhe no oceano, apesar de ser uma acção com poucas probabilidades de êxito.

Para a Petrobrás, «não há perigo» de uma eventual maré negra mas o secretário para o Ambiente, do Rio de Janeiro, André Correia, garante que se os ventos forem favoráveis, além da maré negra, a mancha poderá atingir o litoral dentro de 200 horas.

Crónica Internacional

• Domingos Lopes

Por uma Europa de paz

No último fim-de-semana a cidade de Lisboa, a capital do país de Abril, foi também a cidade onde acorreram movimentos da paz da Europa. Convocado pelo CPPC, como coordenador dos movimentos da paz filiados no Conselho Mundial da Paz, o encontro debateu o novo conceito estratégico da NATO e a guerra na Jugoslávia, a militarização da União Europeia e a corrida aos armamentos nucleares. O Encontro teve também a participação de movimentos da paz que não estão filiados no CMP, mas que colaboram com esta estrutura e estão disponíveis não só para o debate comum sobre os temas enunciados, mas também para feita a análise partir para acções comuns que contribuam para libertar o continente europeu e o mundo dos malefícios do militarismo e do belicismo.

A Europa e o mundo caminham para uma militarização

Para os participantes os factos não deixam margem para dúvidas: a Europa e o mundo caminham para uma militarização com vista ao domínio dos povos e dos países. O primeiro responsável por esta política: os EUA. E logo de seguida a própria União Europeia que não só aceita

essa hegemonia, como se propõe fazer da sua política militar um auxiliar desse domínio.

Foram carreados para o debate elementos de verdadeiro peso no que concerne a esta alegação.

Os EUA impuseram a guerra da Jugoslávia (vai fazer, no dia 24, dois anos) antes de ser aprovado o novo conceito estratégico da NATO, ou seja, na prática impuseram o novo conceito, pois intervieram em violação da Carta das Nações Unidas, e fora da zona do Tratado, tal como estabelece o novo conceito.

Tratou-se, na verdade, como referiu o presidente da Assembleia Geral da ONU, o uruguaio Operti, de um **golpe de Estado mundial**.

E a guerra, como se retira da actual situação e da guerra levada a cabo pelos terroristas albaneses do UCK, não trouxe paz nem harmonia. Conduziu à limpeza étnica dos sérvios do Kosovo, e ao início de uma nova desestabilização da Jugoslávia, da Macedónia e da região. Ninguém sabe neste momento o que se vai passar nos próximos tempos nos Balcãs.

Durante a guerra na Jugoslávia a própria utilização de munições de urânio empobrecido também visa testar a opinião

pública para a ganhar para a ideia da utilização das armas nucleares.

A militarização da União Europeia é evidente depois das decisões da Cimeira de Nice que apontam para a criação de um conjunto de órgãos militares e a constituição de um exército europeu com sessenta mil homens, prontos a intervir onde a NATO e os EUA não quiserem.

A militarização do espaço através da Defesa Antimísseis dos EUA cria uma nova corrida às armas nucleares e visa dar aos EUA um poder absoluto sobre o planeta. E naturalmente não deixará de ter imediatas repercussões na política de defesa da Rússia, China e outros estados.

Com efeito, a decisão do presidente Bush de pôr em causa os acordos ABM e procurar a todo o custo esta nova e substancial vantagem nuclear só pode deixar os povos e o mundo à beira de novos perigos para a paz e a estabilidade.

Mas também não deixa de ser um facto que, apesar de todos estes terríveis factos, o Encontro manifestou a esperança que denunciando e lutando os povos podem deter estes projectos políticos. Não há fatalismo. É preciso responder. E a resposta começa já em 1 de Abril com a **Marcha da Rota, em Puerto de Santa Maria, contra as bases militares estrangeiras e por uma Península Ibérica livre de armas nucleares**. O Encontro aprovou um apelo à participação de todos os movimentos naquela marcha.

Foi também aprovado fazer nos dias 12 e 13 de Outubro uma jornada de acção contra a militarização europeia. Naqueles dois dias reunir-se-ão em Bruxelas os ministros da Defesa da UE. É preciso que a opinião pública responda com uma grande manifestação contra o rumo militarista da UE. **Há que lutar e defender outra Europa: a dos povos, da paz, da cultura e da cooperação.**

Editorial

DO LADO DE QUEM TRABALHA

Relembrar e reflectir sobre um passado de que legitimamente nos orgulhamos e, em simultâneo, responder e dar combate aos problemas do presente, constitui a forma mais justa e adequada de comemorar o 80.º aniversário do PCP. Como a realidade evidencia todos os dias, não é só pelo seu passado singular de luta contra o fascismo, pela liberdade e pela democracia, pela defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, do povo e do País que o PCP marca a diferença em relação a todos os outros partidos nacionais. Essa diferença é visível, igualmente, no seu presente singular no quadro partidário existente, na sua intervenção na vida nacional, no seu empenhamento numa luta norteada pelos objectivos, princípios e valores que sustentam os oitenta anos da sua vida.

A campanha junto dos trabalhadores levada a cabo pelo PCP, de 15 a 31 de Março, visando nomeadamente melhores salários e mais segurança no trabalho, é disso um exemplo flagrante. Com efeito, nenhum outro partido português está *vocacionado* para uma iniciativa deste tipo – o que significa que aquilo que basicamente

“Na ligação aos trabalhadores reside a fonte de força essencial do Partido”

marca a diferença entre o PCP e os restantes partidos é a sua natureza de classe, a sua condição de partido da classe operária e de todos os trabalhadores, o seu posicionamento permanente, no passado como no presente, do lado de quem trabalha. Diferença que conta com oitenta anos de existência e está para durar.

Para os defensores da política de direita – quer se trate dos seus executores, quer se trate dos seus apoiantes (ainda que disfarçados de oposição), quer se trate da generalidade dos comentadores com lugar cativo na comunicação social dominante – os problemas e a situação dos trabalhadores são sempre vistos na óptica dos interesses do grande capital. A «competitividade» e a «produtividade» das empresas, apresentadas como componentes essenciais do «desenvolvimento», são vistas na exclusiva perspectiva dos lucros e assentam sempre não só na contenção como na redução dos salários e na limitação dos direitos dos trabalhadores, ou seja no aumento da exploração. Trata-se, afinal, da tão apregoada «modernidade» com que se enfeita o conceito de democracia dominante – uma democracia que se esgota no essencial nas liberdades políticas (e mesmo essas cada vez mais reduzidas e limitadas) e que ignora e despreza os direitos essenciais de quem trabalha e vive do seu trabalho.

Servindo os interesses dos grandes grupos económicos, a política de direita é, naturalmente, contrária aos interesses dos trabalhadores. Denunciar essa realidade, combatê-la através da luta e construir uma alternativa a partir da definição e concretização de uma política de esquerda constituem, por isso, objectivos fundamentais da intervenção do PCP, bem visíveis no conteúdo da campanha de contacto com os trabalhadores que está em curso.

No documento de suporte à campanha, pode ler-se que mais de 750 mil trabalhadores têm um vínculo precário; que crescem os acidentes de trabalho e as doenças profissionais; que os trabalhadores portugueses são os mais mal pagos da União Europeia; que a justiça do trabalho é lenta e penaliza a parte mais desfavorecida... e também que os jovens e as mulheres estão na primeira linha da penalização laboral e salarial. Aliás, a precariedade – visível no aumento dos contratos a prazo, do trabalho temporário e a tempo parcial, do trabalho à peça, à hora, à tarefa, à empreitada – constitui uma das mais brutais formas de exploração e é exemplo maior da «modernidade» e do conteúdo de classe da política de direita.

Por tudo isto, o desenvolvimento da luta por melhores salários, trabalho estável e emprego com direitos – que tem mobilizado muitos milhares de trabalhadores de diversos sectores de actividade e que terá expressão significativa na jornada nacional da CGTP-IN, no próximo sábado, nomeadamente com manifestações em Lisboa e no Porto – assume uma relevância incontestável. E é nessa perspectiva e dando o seu contributo indispensável para o desenvolvimento da luta, que o PCP leva à prática a actual campanha de contactos com os trabalhadores – uma campanha que não é um acontecimento fortuito na actividade do Partido, antes se insere na sua intervenção constante enquanto partido de luta e de proposta e no esforço para o fortalecimento da organização partidária junto dos trabalhadores.

Porque, como se sublinhava na última edição do «Avante!», em matéria de ligação do Partido aos trabalhadores, não basta *ir lá*: é preciso *estar lá*. Lá: nas fábricas, nas empresas, nos locais de trabalho, em todo o lado onde a luta dos trabalhadores é condição indispensável para a defesa dos seus interesses e direitos; onde estão as raízes da complementaridade eficaz entre a luta de massas e a acção institucional, traduzida em múltiplas iniciativas legislativas do Partido na Assembleia da República; onde existem as potencialidades determinantes para a construção de uma alternativa de esquerda; onde a existência e a intervenção de células do PCP é fundamental para que essa luta se desenvolva e fortaleça e constitua factor de elevação da consciência social, de classe e política dos trabalhadores.

E também, naturalmente, porque na ligação aos trabalhadores, aos seus interesses, anseios e aspirações reside a fonte de força essencial do Partido. Como a história dos oitenta anos de vida e de luta do PCP claramente mostra.

Actual

O jovem Abranhos

● José Casanova

O novo e jovem ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Paulo Pedroso, deu entrevista ao «JN». Fê-lo no mesmo registo e recorrendo ao mesmo tipo de discurso que utilizou há cerca de um mês – era, então, secretário de Estado – para desmentir o conteúdo de uma célebre reunião que realizou em Évora com os governadores civis do Alentejo e que o «Público» divulgou. Tratava-se de «uma discussão sobre os programas ocupacionais, as verbas e a sua distribuição» mas que, segundo um técnico da Câmara de Évora convocado por lapso para a dita reunião, foi «balizada, explicitamente, pelas necessidades eleitorais do PS relativamente às eleições autárquicas de 2001, tendo estes programas sido referidos como uma importante arma política do PS para obter vitórias eleitorais». O desmentido de Paulo Pedroso – «Não gra-

vei a reunião mas não creio ter dito isso» (...) «isso é uma visão completamente distorcida da maneira como a questão foi colocada»... – é modelar e é caso para dizer que quem fala assim não só não é gago como merece promoção imediata.

Ei-lo, por isso, ministro entrevistado.

À pergunta sobre se os trabalhadores portugueses podem sonhar com salários europeus respondeu: «Temos que ser muito realistas nessa matéria e não ceder a demagogias imediatistas», o que, traduzido para português, significa que os trabalhadores portugueses continuarão a ser os mais mal pagos da União Europeia. E face à observação da entrevistadora de que «as pessoas se sentem cada vez mais distantes» dos salários europeus, o ministro precisou: «Mais distantes não estão. O que está a aumentar é o

nosso sentimento dessa distância...». (Bom, se é só o sentimento...). E o jovem ministro acrescentou, lunar e piedoso: «Claro que a ambição colectiva deve ser a de melhorar as condições de vida para todos. Mas isso só é possível sem se prometer o Céu hoje para se ter o Inferno depois de amanhã.» Há que reconhecer que a tirada é sublime, que estamos perante um pedaço de oratória digno dos nossos maiores tribunais. Dir-se-ia, até, que o jovem ministro mais parece andar pelos cento e tal anos de idade: que me lembre, semelhante elevação e profundidade só a encontramos no jovem conde de Abranhos quando, de social inflamado, proclamou: «Não podemos dar ao operário o pão na terra, mas obrigando-o a cultivar a fé, preparamos-lhe no Céu banquetes de Luz e de Bem-aventurança.» Nem mais.

Sempre e sempre?

● Vítor Dias

Lendo muitas opiniões publicadas desde a tragédia de Entre-os-Rios, e falamos obviamente não das que protagonizam variados desvarios e exageros (como esse da «depressão nacional») mas das que revelam indiscutível acerto e lucidez, fica-nos a sensação de que assistimos a uma qualquer reescrita da história política dos últimos anos.

De facto, dir-se-ia que, para além dos comunistas, toda a gente, sempre e sempre, fustigou e desmascarou as eufóricas e desatinadas milongas sobre o «Portugal de sucesso» (marca registada do PSD) e sobre o «Portugal que está na moda» (marca registada do PS); sempre e sempre chamou a atenção para os persistentes problemas de fundo e atrasos estruturais da sociedade portuguesa; sempre e sempre combateu a colonização pelos partidos dos governos do aparelho de Estado e as vagas de clientelas que o assaltaram e romperam; sempre e sempre travou combate pela eficiência e modernização da administração pública, por uma rigorosa ética de serviço público e por uma firme prevalência do interesse público sobre egoísmos e negocismos privados.

A estes e a muitos outros temas e atitudes, nos quais os comunistas persistentemente se defrontaram com uma relativa solidão e por causa dos quais sofreram não poucos ataques e tentativas de ridicularização e isolamento, pode também juntar-se o tema da relação da política com a comunicação social e vice-versa.

Na verdade, é com perfeito deslumbramento que vimos, por exemplo, Henrique Monteiro condenar (no «Expresso» ponto de exclamação) «a cada vez maior superficialidade na forma de fazer política e de governar» e «um modelo de jornalismo que, também ele, em vez de ir ao fundo das coisas, proporciona, aplaude e condiciona essa superficialidade».

E, no mesmo «Expresso», lemos também um editorial onde se assinala que «pela ânsia de se popularizarem através dos «media», os políticos dão aos «media» uma força porventura desajustada. Mais tarde ou mais cedo, eles vão perceber que têm de manter em relação aos jornalistas alguma distância. Caso contrário, usando os meios de comunicação para se impor, estão a alimentar a «fera» que amanhã os há-de devorar».

Se andássemos cá há dois dias, talvez ficássemos felizes por tantas antigas e actuais opiniões nossas serem agora tão visivelmente compartilhadas por outros que, entretanto, fazem de conta que descobriram eles a pólvora.

Mas, para quem já viu muita coisa, talvez seja mais prudente não confundir o que resulta de um pensamento político estruturado e coerente e o que é ditado pela espuma dos dias, pelas ondas de opinião e pela volatilidade dos humores.



O poder do nosso descontentamento

● Aurélio Santos

Fim de tarde com maciços de nuvens que se lançam em velocidade meteorologicamente deliberada para sudoeste. Há um descontentamento evidente no seu correr. E, pensava eu, parece um descontentamento colectivo, para todas seguirem tão firmemente o mesmo sentido.

Desde pequeno me ensinaram que as nuvens eram empurradas pelo vento. Sem me conformar completamente com lições adquiridas, tinha, no entanto, que as reter para aprender. Não há outro remédio. Mas nunca me contentei sem interrogações. E a pergunta que faço agora é: haverá, como hoje muitas vezes se diz, um vazio de ideias? Ou não será melhor chamar-lhe um vazio

de projectos? A simples reprodução citada de ideias não pode resolver a questão. O mundo está cheio de ideias, quantas vezes a trajar e a marchar revolta de caminhos sem saída. Mais: vai desafiando a sua descoberta, numa espécie de produção social de ideias

que fica para quem as quiser ouvir e ir entendendo...

A direita descobriu o povo como objecto de «utilidade pública» para uma demagogia imediatista e permanentemente mediática. Usa-o como produto em constante promoção. E até tem os seus anúncios gratuitamente consentidos.

Por seu lado, o poder tem esquecido um recente passado português:

lutar contra o fascismo não foi fácil; derrubá-lo, tão-pouco. Nessa luta houve formas de descontentamento político que foram ganhando terreno, desde a rua à poesia, desde a música à greve, desde um sussurro clandestino até ao grito de uma palavra de ordem. Até aqui temos provado não sermos,

como povo, e desde o início de uma longa e persistente nacionalidade, deficientes políticos.

Critica-se hoje o absentismo eleitoral ou cívico. Mas sem observar causas, nunca pode haver correcta conclusão sobre efeitos. Há hoje formas de van-

dalismo cultural que manifestam um descontentamento natural e espontâneo de quebra-montras, incêndios de carros e outras formas primárias e degradadas de protesto. É evidente que esses sinais de descontentamento são de registar. Mas não basta fazer queixumes ao sistema, como se de uma inevitabilidade se tratasse.

Há outro forte descontentamento a correr no horizonte: aquele que vê quem não cumpre um poder jurado e, descontente, decide mudá-lo. Com este, ainda é preciso ter mais cuidado... O que dizemos ao ver uma fotografia desfocada? Foi mal tirada.

A fotografia em que este governo se auto-retratou trunco princípios, abandonou paixões longa e ridiculamente afirmadas e está a deixar desfocado um país que apostava melhor futuro. Estaremos ainda a tempo de ensinar um menino mal educado e mal habituado a um poder que o deslumbra a olhar para a máquina da história breve que se lhe segue? Sejamos pedagógicos: não alinhemos nas teorias antitraumáticas do célebre pediatra dr. Spock: um bom açoitado no rabo vale mais do que mil discursos. E vamos ver então de onde sopra o vento.



Frases

“Nesta pátria cor-de-rosa e pós-moderna (...) os “heróis” mediáticos, efémeros e putativos crescem como cogumelos”

(Alfredo Barroso, Expresso, 17.03.01)

“Perante as trágicas carências das nossas infra-estruturas, a construção de não sei quantos estádios de futebol para o Euro’2004 está longe de ser uma prioridade nacional”

(Manuel Villaverde Cabral, Diário de Notícias, 16.03.01)

“Exorcizar a tragédia do Douro arrastando na corrente o trabalho das televisões pode ser um caminho perigoso. Os jornalistas não podem ser vistos como uns “vampiros””

(Judite de Sousa, Jornal de Notícias, 17.03.01)

“Os jornalistas, que sempre são tão lesto a exigir responsabilidades quando alguma coisa corre mal no país, só ganharão em desenvolver a sua própria capacidade de encaixar face a críticas pertinentes, e sobretudo capacidade de autocritica, tanto no plano individual como no dos colectivos em que inscrevem a sua actividade”

(Joaquim Fidalgo, Público, 18.03.01)

“Nunca vi uma crítica por se mostrar as lágrimas do povo quando Amália Rodrigues morreu, porque essas lágrimas eram politicamente correctas (...) Essas são as lágrimas que as elites toleram. Mas as lágrimas dos familiares das vítimas de Castelo de Paiva não convinham ao poder. A dor dos que perderam os seus familiares era em si mesma uma insuportável acusação”

(Eduardo Cintra Torres, Público, 19.03.01)

“E por que não se critica outras questões candentes do jornalismo, como sejam casos de subserviência ao poder político e económico e certas estranhas notícias favoráveis a políticos e a empresas?”

(idem, ibidem)

“Os governos não se podem queixar, mesmo quando lhes parece haver injustiça no julgamento público. Estão lá para isso. Têm os meios. A lei. A repressão. Os técnicos. O esclarecimento. A informação. A competência. E, sobretudo, o dever. Têm de ser melhores do que o seu povo”

(António Barreto, Público, 18.03.01)

“Só os doentes psíquicos têm prazer em renunciar. Mas a Igreja [Católica] prefere ficar encostada ao velho tempo da renúncia a tudo quanto é bom e torna a vida um prazer cada vez maior e mais longo”

(Frei Bento Domingues, O.P., idem)

“Lamento muito que o catolicismo contemporâneo, o catolicismo romano, se prenda cada vez mais a uma moral. A mensagem religiosa é uma mensagem de amor e de perdão – de forma alguma uma lição de moral”

(Monique Canto-Sperber, filósofa francesa, idem)

“Se fosse feita uma inspecção ao Hospital Pediátrico de Coimbra, o estabelecimento seria encerrado”

(Luís Januário, director clínico do H. P. de Coimbra, idem)



O concelho de Setúbal, capital de distrito, tem indicadores de desenvolvimento muito abaixo dos concelhos dirigidos pela CDU



Carlos Sousa e Ana Teresa Sá candidatos a Setúbal e Palmela

As populações é que ganham

Jorge Pires, membro da Comissão Política do PCP, anunciou, no passado dia 15, os nomes dos candidatos a estes concelhos e prometeu às populações um projecto autárquico moderno, com o desenvolvimento simultâneo das componentes social, económica, cultural e ambiental.

A escolha dos nomes dos candidatos foi, disse Jorge Pires, um «processo longo,

mas necessário». O dirigente do PCP afirmou que «ao contrário do que acontece nou-

tras forças políticas, a escolha dos candidatos na CDU é um processo democrático e participado e as opções feitas, são em função de interesses colectivos e não individuais ou de grupo».

O responsável pela DORS na Comissão Política do Partido continuou, ressaltando que «as nossas escolhas obedecem a critérios políticos e morais, de capacidade e dedicação, de prestígio e provas dadas, mas sempre tendo presente uma questão central que é inseparável dos nossos princípios e da nossa postura política, que é os escolhidos estarem em condições de servirem as populações e não se servirem dos cargos em benefício pessoal».

O concelho de Setúbal, segundo palavras de Jorge Pires, «atrasou-se significativamente em muitos aspectos, não por não ter potencialidades endógenas para se desenvolver, mas porque nestes últimos quinze anos a gestão autárquica com Mata Cáceres e o PS, caracterizou-se pelo autismo e a arrogância, natural nos indivíduos e nos grupos que não têm projecto, ou que se fecham para esconder a incompetência», avaliação que Jorge Pires reafirma por mais que se ande «agora à pressa a fazer algumas obras, que começam mas não se sabe quando acabam, ou quando acabadas são muitas as deficiências encontradas».

No caminho do desenvolvimento

«A população de Setúbal exige que o concelho se modernize e entre definitivamente nos caminhos do

Os candidatos da CDU servem as populações e não se servem delas

desenvolvimento», disse Jorge Pires para depois afirmar que «isso só é possível dando à CDU a maioria nos órgãos autárquicos, particularmente na Câmara Municipal, nas próximas eleições autárquicas do final do ano».

É com base nestes objectivos, de colocar Setúbal ao nível de outros concelhos do distrito, como Almada, Seixal, Alcochete ou Palmela que, segundo o dirigente do PCP, foi decidida a apresentação como cabeça de lista à autarquia setubalense do actual presidente da Câmara de Palmela e da Associação de Municípios, Carlos Sousa, «cuja obra realizada ao longo de dezoito anos como autarca, os últimos oito dos quais com as actuais funções de Presidente de Câmara, o conhecimento profundo das realidades desta região por via das suas funções como presidente da Associação dos Municípios, a capacidade de trabalho e de ligação às populações, nos dá garantias de que os objectivos que nos propomos alcançar para Setúbal, serão atingidos».

Jorge Pires salientou depois que «a alteração que a vinda de Carlos de Sousa para Setúbal impõe no concelho de Palmela, colocou-nos naturalmente a necessidade de encontrar uma outra solução de cabeça de lista para este concelho» que, segundo o mesmo dirigente, é «um dos concelhos que mais se desenvolveu nos últimos 25 anos, fruto do trabalho conjugado das autarquias e dos mais variados sectores de actividade» e um dos que mais condições apresenta para se continuar a desenvolver, com elevados índices de industrialização, o aumento

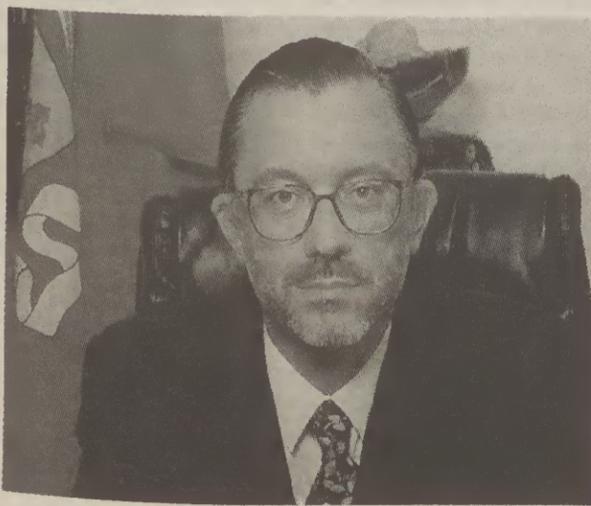
real e sentido da qualidade das produções agrícola e vinícola e das suas inegáveis condições para o turismo.

«A garantia que damos é que este trabalho não só vai continuar, como vai ser aprofundado.» Foi desta forma e com esta convicção que Jorge Pires apresentou, para encabeçar a equipa que vai estar a braços com esta responsabilidade, a «nossa

camarada Ana Teresa de Sá, ela própria protagonista activa e competente do trabalho que tem vindo a ser realizado até aqui, fruto das actuais responsabilidades como vereadora».

Para terminar, a certeza de que, com a CDU, «haverá bom trabalho e quem fica a ganhar é as populações».

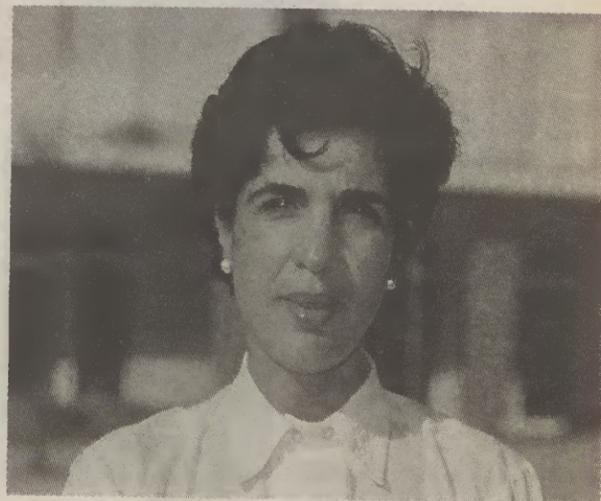
Vinte anos ao serviço de um distrito



O candidato da CDU à Câmara Municipal de Setúbal tem uma notável experiência autárquica ao serviço das populações do distrito de Setúbal. Carlos Manuel Barateiro de Sousa, actual presidente da Câmara Municipal de Palmela, tem 49 anos e começou a sua vida autárquica muito jovem, em 1980, como vereador da Câmara Municipal de Almada, com o pelouro dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento. De 1990 a 1993 foi vereador do Urbanismo e Desenvolvimento da autarquia a que, desde 1994, preside. É também, e desde 1998, presidente da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal e, desde 1995, presidente da Assembleia Distrital de Setúbal.

Carlos Sousa foi também, nos anos setenta, delegado sindical do Sindicato dos Escritórios e, de 86 a 88, foi coordenador da Comissão dos Partidários da Paz no distrito de Setúbal. Desde 2000 que é vogal do Conselho Directivo da APDDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas.

Continuar a desenvolver Palmela



Ana Teresa Vicente Custódio de Sá é a candidata da CDU à Câmara Municipal de Palmela. Licenciada em Sociologia pelo ISCTE, Ana Sá, de 35 anos, foi adjunta do presidente da Câmara Municipal de Palmela, Carlos Sousa, a partir de 1994 e até 1997, ano em que é eleita vereadora da autarquia com a responsabilidade dos pelouros do Planeamento e Gestão Urbanística e Desenvolvimento Económico e Turismo. São da sua responsabilidade, entre outras, o Gabinete de Pinhal Novo e o Gabinete do Centro Histórico da Vila de Palmela. É ainda a actual vice-presidente da Câmara. No plano partidário, Ana Teresa adere à Juventude Comunista Portuguesa em 1983 e milita na Organização Regional de Setúbal. Em 1985, integra a Organização do Ensino Superior de Lisboa, no colectivo do ISCTE, do qual é responsável um ano mais tarde. Em 1985, é eleita membro da Assembleia Municipal de Setúbal, onde se mantém até ao final desse mandato, em 1989. Militante do PCP desde 1987, é membro da concelhia de Palmela.



Cabeças de lista da CDU às câmaras municipais de Setúbal e Palmela colocam as populações em primeiro lugar

«Uma nova forma de estar na política»

Apresentados publicamente esta semana, Carlos Sousa e Ana Teresa Sá prometeram continuar a contribuir para o desenvolvimento da Península de Setúbal. Se o primeiro pretende colocar Setúbal no rumo deste desenvolvimento, a segunda tem a responsabilidade de não desonrar o trabalho feito.

Carlos Sousa foi apresentado publicamente na terça-feira, dia 20, no Café Central de Setúbal, candidato à autarquia daquela cidade. A sessão contou com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas. «Com a minha candidatura à Presidência da Câmara Municipal, pretendo trazer a Setúbal uma nova forma de estar na política», afirmou o actual presidente da Câmara de Palmela antes de lançar o desafio: «gostaria de ser o candidato de todos os setubalenses que sentem que a sua terra tem que ter um novo projecto, dinâmico, solidário e abrangente», garantindo que olha para a «oposição com respeito e sempre atento às críticas construtivas que possam melhorar o trabalho do município em prol da sua população». «É assim que tenho trabalhado em Palmela e é assim que pretendo trabalhar em Setúbal», afirma.

No início da sua interven-

Os autarcas têm, também, de fazer com que o governo cumpra a sua parte

ção, o candidato considerou que o concelho de Setúbal tem «todas as condições para ter um papel fundamental no fortalecimento de uma Área Metropolitana de Lisboa que queremos pujante numa Europa cada vez mais concorrencial» e que para tal é fundamental que «os dois actuais patamares de governação – local e central – cumpram as suas obrigações». A juntar a isto, diz Carlos Sousa, é necessário o trabalho em parceria entre as autarquias e as associações culturais, recreativas e desportivas, comissões de moradores, grupos informais de cidadãos e organizações não governamentais, «sem dúvida uma das ferramentas fundamentais para um processo de desenvolvimento sustentado».

Outra das reivindicações do candidato é a necessidade de mais investimento, de «mais geração de riqueza» em Setúbal. Para isso, afirma, vamos «criar as condições



A diversidade entre as actividades tradicionais e a tecnologia de ponta faz de Palmela uma região ímpar no nosso país. Graças à CDU

necessárias para que todos os empreendedores sintam na Câmara Municipal um parceiro antiburocracia, dinâmico, que utiliza critérios objectivos, claros e transparentes».

Ressalvando que a apresentação de um candidato não é um programa eleitoral, Carlos Sousa referiu-se à «intenção governamental de instalar um processo de co-incineração na cimenteira da Secil, em plena Parque Natural da Arrábida», considerando que «se a própria cimenteira há muito que já deveria ter sido retirada da Serra, quanto mais lá colocarmos um processo de co-incineração». «Não queremos mais atentados ao ambiente, à saúde pública e a um correcto desenvolvimento turístico», concluiu.

Continuar o legado

Ana Teresa de Sá, candidata à presidência da Câmara

de Palmela apresentada publicamente ontem, também prometeu «uma forma diferente de fazer política», no quadro das orientações e do trabalho da CDU. A actual vereadora daquela autarquia referiu que «Palmela exige àqueles que tem adoptado como seus filhos um profundo respeito pela preservação da sua identidade, sabendo que uma forma de o fazer é exactamente partilhando os seus hábitos, os seus valores, as suas tradições e os seus sonhos, sem nunca perder de vista o seu querer». Na sua opinião foi exactamente isto que fez o actual presidente Carlos Sousa, «ouvindo e fazendo-se ouvir de uma forma única e que eu tenho apenas a responsabilidade de não desonrar».

A candidata da CDU afirmou que «uma das maiores riquezas deste concelho consiste exactamente na diversidade das suas freguesias que, entre a ruralidade de umas e a maior vocação urbana de outras» gera uma «complementaridade, que acreditamos saudável, entre tradição e modernidade».

Na opinião de Ana Teresa, «temos também que não esquecer que, na nossa condição de autarcas, temos o duplo papel de exercer as nossas esferas de responsabilidade directas e, por outro lado, pugnar para que o Estado, através da Administração Central, desenvolva a parte que lhes cabe». Tudo, porque «a nossa principal riqueza são as pessoas».

Apresentados os cabeças de lista a Viana...

Alberto Midões foi apresentado como cabeça de lista à Câmara Municipal de Viana do Castelo, num jantar conjunto das organizações regionais de Braga e de Viana que juntou cerca de mil pessoas e que contou com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Alberto Midões, de 44 anos, é cirurgião no Hospital Distrital de Viana do Castelo e director do Serviço de Urgências.

A sua experiência na vida política e social é vasta e variada. Militante do PCP, é membro dos secretariados da Comissão Concelhia de Viana do Castelo e da DOR-VIC, tendo sido membro do Comité Central entre 1996 e 2000. Natural de Matosinhos, foi membro da Assembleia Municipal desta cidade sendo eleito no mesmo órgão na cidade de Viana. Várias vezes candi-



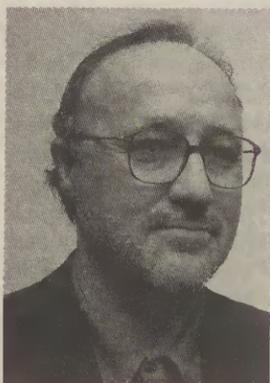
Alberto Midões

dato da CDU em eleições autárquicas e legislativas, repete este ano a candidatura de 1997.

Foi dirigente desportivo durante 15 anos no Clube Desportivo da Póvoa do Varzim.

... e a Caminha

Foi apresentado, no dia 16 de Março, o nome de Cerqueira Rodrigues como



Cerqueira Rodrigues

cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Caminha. A apresentação decorreu no Hotel Porta do Sol, em Caminha, perante cerca de 60 pessoas e contou com a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas. À hora do fecho desta edição não era possível publicar a biografia deste independente proposto pelo PCP. Caso seja possível, será publicada na próxima edição do Avante!.

Amadora Câmara mantém barracas

«A Câmara Municipal da Amadora dispõe, desde meados de 2000, de 700 fogos concluídos para realojamento das famílias residentes no traçado da CRIL.» Quem o diz é a comissão coordenadora concelhia da CDU local, que acusa a autarquia de manter os fogos devolutos. Quanto às famílias, prossegue a concelhia da CDU, «continuam em barracas sem condições de habitabilidade, sujeitas às violentas intempéries que minam a saúde de crianças e idosos e esgotam a esperança de todos eles».

«Nem os realojamentos têm lugar, nem as obras da CRIL avançam, sendo admissível colocar a questão se este Governo quer efectivamente construir a CRIL», questiona a CDU, que aponta ainda para a Câmara a questão se está, também ela, interessada em realojar.

Aparentemente, na opinião da CDU amadora, tudo indica o contrário, pois a autarquia defende para a CRIL uma solução, que afirma ser mais barata, da construção de um túnel que só será possível se as famílias ficarem onde estão, «adiando o problema e assim “poupando” em despesas com os realojamentos», considera a coordenadora concelhia.

A acrescentar a isto, o PS ainda não levou a reunião de Câmara, nem a listagem das pessoas a realojar, nem os critérios de atribuição dos espaços de comércio e serviços, no mesmo bairro. Para a CDU, «é um imperativo moral denunciar o comportamento do PS, a mentira sistemática e a falta de atitude solidária para com os milhares de pessoas que vivem em bairros degradados».

● **Gustavo Carneiro**

Texto

● **Jorge Caria**

Fotos

Jantar em Salvaterra junta 300 pessoas

Ultrapassar as dificuldades

Ambições pessoais, desrespeito pelos compromissos assumidos e negociações com outras forças políticas com vista à reeleição estiveram na base da retirada de apoio político do PCP à presidente da autarquia, Ana Ribeiro. A CDU tem soluções e apresentará em breve os primeiros nomes dos candidatos.

O *Avante!* deslocou-se, no passado dia 17, a um jantar comemorativo dos 80 anos do Partido, realizado no restaurante «O Assador», em Marinhais, no concelho de Salvaterra de Magos, e aproveitou para esclarecer toda a situação vivida entre o

Partido e a presidente da Câmara Municipal. Armando Rodrigues, membro do Comité Central e responsável pela concelhia, explicou que «as questões relacionadas com a retirada de apoio político por parte do PCP à presidente da Câmara prendem-se, sobretudo, com o afastamento progressivo da presidente da Câmara, e de alguns outros eleitos que a acompanham, em relação ao projecto político do PCP e da CDU, com manifestações despropositadas de independentismo, afirmadas e ostentadas como razão da vitória eleitoral da CDU, que a presidente da Câmara entendeu ser mérito exclusivamente seu».

A juntar a isto, o dirigente do Partido lembrou os esforços feitos pela concelhia «com vista a corrigir essas actuações e chamar a atenção para os compromissos assumidos pelos eleitos em relação a um projecto político, o projecto da CDU, que tinham sido claramente desrespeitados, sobretudo quando, por parte da presidente da Câmara, começaram a acontecer conversas com outras forças políticas no sentido de negociar eventuais apoios para a recandidatura».

Alguns dos que entregaram os cartões admitem que foram usados

«Chegadas as coisas a este pé, a Comissão Concelhia do Partido tomou uma posição pública de manifestar discordância com esses comportamentos e o seu distanciamento em relação a uma forma de exercício de poder muito personalizada», afirmou Armando Rodrigues.

Um dos «momentos altos» desta «crise» foi a conferência de imprensa promovida por 22 militantes do PCP que, perante as câmaras, entregaram os cartões do Partido. O responsável pela concelhia local do PCP considerou esta situação uma «grande encenação» que não foi mais, a seu ver, que o culminar de um processo de aliciamento da presidente da Câmara a membros do Partido que ou eram familiares seus e de outros eleitos que a apoiam ou eram trabalhadores da autarquia. «Alguns dos membros do Partido que participaram nessa encenação admitem já que foram usados numa campanha para prejudicar o Partido, em nome de ambições de poder pessoal», disse.

BE, barriga de aluguer

Perdido o apoio do PCP e gorados os contactos tidos com PS e PSD, Ana Ribeiro assumiu que se vai recandidatar nas listas do Bloco de Esquerda. «O BE funcionou aqui como uma espécie de “barriga de aluguer” para dar guarida a uma série de pessoas que, não tendo hipóteses



As cerca de 300 pessoas que participaram no jantar mostram que o Partido está unido para lutar pela defesa das posições alcançadas nas eleições de 1997

de serem candidatos por outras forças políticas, precisam de um símbolo para concorrer e dar cumprimento às suas ambições de poder pessoal», afirmou Armando Rodrigues, que avisou que a população de Salvaterra «não compreende esta situação, pois o Bloco de Esquerda, que não tem aqui um único militante, vai ter um conjunto de pessoas, actualmente eleitas nas listas da CDU, candidatas pelo BE». Este apoio foi confirmado num jantar de apoiantes de Ana Ribeiro, em finais de Fevereiro, por Miguel Portas.

Armando Rodrigues afirmou ainda que o estado de espírito da organização do Partido, para onde entraram quinze novos camaradas desde a data da conferência de imprensa, é de «determinação, no sentido de ultrapassar estas dificuldades e procurar, nas próximas elei-

ções autárquicas, que a CDU consiga conservar as maiores alcançadas em 1997 e continuar a obra que consta do seu programa».

Obra essa que «ficou prejudicada pela forma de exercício do poder, casuística e eleitoralista, da presidente da Câmara, que procura actuar

mediante o objectivo de alcançar votos e não do desenvolvimento do concelho, como preconiza a CDU», denunciou Armando Rodrigues.

«Ela acha que venceu as eleições sozinha»

José Henrique Serra da Graça é membro do PCP e foi, até há dois meses, adjunto da presidente da Câmara de Salvaterra de Magos, Ana Ribeiro, que o exonerou do cargo por «falta de confiança política». Em conversa com o *Avante!*, contou um pouco da sua experiência.

- Como consideras o presente mandato da CDU à frente da autarquia?

A experiência deste mandato da CDU é uma experiência um pouco complexa e diferente da experiência que a CDU tem noutros concelhos, em consequência das características dos eleitos, nomeadamente da presidente da Câmara, que assumiu a crença de que venceu as eleições sozinha. E, como tal, achava, e acha, que não tinha que reunir com os comunistas, que não tinha que reunir nos centros de trabalho do Partido com a Comissão Concelhia do PCP. Tudo porque, na sua opinião, ela é que tinha sido eleita, era nela que as pessoas tinham confiado, e isso dava-lhe plenos poderes para decidir e para agir.

- Conheces bem a presidente da Câmara. Como é a sua forma de agir, de decidir?

Todas as decisões que ela tem tomado, e algumas importantes, foram tomadas à revelia do PCP. As divergências que eu fui tendo com ela enquanto adjunto vieram a



Não foi só José Henrique que foi exonerado. Estes processos repetem-se por toda a autarquia

consubstanciar-se em algumas discussões que fomos travando ao longo dos tempos, até que, há dois meses, a presidente da Câmara exonerou-me do cargo, alegando falta de confiança política na minha pessoa. Isto no mesmo dia em que recebeu o então candidato do Bloco de Esquerda à presidência da República, Fernando Rosas. Uns dias mais tarde vem Miguel Portas anunciar que apoia a candidatura da presidente da Câmara e de alguns outros independentes que

estão com ela. Com todas estas situações, nós consideramos que ela não tem legitimidade para exercer o cargo e achámos que ela, que por uma questão de ética, coerência e honestidade política, deveria colocar o lugar à disposição. É claro que ela não o faz. Pelas características que tem, de individualismo e apego ao poder, nunca o faria...

- Falaste em tomadas de decisão importantes. A que te referias?

Dou-te só um exemplo. A presidente da Câmara, em determinada altura, negociou com o vereador do PS o seu apoio político. Deu-lhe uma contrapartida em troca do vereador passar a votar as suas propostas – um lugar de meio tempo na escola profissional de Salvaterra de Magos, onde a Câmara tem 50% do capital. Isto, é claro, feito completamente à revelia de quem a colocou na presidência, o PCP e a CDU. É uma situação exemplificadora, que denota uma pessoa capaz de tudo para se manter no poder. É de referir também, que por conflitos no seio do próprio executivo camarário, perdeu o apoio da maior parte dos vereadores e, actualmente, dos seis vereadores que compõem o executivo, só dispõe do apoio de dois. Um eleito nas listas da CDU e outro nas do PS.

Jerónimo de Sousa «Nunca perder a coragem»

Foram cerca de trezentas as pessoas que resolveram estar presentes no jantar comemorativo dos 80 anos do PCP em Salvaterra de Magos. «A organização concelhia tem cerca de duas centenas e meia de militantes», disse, ao *Avante!*, Armando Rodrigues, responsável pelo concelho e membro do CC. Na mesa, para além da Comissão Concelhia e do vereador Vasco Feijão, estavam presentes os presidentes das câmaras de Coruche e Benavente, respectivamente Manuel Brandão e António Ganhão, e Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

O primeiro orador da noite, José Henrique, membro da Concelhia, disse que as «dificuldades obrigaram a medidas de esclarecimento, mobilização e ligação dos militantes ao Partido e entre si» e que essas medidas são responsáveis pela «excelente mobilização de trezentos camaradas e amigos para o nosso jantar». «A CDU foi impedida de cumprir o

seu projecto por não abdicar do trabalho colectivo e recusar os interesses oportunistas e individualistas de quem quer que seja», afirmou José Henrique.

Já Jerónimo de Sousa lembrou os homens que criaram o PCP há oitenta anos e que fizeram dele o «único que sobreviveu e resistiu a 48 anos de ditadura». O dirigente do PCP afirmou que, tal como no fascismo, o segredo da sobrevivência do Partido está na sua ligação aos trabalhadores e ao povo. Foi assim em «34, na “fascização” dos sindicatos; em 40, nas greves; em 53, na campanha de Humberto Delgado e em 60, quando pensavam que tinham destruído o Partido, ele enraizou-se e resistiu», disse Jerónimo de Sousa que, citando Dimitrov, disse que «quando um homem perde os bens perde pouco, quando perde a dignidade perde muito, mas quando perde a coragem perde tudo». «E isso, os comunistas nunca perderam, nem em Salvaterra de Magos nem em lado nenhum.»

«Retórica social» não resolve os problemas da economia nacional, diz o PCP

Construir alternativa de esquerda

A Comissão Política do PCP considerou, na segunda-feira passada, que «o descrédito e o declínio» do Governo continuam a acentuar-se, «apesar dos esforços e de uma aparente autocrítica quanto aos seus erros no passado recente».

É que o «problema central reside na política estruturante» que pratica, diz a Comissão Política do PCP, para quem os problemas nacionais e o agudizar da situação económica e social «não se compadeceram com um falso diálogo misturado com uma ou outra medida pontual positiva».

Prosseguindo a sua análise à situação económica e social, o PCP sublinha que a «estafada retórica social» do Governo pode «manter expectativas e anular vontades» mas «não resolve, só adia» as questões de fundo que se colocam à economia do país, aos trabalhadores e a outras classes e camadas sociais, mais atingidas por uma política que serve fundamentalmente aos grandes grupos económicos e financeiros.

A manter-se «a acentuação das desigualdades e a degradação da situação económica» - visíveis no abrandamento do crescimento, no défice da Balança Comercial, no endividamento das famílias e da economia face ao exterior - esta política estará, pois, «condenada à falência», já que a questão central não está «no enganoso argumento» da necessidade do alargamento das forças que sustentam a denominada «governabilidade», mas na necessidade «de pôr fim à política de direita, a este modelo de desenvolvimento assente, designadamente, nas privatizações, na entrega de empresas e sectores básicos e estratégicos aos grandes grupos capitalistas nacionais e estrangeiros, na desvalorização do aparelho

produtivo nacional e das pequenas e médias empresas e valorização das actividades especulativas e parasitárias, nos baixos salários, nas injustiças sociais».

O reforço do PCP é, pois, «decisivo» para que se «encontre e construa o caminho de uma alternativa de esquerda».

Tendência para pior

A Comissão Política do PCP chama, depois, a atenção para a intensificação da linha

O reforço do PCP é decisivo para a construção de uma alternativa

«populista e de radicalização verbalista» do PSD e do PP que, «omitindo a sua identificação» com as orientações de fundo da política de direita actualmente praticada.

Ainda segundo a avaliação da Comissão Política, «a dimensão, grau de participação e diversidade» das comemorações do 80.º Aniversário do PCP, «a capacidade de iniciativa política e legislativa expressa na campanha nacional de contacto com os trabalhadores» em curso, os conteúdos positivos dos projectos de lei apresentados na Assembleia da República, designadamente na área social e laboral, «são elementos constitutivos para concretizar as orientações emanadas do XVI Congresso, visando o reforço político, social, eleitoral e organizativo do PCP».

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Aurora da Piedade Diniz

Faleceu, no passado dia 15 de Março, vítima de doença prolongada, a camarada Aurora da Piedade Diniz, de 83 anos de idade. Era natural da Póvoa de Santa Iria, concelho de Vila Franca de Xira. Comunista convicta, viveu muitos anos de luta na vida clandestina, até à data da sua prisão em 1965, tendo passado cerca de cinco anos na Cadeia do Forte de Caxias, depois de submetida às aviltantes torturas e vexames da PIDE. Foi tipógrafa do «Militante» e de outros materiais editados pelo Partido na clandestinidade. Foi também suporte de apoio ao trabalho dos camaradas da Direcção do PCP em várias casas clandestinas.

José Eduardo Chaves Tavares

A 28 de Fevereiro, faleceu o camarada Eduardo Chaves Tavares, de 34 anos, membro do Organismo de Direcção dos Bancários da ORL. O camarada fez parte da Comissão Nacional de Trabalhadores do BES, da Comissão de Juventude do SBSI e era actualmente delegado sindical.

Mário Ferreira Dias

Faleceu, no passado dia 27 de Janeiro, vítima de doença prolongada, o camarada Mário Ferreira Dias, de 78 anos de idade. Militante antifascista de longa data, esteve preso em Caxias entre 1962 e 1964. Após o 25 de Abril, foi reintegrado no Arsenal do Alfeite, onde era muito estimado pelos camaradas e companheiros de trabalho, tendo feito parte da Comissão de Trabalhadores. Actualmente estava organizado na freguesia do Feijó.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



Destacando, a seguir, a tendência existente para o agravamento dos problemas que afectam milhares de trabalhadores, a desvalorização e destruição do aparelho produtivo nacional, a desresponsabilização das multinacionais - que muitas vezes, apesar dos apoios financeiros de que beneficiam para investir nas empresas, as encerram impunemente -, a Comissão Política do PCP conclui que a tendência será «para a vulgarização destas situações,

com consequências e retrocessos sociais e locais inaceitáveis». Por fim, a Comissão Política alerta «para o número crescente de acidentes de trabalho e de doenças profissionais» - os piores da União Europeia - que resultam deste quadro de precarização e da «selvática» pressão que as empresas exercem sobre os trabalhadores para que, a fim de manterem o emprego, aceitem a desregulamentação dos seus direitos e dos ritmos de trabalho.

Expressar reivindicações

A Comissão Política do PCP considera de grande importância três iniciativas legislativas apresentadas pelo seu Grupo Parlamentar, na área dos contratos a prazo, da revalorização das pensões por acidentes de trabalho e doenças profissionais e no pagamento atempado dos créditos dos trabalhadores das empresas em processos de falência.

No plano dos salários, «enquanto os trabalhadores e as suas organizações justamente reivindicam aumentos que correspondam ao aumento do custo de vida e tenham em conta a inflação» - permitindo uma aproximação gradual à média de salários da União Europeia - eis que, no momento mais decisivo das negociações da contratação colectiva, «surge um conjunto de economistas seguidores do neoliberalismo e o próprio governador do Banco de Portugal a propor já não só a contenção salarial mas a sua redução».

Naturalmente, denuncia a Comissão Política do PCP, a Associação dos Banqueiros (em que só três dos seus associados tiveram lucros superiores a 178 milhões de contos) procurou logo «bloquear o processo negocial», no que foi acompanhada de «outras associações de sectores que praticam salários baixíssimos, designadamente, na têxtil, vestuário, curtumes, gráficos e construção civil».

Se esta anquilosada teoria «de que a competitividade das empresas passa por salários degradados» fosse levada por diante, prossegue o PCP, «atrasaria irremediavelmente o desenvolvimento económico e a necessária organização e modernização das empresas».

Dá que a Comissão Política do PCP considere «de grande importância e actualidade» a decisão da CGTP-IN em convocar os trabalhadores portugueses a expressarem no próximo sábado, 24 de Março, nas ruas de Lisboa e do Porto, as suas justas reivindicações e apele aos militantes do Partido e aos trabalhadores para que participem na sua mobilização e realização.

Mulheres debatem direito à igualdade



«A Luta pelo Direito das Mulheres à Igualdade sempre foi e é uma componente inseparável da luta pela liberdade, democracia e o socialismo», foi o lema do debate que se realizou, na sexta-feira passada, no Salão do Centro de Trabalho Vitória, com a participação de Georgette Ferreira, Fernanda Mateus, Margarida Botelho e António Cordeiro e a presença de cerca de 40 militantes e simpatizantes do Partido.

No decurso deste debate, promovido pelo Executivo da Direcção da Organização Regional de Lisboa, Georgette Ferreira falou da importância da participação das mulheres na luta geral do povo português, desde a formação do Partido até 1974, considerando que «a abnegação e a coragem com que as mulheres participaram nesta fase da luta foi determinante para o êxito das conquistas que o povo português e em particular as mulheres alcançaram no 25 de Abril».

Margarida Botelho, por sua vez, deu uma panorâmica da situação mais actual das mulheres, sobretudo das mais jovens. Hoje, disse, pressionadas como são pelos estereótipos vigentes neste modelo de sociedade - «boas profissionais, apresentáveis, boas donas de casa, mães exemplares e sempre sorridentes» - as mulheres são

obrigadas a assumir o papel de «super-mulheres». Igualmente superexploradas, elas precisam com urgência de conhecer a legislação - obrigando à sua aplicação - e de tomar consciência dos seus direitos, exercendo-os. Só assim poderão participar em igualdade seja na luta pelos seus direitos, seja na luta mais geral dos trabalhadores portugueses.

Responsabilizar mais

A seguir, Fernanda Mateus, focando algumas conclusões do XVI Congresso do PCP respeitantes às medidas necessárias para o envolvimento e responsabilização de

mais mulheres na vida do Partido a todos os níveis, considerou ser esta a forma de o PCP, como Partido de classe, «reflectir cada vez mais os anseios e as reivindicações da população», já que as mulheres são 51% da população portuguesa.

A dirigente comunista chamou a atenção para o facto de o PCP e a CDU terem as maiores percentagens de mulheres quer a nível autárquico quer na Assembleia da República em comparação a qualquer dos outros partidos, mas, tendo em conta que há ainda um «grande percurso a fazer» no reforço dessa participação, apontou a necessidade de cada comunista, mulher ou homem, e cada

organismo «desenvolver todos os esforços para corporizar na sua acção as linhas orientadoras do PCP que preconizam a luta pela promoção dos Direitos das Mulheres e a sua emancipação como parte indissociável dos nossos objectivos de luta, a curto, médio e longo prazo».

Por fim, António Cordeiro, informando que a nível da Organização Regional de Lisboa as mulheres representam 34% dos recrutamentos já efectuados neste ano de 2001, sublinhou a necessidade de continuar a envolver neste esforço toda a organização, de forma a atingir-se uma participação mais satisfatória das mulheres na vida do Partido.

OEIRAS

Abrem novas farmácias

Após vários anos de luta por parte dos comunistas, vão finalmente abrir quatro novas farmácias no concelho de Oeiras, respectivamente no Alto de Algés, no Alto dos Barrinhos-Carnaxide; em Laveiras-Caxias e no Alto da Barra-Oeiras.

«A luta valeu a pena, mas não terminou», diz, contudo, a Comissão Concelhia de Oeiras do PCP, considerando que, apesar desta vitória, existem ainda no concelho várias localidades carenciadas de farmácias, como o Alto da Loba, Barra, Tapada do Mocho, Terceira e Leceia, por cuja abertura é preciso continuar a lutar.

AMEIXOEIRA

Urge Centro de Saúde

A actual extensão do Centro de Saúde da Charneca não tem condições para servir com qualidade as populações das freguesias da Ameixoeira e da Charneca e o Centro de Saúde do Lumiar, pela excessiva população que abrange, não presta igualmente um bom serviço aos seus utentes, alerta a Organização do PCP nestas freguesias de Lisboa. Preocupados com a indiferença que o Ministério da Saúde e o Governo têm revelado relativamente ao problema, os comunistas da Ameixoeira e da Charneca exigem a rápida construção de um Centro de Saúde e lembram as várias propostas que o PCP tem feito nesse sentido e que sistematicamente têm sido chumbadas pelo PS e restantes partidos.

SÃO LOURENÇO
Irresponsabilidade
da CMS

Por sua vez, a Comissão de Freguesia de São Lourenço de Azeitão do PCP não estranha que o presidente da Câmara Municipal de Setúbal, Mata Cáceres, esteja de acordo com a instalação do processo de co-incineração no Parque Natural da Arrábida. É que a permanência de vários esgotos a céu aberto em Pinhal de Negreiros, Brejoeira, Oleiros, Vila Nogueira, Aldeia de Irmãos e Casal de Bolinhos, entre outras localidades, é bem «elucidativa do estado de abandono e da irresponsabilidade da maioria socialista na CMS».

O PCP critica, ainda, o «desleixo» da Câmara relativamente à construção dos colectores de ligação à ETAR da Quinta do Conde que, sucessivamente adiada, põe em perigo a saúde pública da população.

VILA REAL

Medidas
a fundo perdido

Faça aos graves prejuízos causados pelas intempéries à rede rodoviária dos concelhos de Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua, Mesão Frio e Vila Real, com diversos cortes de trânsito em estradas nacionais, a Direcção Distrital de Vila Real do PCP exige do Governo, do Ministério do Equipamento Social e do Instituto de Estradas de Portugal medidas urgentes a fundo perdido no sentido de resolver a situação.

Quanto à recente demissão do presidente da CIRD, o PCP considera que ela vem confirmar a falência de um modelo instituído para reforçar o sector do comércio contra a produção e criar dificuldades económicas e financeiras à Casa do Douro e, no que se refere ao encerramento das feiras e à proibição do trânsito de animais exige o seu regresso à normalidade, tendo em conta os prejuízos que causa aos produtores e à economia regional.

Por Alqueva: é preciso continuar a lutar



José Soeiro
Membro
da Comissão
Política

Entre as muitas frentes de luta consagradas na Resolução Política aprovada pelo XVI Congresso do Partido aponta-se o desenvolvimento da «luta por uma reestruturação fundiária nos campos do sul», começando por «constituir no perímetro de rega de Alqueva um banco de terras, com áreas expropriadas e compradas pelo Estado, para atribuir a pequenos agricultores e assalariados rurais».

Foi tendo presente este importante compromisso que o Partido decidiu avançar com a apresentação de um Projecto de Lei visando «Medidas de reestruturação fundiária na área de intervenção do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva» e que tem como objectivo fundamental garantir o acesso à terra àqueles que a queiram trabalhar, condição essencial para travar a desertificação e envelhecimento, que atingem dramaticamente o Alentejo,

Urge travar a desertificação e o envelhecimento que atingem o Alentejo

tejo, e para assegurar racionalidade e utilização adequada e com o mínimo de desperdícios dos recursos e potencialidades que Alqueva coloca à disposição do Alentejo e do País.

São medidas defendidas no Projecto, entre outras:

- Criação de um Banco de Terras constituído, entre outros, pelos prédios rústicos expropriados por declaração de utilidade pública e pelos adquiridos pelo Estado;

- Definição de um limite de referência de 50 hectares para a propriedade e exploração das áreas abrangidas pelo Perímetro de Rega de Alqueva;

- Entrega à EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas de Alqueva, S.A., sem prejuízo das competências próprias do Governo, das capacidades para desenvolver as

diligências inerentes à execução da lei, designadamente a gestão do Banco de Terras;

- Afectação, por concurso público e através de contratos de arrendamento rural, das áreas pertencentes ao Banco de Terras, a jovens agricultores, pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas que vivam exclusiva ou predominantemente da agricultura, cooperativas de produção agrícola, residentes na região que queiram iniciar uma actividade agrícola e pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas residentes fora da região e que vivam exclusiva ou predominantemente da agricultura;

- Reconhecimento do direito a todos, proprietários ou rendeiros, de manterem a propriedade ou exploração, no Perímetro de Rega, de uma área suficiente

para a viabilidade e racionalidade da sua própria empresa agrícola;

- Garantia de transmissão da posição contratual do arrendatário, por morte deste, ao cônjuge sobrevivente e a parentes ou afins em linha recta.

Criar frente de luta

No entanto, como foi salientado no XVI Congresso, não basta apresentar um projecto de lei na Assembleia da República e é necessário ter consciência disso. Como não basta o projecto ser justo e corresponder a uma necessidade económica e social de grande alcance para a região e garante de um correcto aproveitamento do grande investimento que está a ser feito em Alqueva.

Num quadro político em que a cor-

relação de forças partidárias é claramente desfavorável a grandes transformações progressistas, devido à postura de direita do PS; impõe-se desenvolver as iniciativas necessárias para encontrar os apoios sociais suficientes, na região e fora dela, e ganhar a opinião pública nacional para a justiça e necessidade de concretizar as propostas que apresentamos, único caminho que pode condicionar o PS e abrir portas à sua viabilização.

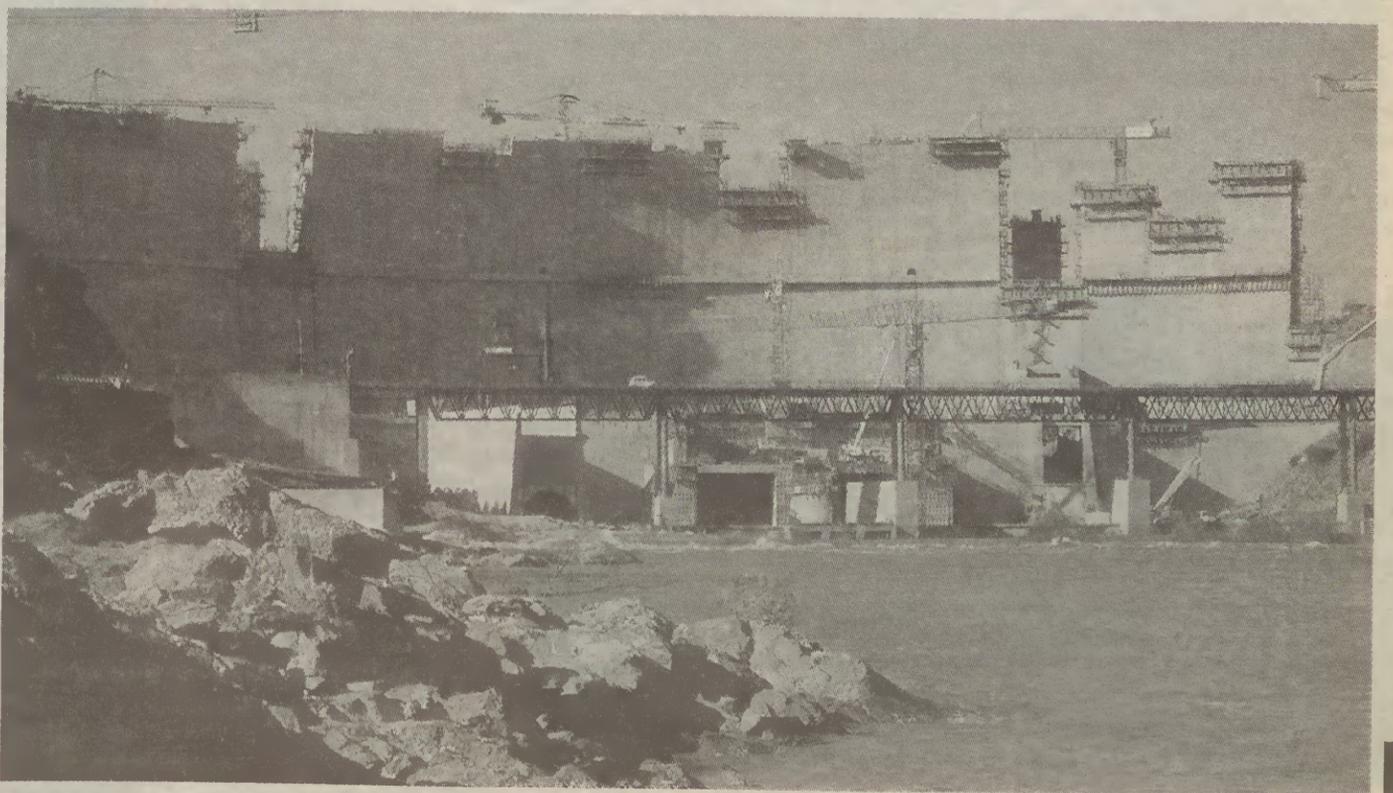
Criar uma ampla frente de intervenção e luta contra a desertificação e em defesa do mundo rural alentejano, lutar pelo acesso à terra regada por Alqueva por parte daqueles que dela não dispõem mas que a querem e sabem trabalhar, é sem dúvida o grande desafio que se coloca a todo o colectivo partidário bem como a todas as portuguesas e portuguesas que não querem ver o dinheiro dos seus impostos a ser usado para enriquecer ainda mais meia dúzia de grandes proprietários ou posto ao serviço das multinacionais do sector agro-alimentar com as gravíssimas consequências de ordem social e ambiental resultantes de uma exploração assente em sistemas ultra intensivos e em mão-de-obra barata a exemplo do que sucede na vizinha Andaluzia.

Este não é um cenário de ficção ou de futurologia.

Infelizmente e como há muito temos vindo a alertar, a corrida às terras regadas de Alqueva por parte do capital estrangeiro já está em curso. 10% já terão sido adquiridas perante a passividade do PS e do seu governo e a não ser travado este processo corremos o sério risco de vir a ser amanhã tratados como emigrantes na nossa própria terra.

Alqueva pode e deve ser um projecto estruturante para o desenvolvimento harmonioso do Alentejo, pode e deve ser um instrumento para o progresso do País, pode e deve contribuir para a melhoria da qualidade de vida de muitos milhares de homens e mulheres que trabalham e vivem no Alentejo.

É por tudo isto que **por Alqueva: é preciso continuar a lutar.**



PCP 1921 • 2001



Comemorações do 80.º aniversário do PCP
prosseguem em todo o País

Confiança no Futuro

Não só não terminaram como prosseguem na próxima semana as comemorações dos 80 anos de vida e luta do PCP. Este é, aliás, para as organizações do Partido, um dos momentos altos da sua actividade.

«Chamam-nos passadistas aqueles que ou não têm passado ou não têm razões para se orgulhar da sua história.» Assim respondeu José Casanova à forma como alguns comentadores e políticos se têm referido aos 80 anos do PCP.

José Casanova, membro da Comissão Política do Comité Central, interveio num jantar de aniversário do Partido que se realizou em Setúbal, no passado dia 10 de Março, por iniciativa da Comissão Concelhia e teve a participação de Joaquim Tavares, membro do Comité Central e do Executivo da DORS, e Miguel Tiago, membro do Executivo Concelhio de Setúbal da JCP.

Em tempo de aniversário, este foi um momento de reafirmação da história, dos valores e dos princípios do Partido. Por isso, nesta iniciativa, que juntou mais de 200 militantes e amigos, esteve também patente uma exposição alusiva à data e à

história do PCP, assim como uma banca para venda e divulgação do «Avante!».

Para além das questões da actividade geral do partido, merecem destaque na intervenção de Joaquim Tavares as jornadas de luta dos trabalhadores contra o Governo, a Campanha Nacional do Partido Junto dos Trabalhadores, a luta contra a instalação do processo de co-incineração no Parque Natural da Arrábida e o objectivo definido pela Comissão Concelhia de Setúbal de ganhar a Câmara Municipal de Setúbal nas eleições autárquicas próximas.

Esta iniciativa, da qual a presença juvenil foi um dos aspectos mais marcantes, foi igualmente motivo para assinalar o Dia Internacional da Mulher.

A noite terminou com animação musical a cargo de Filipe Narciso que, pela voz e guitarra, trouxe a este aniversário alguns dos mais belos

temas da música popular portuguesa, não sem que antes se cantasse os Parabéns ao PCP, devidamente acompanhados de bolo de aniversário e champanhe.

Évora

Em Évora, o aniversário do PCP foi comemorado por cerca de dois milhares de militantes e simpatizantes, em dezenas de iniciativas.

As comemorações, aproveitadas para recordar as lutas passadas com vista à preparação do futuro, decorreram todas num ambiente de satisfação, confiança e orgulho, tendo sido neste ambiente de festa que os comunistas decidiram dar materialização às conclusões do 16.º Congresso, avançando com a sua 5.ª Assembleia Regional, a realizar no dia 1 de Abril, em Estremoz, com a participação do secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas.

Alcabideche

A organização da freguesia de Alcabideche, por sua vez, comemorou os 80 anos do Partido com um magnífico



Setúbal

almoço-convívio que teve a participação de três dezenas de militantes de várias faixas etárias.

No fim do almoço, que foi confeccionado por camaradas da freguesia e decorreu num ambiente muito animado e fraternal, foi servido um bolo ostentando 80 velas e um copo de champanhe.

António Cordeiro, membro do Comité Central que participou no almoço, fez uma curta intervenção onde abordou a vida e luta do PCP ao longo destas últimas 8 décadas.

Trofa

O PCP comemorou os 80 anos na Trofa de forma especial: acompanhando pela inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP naquele jovem concelho.

Um concerto a cargo de José Morais assinalou com musicalidade revolucionária aquele importante momento para o PCP na Trofa e animou a tarde que, para os comunistas trofenses, era de festa.

Vítor Augusto, membro da Comissão Concelhia da Trofa do PCP justificou, na sua intervenção, a transferência de local do Centro de Trabalho - «o desejo de um espaço mais central e visível» e que proporcionasse maior funcionalidade -, concluindo que «este Centro de Trabalho vai permitir estabelecer ligação com todas as freguesias» e contribuir para a elaboração do projecto autárquico da CDU.

É exactamente pela riqueza do projecto comunista e pela determinação dos militantes em concretizá-lo, disse, que se comemora a inauguração do novo Centro de Trabalho da Trofa, já que a abertura de um CT é para o PCP «expressão e compromisso de trabalho, dedicação e militância», valores essenciais que lhe asseguram o carácter revolucionário e futuro.

Montemor-o-Novo

Também em Montemor-o-Novo os 80 anos de vida e luta do PCP foram assinalados com um almoço realizado, no sábado passado, na Escola Secundária.

O almoço, que teve a participação de Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política, teve a participação de cerca de duas centenas de pessoas.

Azeitão



Mais de 80 militantes e simpatizantes do Partido comemoraram, em Azeitão, o aniversário do PCP, com um almoço, realizado na colectividade S.I.M.B.A., que teve a presença de Luísa Araújo, da Comissão Política.

Saúde

Na quinta-feira passada, foi a vez de o Sector de Saúde da Organização Regional de Lisboa do PCP assinalar também o 80.º aniversário do Partido, contando para isso com a participação do Bernardino Soares, da Comissão Política.

A comemoração constou de um convívio no Espaço Vitória e foi aproveitada para a entrega os novos cartões de militante.



Ficalho em festa com o PCP

A comemoração do 80.º aniversário do PCP no concelho de Serpa decorreu em Vila Verde de Ficalho, no passado domingo, com a presença de Carlos Carvalhas, em ambiente de grande festa.

A data foi assinalada através de um almoço que reuniu cerca de 300 pessoas e onde o secretário-geral do PCP, em viva intervenção final, lembrou que a construção da barragem de Alqueva «tem que determinar uma alteração significativa do uso e da posse da terra».

Carvalhas numa alusão à recente visita que efectuou a Viana do Castelo - terra de origem do presidente da Câmara Municipal de Serpa, João Rocha -, lembrou que naquela cidade do Minho persistem grandes atrasos, por exemplo, na cobertura de água e esgotos enquanto que, neste concelho da Margem



Ficalho

Esquerda do Guadiana, «este é um problema ultrapassado há muitos anos».

O autarca de Serpa, em emotiva intervenção, lembrou «o contributo fundamental do PCP para o desenvolvimento do Poder Local», salientando

que «não é preciso afastarmo-nos muito dos limites deste concelho para se perceberem as diferenças». Para João Rocha, «o Poder Local não é uma obra acabada» porque - frisou - «os níveis de satisfação das populações

são cada vez maiores e ainda bem que assim é».

A visita de Carlos Carvalhas a Vila Verde de Ficalho propiciou, também, à margem do almoço comemorativo dos 80 anos do PCP, o convívio com a população local, fora do espaço do evento, sendo de destacar as várias modas alentejanas com que o Secretário-Geral do Partido foi presenteado no ambiente de uma tasca tradicional da terra e numa das colectividades mais tradicionais de Ficalho.

Alpiarça

A convite da organização do Partido em Alpiarça, o secretário-geral do PCP participou também, no sábado, no almoço comemorativo do 80.º aniversário do PCP, realizado no Pavilhão da Feira.



Alpiarça



Com os trabalhadores dos ENVC



Animação marca festa-convívio de Esposende

Carlos Carvalho visita Estaleiros de Viana e participa nas iniciativas de Caminha e Esposende

Erguer alto os valores comunistas

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho, acompanhado de Albano Nunes, membro do Secretariado, e de dirigentes regionais e locais do Partido, visitou, na sexta-feira passada, os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, onde foi recebido pelo Conselho de Administração.

No decurso do encontro, onde se encontravam também representantes dos trabalhadores, o presidente do Conselho de Administração, eng.º Duarte Silva, começou por agradecer o trabalho que o PCP tem desenvolvido em defesa dos ENVC e do sector naval a nível das instituições onde tem presença, designadamente no Parlamento Europeu, Assembleia da República e Assembleia Municipal. A seguir, referindo a existência de uma razoável carteira de encomendas que, juntamente com as boas perspectivas da Marinha Portuguesa, garantirá trabalho para os próximos três anos, deu também conta da posição que defende sobre a necessidade de a empresa encontrar um parceiro estratégico.

Depois de um almoço na cantina, conjuntamente com os representantes dos trabajado-

res, e após um momento de convívio directo com os trabalhadores no bar, realizou-se uma reunião com os órgãos representativos dos trabalhadores - Comissão de Trabalhadores e Comissão Sindical -, onde estes expressaram as suas preocupações, agradecendo o empenho do PCP na defesa da empresa, cuja importância resulta não só do número de trabalhadores mas também do contexto que tem na economia da região.

Os representantes dos trabalhadores ofereceram, então, o livro editado pelo seu Grupo Desportivo e Cultural sobre as Festas da Agonia, tendo o secretário-geral do PCP agradecido a visita e explicado que, apesar de ter já várias vezes visitado os ENVC no âmbito de campanhas eleitorais, havia sentido a necessidade de o fazer também durante as comemorações do 80.º aniversário

do PCP, o que muito sensibilizou os presentes.

Assimetrias regionais

Ao fim da tarde, Carlos Carvalho assistiu à apresentação do candidato à Câmara de Caminha, participando, à noite, na iniciativa organizada pelas Direcções Regionais de Braga e de Viana do Castelo: um jantar e festa-convívio comemorativo do 80.º aniversário do PCP, com a participação de 1000 pessoas, na Quinta da Malafáia.

Na ocasião, António Lopes, da Comissão Política, referiu, em nome da DORB, os problemas da região, em particular os baixos salários, os atrasos e as assimetrias e acusou o poder central de só se lembrar das regiões quando acontecem tragédias. Alberto Midões, que interveio em nome da DORVIC, fez, por sua vez, uma referência especial ao 80.º aniversário do PCP e expôs algumas das linhas da candidatura da CDU no Concelho de Viana.

A encerrar as intervenções, Carlos Carvalho saudou os candidatos já anunciados a alguns municípios dos dois distritos e sublinhou a impor-

tância do reforço da CDU, quer para melhor resolver os problemas das populações quer para garantir a democraticidade e transparência da administração pública local. Condenan-

do, ainda, a política de direita do PS, cujos efeitos estão agora a fazer-se sentir, o secretário-geral do PCP saudou as várias gerações de comunistas que ao longo de 80 anos resistiram,

lutaram e construíram o regime democrático, apelando às novas gerações para que levarem bem alto os valores mais nobres e bonitos da humanidade - os valores comunistas.

Os efeitos da política do PS estão agora a fazer-se sentir

Na Ovibeja Alqueva tem fins múltiplos



Carvalho em visita à Ovibeja

«O PS tem uma grande oportunidade de virar à esquerda aprovando o projecto de lei do PCP sobre a reforma agrária na zona de influência de Alqueva», disse em Beja o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho, tendo reafirmado que a questão central do desenvolvimento da agricultura alentejana é a questão do uso e da posse da terra.

O secretário-geral do Partido Comunista Português visitou no domingo à tarde a 18.ª Ovibeja, a grande feira do Alentejo e de todo o Sul, este ano sem os tradicionais concursos, leilões e exposições de gado devido às medidas preventivas contra febre aftosa.

Carlos Carvalho, acompanhado por dirigentes nacionais e regionais do PCP, pelo deputado comunista eleito pelo círculo de Beja, Rodeia Machado, e por autarcas da CDU da região, foi acolhido pelo presidente da Associação de Criadores de Ovinos do Sul, Castro e Brito, principal organizador da feira. Percorreu a vasta área onde se encontram os stands de mais de um milhar de expositores e dedicou especial atenção à zona onde se localizam os pavilhões dos municípios alentejanos e das suas associações, das Regiões de Turismo de todo o país, de associações de desenvolvimento local e da Agência Regional de Energia, tendo recebido informações do presidente da Associação de Municípios do Distrito de Beja, João Rocha, e do presidente da Região de Turismo da Planície Dourada, José Parrinha.

Contra «a monocultura do turismo irrigável»

Falando aos jornalistas, Carlos Carvalho saudou a realização da Ovibeja, «uma feira com tradições», ainda que este ano tenha condicionamentos - a proibição de apresentar gado, motivada pela prevenção da febre aftosa adoptada pela União Europeia. Mas, apesar disso, a feira vai continuar a atrair muita gente, segundo o dirigente do PCP, porque «é também uma manifestação de cultura, de representação dos produtos da terra, da gastronomia, do artesanato». Quanto à ameaça da febre aftosa, Carvalho disse que «o que é preciso é resolver a questão com medidas positivas e não de fachada».

O secretário-geral do PCP crítico ao Governo e o primeiro-ministro por não praticarem uma política que favoreça o desenvolvimento do interior do país e afirmou que o PS tem agora uma grande oportunidade de virar à esquerda - «aprovando o nosso projecto de reforma agrária» para a

zona de influência de Alqueva. Recordou que o PCP apresentou na Assembleia da República um projecto de lei «para que toda a zona irrigada tenha um aproveitamento racional, para que se possam fixar as populações, para que as explorações familiares possam singrar, para que a terra possa ser distribuída pelos agricultores, pequenos e médios, e pelos assalariados agrícolas». E embora considerando que as questões das explorações familiares e do regadio intensivo têm também que ser vistas, diz que a questão central da agricultura alentejana, em especial da zona de regadio de Alqueva, continua a ser a questão do uso e da posse da terra.

Ainda sobre Alqueva e as preocupações ambientais, Carlos Carvalho afirmou que este é um projecto que deve ter fins múltiplos - agricultura, valia eléctrica e turismo -, mas que «nós também tememos que se passe da monocultura de sequeiro para a monocultura do turismo irrigável», transformando-se toda aquela zona «em campos de golfe».

Carlos Carvalho no Porto

Acompanhado de dirigentes regionais e de Rui Sá, vereador comunista à Câmara Municipal do Porto, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho encontrou-se, no dia 13 de Março, com a comissária do «Porto 2001 - Capital Europeia da Cultura», Prof.ª Dr.ª Teresa Lago.

Na sua deslocação ao Porto, Carlos Carvalho visitou, ainda, as obras da Casa da Música e o Museu de Serralves, tendo assistido ao espectáculo de ópera infantil, Brundibar, que decorreu no Museu do Carro Eléctrico.



Cinco mil trabalhadores da administração local concentram-se em Lisboa

Onde pára o subsídio?

Há três anos à espera da regulamentação do decreto-lei sobre o suplemento de insalubridade, penosidade e risco, os trabalhadores da administração local manifestaram-se em Lisboa.

Cinco mil trabalhadores da administração local encheram a Praça do Comércio, em Lisboa, no dia 14, para celebrar o terceiro aniversário da promulgação do decreto-lei sobre o suplemento de insalubridade, penosidade e risco. Mas o bolo de esferovite de três metros e meio soube a amargo, porque o diploma continua à espera da regulamentação do Governo, apesar de ter um prazo de 150 dias para o fazer.

O decreto estabelece as condições de higiene, segurança e saúde no local de trabalho, a remuneração pelo trabalho feito e o aumento do período de férias.

«Se alguém assumisse consigo um compromisso escrito de lhe pagar algo no prazo de seis meses (por exemplo, a entrada de uma casa) e se depois, por lei, essa pessoa fosse obrigada a proceder ao respectivo pagamento no prazo de 150 dias; ainda se, entretanto, decorridos todos os prazos, o problema se continuasse a arrastar sem qualquer justificação, o que faria?», questionam os trabalhadores, numa nota à imprensa.

Melhores salários

O STAL (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local) e o STML (Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa) - os dois organizadores do protesto - alertam para outros problemas: a degradação dos salários e a necessidade de revisão de algumas carreiras profissio-

nais, como a dos bombeiros municipais, os motoristas dos transportes urbanos e alguns operários. A proliferação de institutos, fundações e empresas municipais é criticada pelos sindicatos, que alegam que estes «não servem para mais do que criar tachos».

Os trabalhadores da administração local criticam ainda o acordo de 3,71 por cento de aumentos da função pública para este ano e exigem uma correcção salarial nunca inferior a três mil escudos. «Que nenhum salário na administração local se mantenha abaixo dos 87.200\$00», reclamam.

O STAL e o STML enviaram cartas ao primeiro-ministro, ao Presidente da República, a vários ministérios, à Associação Nacional de Municípios e aos vários grupos parlamentares.

«Os institutos e as fundações só servem para criar tachos»



A degradação dos salários e a necessidade de revisão de algumas carreiras são outros problemas

Enfermeiros em greve a 6 de Abril

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses marcou uma greve nacional para 6 de Abril, em luta pela «aposentação mais cedo» para esta classe. E apresentam as razões: as condições de exercício profissional dos enfermeiros, a penosidade inerente ao desempenho e o desgaste rápido decorrente do «cuidar» de outros.

A antiga ministra da Saúde, Maria de Belém, assumiu o compromisso de que a compensação dos enfermeiros se faria

nomeadamente através da «aposentação mais cedo», mas, apesar da actual ministra, Manuela Arcanjo, afirmar que assumiria todos os compromissos acordados com a anterior titular do Ministério, a situação está num impasse.

A lei-quadro da Função Pública, entretanto publicada, sobre compensações para os funcionários que trabalham em condições de risco, penosidade e insalubridade, prevê que as compensações sejam feitas através de sub-

sídio de risco, mais dias de férias, redução do horário de trabalho e aposentação mais cedo.

A Comissão Negocial dos Enfermeiros lembra que prescindiu de todas as compensações, excepto a «aposentação mais cedo», e admitiu o faseamento da sua aquisição, procurando viabilizar a negociação, mas a «inoperância e a inércia da senhora ministra da Saúde esgotou a paciência dos enfermeiros». Por isso, em Abril, a luta continua.



Pela viabilização da EMEF

Os trabalhadores das Empresas de Manutenção de Equipamento Ferroviário voltaram a exigir a garantia da manutenção dos postos de trabalho e o respeito pela legislação, num plenário nacional realizado na Praça do Comércio, em Lisboa, na quinta-feira. «É preciso uma nova política para o sector, em que a EMEF seja consi-

derada uma empresa estratégica, no quadro das empresas do sector público», reivindicam.

O regulamento das carreiras foi uma das questões tratadas, no momento em que a administração volta a pretender dilatar o processo negociado. Todos os aspectos negativos da última proposta são mantidos, como a existência

de exames para os trabalhadores continuarem nas suas funções e responsabilidades, a limitação de 30 por cento dos aprovados em exame no acesso ao índice de topo, a manutenção de critérios estranhos ao exame para a ponderação da nota final e a indisponibilidade para rever qualquer matéria de funções e novas categorias.

Pelo aumento das participações

Dezenas de activistas sindicais da CGTP e da USL concentraram-se junto ao Ministério da Saúde, em Lisboa, para exigir o aumento das participações do Estado às próteses e ortóteses, na tarde de quinta-feira.

As participações do Serviço Nacional de Saúde não são actualizadas desde 1978. Em alguns casos, as

últimas alterações foram feitas há 40 anos. «Não é aceitável que em 2001 se continue a receber 500 escudos por um par de óculos, dois mil escudos por uma dentadura, 4500\$00 por um aparelho de surdez ou 4700\$00 por uma cadeira de rodas», afirmam.

«Esta é uma situação que, para além de imoral, constitui

um factor de penalização inadmissível para os já débeis orçamentos dos agregados familiares», considera a CGTP, que lembra que o Ministério da Saúde ainda não deu resposta ao abaixo-assinado entregue em Abril de 2000. O documento, subscrito por mais de 30 mil cidadãos, reclama exactamente o aumento das participações.



InterJovem, PCP e JCP debatem o mundo do trabalho

Precariedade, a vergonha nacional

● Miguel Inácio
texto
● Sérgio Morais
foto

O PCP e a JCP discutiram os problemas centrais e as reivindicações dos jovens trabalhadores, que defrontam a elevada precarização do emprego, os salários baixos e o desemprego.

Várias dezenas de jovens sindicalistas de todo o país participaram no passado domingo na Conferência da Interjovem (estrutura para a juventude da CGTP- Inter-sindical), do PCP e da JCP em Lisboa, no salão da Junta de Freguesia de Alcântara, que decorreu sob o lema «Geração do futuro no trabalho com direitos». Sob este título, discutiram-se os problemas centrais e as reivindicações dos jovens trabalhadores, que defrontam

Os jovens entre os 15 e os 24 anos são os mais afectados

com a revolução de Abril foram conquistados importantes direitos sociais e laborais.

«Mas convém lembrar que gerações inteiras de trabalhadores lutaram para que esses direitos fossem alcançados em condições muito difíceis no quadro logístico.

Mesmo com este quadro de dificuldades, nunca os trabalhadores portugueses, particularmente os jovens, abdicaram da luta por melhores salários, pela segurança

do emprego e pelo exercício dos direitos colectivos, como o direito à greve, o direito à contratação colectiva e o direito a constituir os seus sindicatos», afirmou.

«Na Quimigal, existiam 10 mil trabalhadores. Quando havia uma luta reivindicativa, era mais fácil juntar uns milhares de trabalhadores para conseguir os seus objectivos, porque havia mil militantes do PCP. Hoje há menos trabalhadores do que

Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do PCP, um dos intervenientes na conferência, referiu que



Quase 250 mil trabalhadores da indústria têm vínculos precários

o número de militantes existente na altura» salientou.

Precariedade em Portugal

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística avançados pela Interjovem, actualmente em Portugal 720 800 trabalhadores assalariados são precários, ou seja, um quinto dos assalariados no nosso país. Na indústria 247 900 trabalhadores encontram-se nesta situação, os Serviços contam com 445 500, a Administração Pública 44 200, na Saúde existem 43 000 e na Educação 48 400. De acordo com os mesmos dados, os jovens são o grupo mais atingido, sendo que 47 por cento trabalha em regime precário e 17 por cento é assalariado.

Embora os contratos a termo sejam a maioria dos contratos não permanentes (68 por cento), o facto é que são as formas mais selvagens e menos reguladas de precariedade que mais aumentam. Compare-se o aumento de 6 por cento dos contratos a termo com o crescimento de 18 e 22 por cento respectivamente, do trabalho sazonal sem contrato escrito e do trabalho pontual ou ocasional.

«Acções subversivas»

Um dos muitos exemplos dados durante a conferência foi o dos trabalhadores de uma empresa de transportes rápidos norte-americana, a DHL, que têm no seu contrato 35 horas semanais. Contudo, são obrigados a laboral 10 e 12 horas diárias, sem o correspondente pagamento do trabalho extraordinário. A sua situação de contratados mantém-se enquanto o seu «comportamento» o justificar, afirma a empresa.

No dia 12 de Fevereiro, o Sindicato Nacional dos Transportes dos Correios e Telecomunicações decidiu marcar uma conversa com os trabalhadores durante a sua hora de almoço para analisar a situação. No dia

Trabalhadores sem direitos

Ao contrário do que sucessivos governos de direita e os teóricos do neoliberalismo pretendem fazer crer, sobre a existência de um conflito de gerações, a contradição e o confronto dá-se perante um quadro de direitos sociais e laborais edificados depois da revolução de Abril e ainda hoje consagrada na Constituição da República como elementos intrínsecos ao progresso, ao desenvolvimento e à democracia, e um outro quadro, onde se pretende impor uma concepção assente na desregulamentação e flexibilização que dê prevalência ao lucro sem limites, secularizando e sacrificando os direitos e interesses dos trabalhadores.

«Hoje o capitalismo desenvolve toda uma teoria de que os direitos dos trabalhadores caducaram perante uma nova realidade anónima, perante a globalização e perante a sacralização da competitividade, com base na ideia de que direitos cativos (como salários mais justos e a Segurança Social) são postos em causa em nome da nova economia», referiu Jerónimo de Sousa.

Casos concretos

A área das telecomunicações é a que mais recorre a este tipo de trabalho, com algumas empresas a atingirem os 100 por cento de índices de precariedade. Os jovens entre os 15 e os 24 anos são os mais afectados, salienta em comunicado a Interjovem.

Entre as empresas que recorrem a trabalho precários, a Informática PT, a Novis, a Oni, a Optimus, a PT Inovação, a PT Prime e a Time Sharing são as que mais se destacam. Uma situação que se revela extremamente injusta porque são as empresas que mais empregam precariamente que apresentam maiores lucros.

CTT - Empresa Pública
3968 trabalhadores precários
Pingo Doce
4451 precários
Modelo
2861 precários
Continente
3135 Precários
Telecel - Serviço de clientes
97 por cento de precários
TMN - Atendimento a clientes
100 por cento de precários
Optimus - Apoio a clientes
100 por cento de precários
PT - Inovação
100 por cento de precários
Securitas
1717 precários
Auto Europa
1530 precários

Transportes

A CGTP-IN e as comissões dos trabalhadores dos Transportes efectuaram terça-feira, na Praça do Comércio, uma Tribuna Pública em esteve em discussão a necessidade de uma nova política de transportes. Os promotores da iniciativa defendem um maior investimento no sector público e medidas que tornem mais atractiva a utilização dos transportes públicos pela população, praticando preços mais baixos, maior articulação entre os diversos modos de transporte, renovando e modernizando as frotas de autocarros, barcos e comboios.

No entanto, com as políticas seguidas pelas empresas, os títulos dos transportes aumentaram, em média, 7 por cento. Com esta política, milhares de postos de trabalho foram já suprimidos, mas o número de administradores tem vindo a crescer.

Contestação

O Secretariado Nacional da FENPROF reuniu-se em Lisboa nos dias 15 e 16 de Março analisando a situação negocial com o Ministério da Educação, designadamente do não cumprimento do compromisso assumido pelo ministro Augusto Santos Silva, em reunião com a FENPROF realizada a 14 de Fevereiro, de entregar a proposta sobre os Quadros e Concursos até ao final de Fevereiro e iniciar a respectiva negociação no início de Março. Confirmam-se assim que o VII Congresso Nacional dos Professores decorrerá sob o signo de uma forte contestação ao Ministério da Educação, contestação traduzida na manifestação nacional de professores que irá decorrer hoje e no próximo dia 30, pondo em marcha um dinâmico processo de lutas até ao final do 3.º período escolar.

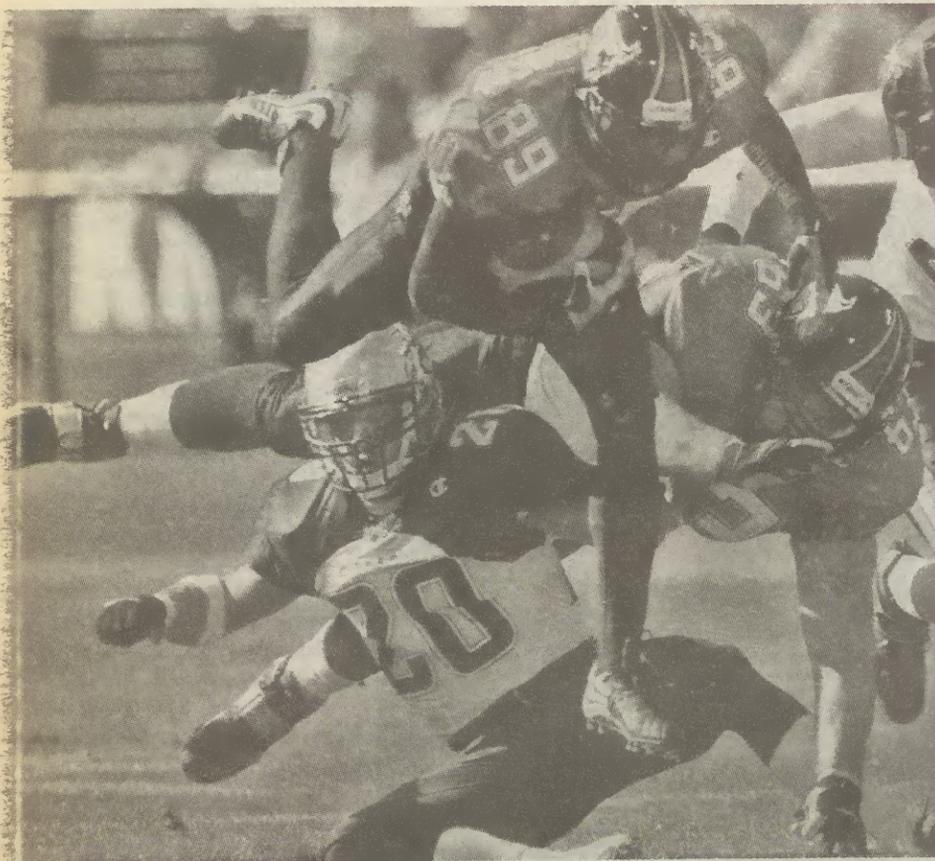
Novembal

Paralisou a produção a 90 por cento nos dias 8 e 9 de Março devido a reivindicações salariais, uma vez que a empresa dizia que para este ano não haveria actualização salarial, e que iria ser implementado um esquema de prémios de produtividade e assiduidade. A empresa, perante a determinação dos trabalhadores, marcou para o dia 15 uma reunião geral com os funcionários e apresentou como aumentos salariais 3 por cento dizendo que a aplicação dos prémios são um objectivo a concretizar. Este aumento no salário, apesar de insuficiente, não pode deixar de ser considerado como resultado da luta e determinação dos trabalhadores ao rejeitarem a aplicação de prémios em vez da actualização salarial.

Para acabar com a precariedade

A InterJovem propõe:

- a passagem a contratos sem prazo de todos os trabalhadores que exerçam funções de carácter permanente, e o cumprimento rigoroso de que os contratos a prazo se devem restringir aos casos de natureza objectivamente temporária;
- a revogação da norma legal sobre a contratação a prazo dos jovens e dos desempregados de longa duração;
- combate ao trabalho não declarado e ao trabalho ilegal, com uma maior fiscalização e sanções por parte da Inspeção do Trabalho e um melhor funcionamento dos tribunais de trabalho;
- a regularização da situação dos trabalhadores com falsos contratos de prestação de serviços («recibos verdes»), convertendo-os em contratos sem prazo;
- controlo do trabalho temporário. A maioria das empresas de trabalho temporário são ilegais e existem empresas legais que fomentam empresas ilegais;
- combate a práticas abusivas relativas a empregos a tempo parcial que se traduzem em empregos de facto a tempo inteiro, com salários mais baixos e fim de incentivos atribuídos;
- pleno respeito pelos direitos laborais e sociais dos trabalhadores, a ser assegurado pelas entidades públicas, no âmbito dos contratos de empreitada ou de prestação de serviços celebrados com entidades privadas, de modo a desincentivar as práticas fomentadoras de precariedade;
- a responsabilização dos donos das obras de construção civil pela observância das normas sobre segurança e higiene no trabalho, sem prejuízo das obrigações que recaem sobre os empreiteiros.



«Wrestling»

● Jorge Sarabando

Aconteceu nos Estados Unidos, há pouco tempo. Um jovem, hoje com 14 anos, foi condenado a prisão perpétua por ter morto uma amiga mais nova. Uma criança mata outra criança e o duto tribunal não encontrou melhor castigo do que, fria e premeditadamente, privar da vida quem tirou a vida a outrem.

O tema merece atenção porque a violência juvenil é um fenómeno em ascensão e a febre securitária está aí, com o seu cortejo de erros, excessos e irracionalidade.

Os cientistas explicam que, em tal idade, o cérebro, no cortex pré-frontal, «zona crítica para o bom julgamento e a supressão do impulso», não está inteiramente desenvolvido. Apesar disso, segundo o *El País*, 45 dos 50 estados norte-americanos adoptaram leis penais que permitem, em delitos de sangue, que as crianças sejam condenadas como adultos.

O que está em causa é que actos de extrema violência, cometidos por adolescentes, estão a tornar-se correntes, alimentando os telejornais, ávidos de sangue, lágrimas e emoções a jorros. E como a escola é o território comum onde confluem todas as tensões sociais, torna-se o palco para onde se voltam todos os olhares.

Curiosamente, é nos Estados Unidos que têm ocorrido os crimes mais chocantes, país onde a selecção social e a política do governo têm postergado a Escola Pública, onde a pena de morte é cada vez mais frequentemente aplicada e a população penitenciária é das mais elevadas do mundo, sem resultados, diga-se, na diminuição da criminalidade.

Na explicação da violência e delinquência juvenil, no que toca ao nosso país, longe de expressões tão graves, o hábito é centrar na Escola a responsabilidade principal, promovendo-se uma retórica de culpabilização dos professores.

É verdade que na Escola se podem empregar mais meios para enfrentar um fenómeno tão preocupante – mais

peço auxiliar, mais psicólogos e assistentes sociais, melhor preparação e motivação dos docentes, legislação menos permissiva, mais actividades desportivas e culturais, novos programas, entre outras medidas. Mas as causas principais têm de se procurar fora da escola.

As causas estão fora da escola

É a violência de que é feito o nosso tempo, a violência da selva de betão. Aglomerados urbanos, ruas com lixo e marcas de vandalismo, sem espaços verdes, praças de convívio, equipamentos desportivos, onde os centros comerciais se tornam os únicos lugares de lazer e encontro familiar, nos intervalos do cansaço e da impaciência, ali buscando compensações afectivas. «Entre, senão choramos», diz um vistoso cartaz, cheio de crianças, à entrada do *Continente*.

Pais desencontrados, horários desencontrados, o inferno do trânsito, a tensão dos pagamentos certos e dos recebimentos incertos. A miséria exposta, ainda maior a ocultada. As frustrações e a pressão consumista. A urgência do parecer ser, a orgia efémera do ter como realização pessoal.

Horas e horas de solidão passam os jovens em jogos de guerra ou a ver televisão, onde a violência passa a todas as horas, entre spots promocionais de filmes que passam a desoras, em que sexo e agressão se entrelaçam, desenhos animados a escorrer violência, onde o culto da ambição sem escrúpulos, do engano bem sucedido, do desrespeito pelos outros, do individualismo mais cru, passa entre «inocentes» mensagens publicitárias.

O jovem negro condenado a prisão perpétua cometeu o crime imitando uma cena televisiva de luta livre, de «wrestling», um êxito nas cadeias televisivas norte-americanas. Mas isto é um detalhe.

Eis o capitalismo triunfante!

VII Congresso Nacional dos Professores

As perspectivas do ensino

Termina amanhã o VII Congresso Nacional dos Professores, organizado pela Fenprof, e que tem vindo a decorrer, desde quarta-feira, na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa.

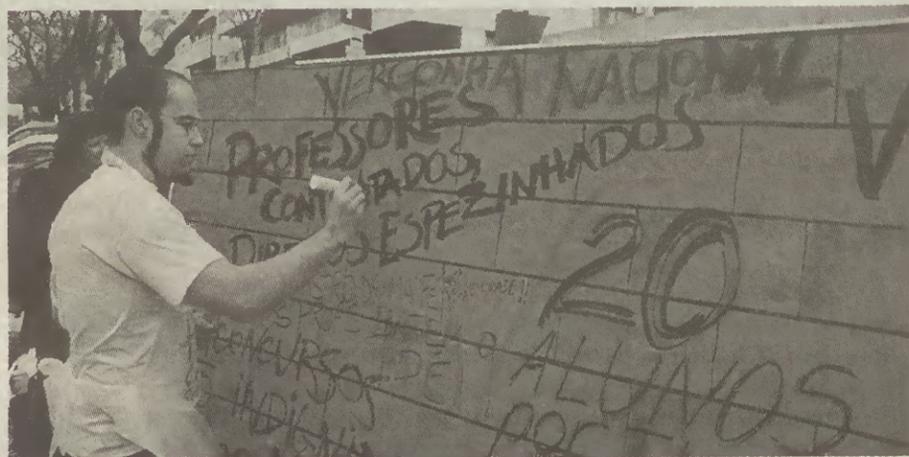
Com a presença de quase mil delegados, na sua esmagadora maioria eleitos directamente nas diversas escolas do país, o Congresso constitui um momento importante de reflexão sobre o estado e as perspectivas do ensino e da educação e, simultaneamente, um momento de reafirmação dos direitos profissionais da classe docente. Constitui ainda um momento forte na defini-

ção da estratégia sindical para pôr fim ao marasmo em que se encontram as negociações entre o Ministério da Educação e a Fenprof.

Hoje, pelas 17h30, terá lugar uma manifestação nacional de professores, entre a Alameda da Cidade Universitária e a Av. 5 de Outubro, que dará voz pública às principais reivindicações da classe docente.

O VII Congresso deverá ainda ratificar a decisão do Secretariado Nacional de convocar uma greve nacional para o próximo dia 30 de Março e perspectivar o endurecimento da luta para o terceiro período, se o ME persistir em ignorar as reivindicações dos docentes.

O Congresso conta com a presença de 20 delegações estrangeiras, com particular realce para a presença de dirigentes sindicais dos professores de Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique e, provavelmente, Timor.



Acção de protesto simbólica «Muro das Lamentações» promovida pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa frente ao Ministério da Educação

8 de Março

Testemunhos

Concluimos aqui a divulgação de diferentes testemunhos sobre a situação da mulher no nosso país.

Participação e quotas

Surgem normalmente, em anos de eleições, grandes preocupações sobre a participação da mulher na vida social e cultural do país e, nessas alturas, levanta-se a questão das quotas ou da paridade nas listas de candidatura, como se essa questão se resolvesse por decreto ou imposição. Mas o problema é mais profundo e os mesmos partidos que vêm ciclicamente querer impor por decreto a participação das mulheres, tanto o PSD como o PS, desenvolvem, no governo, políticas que conduzem a que a mulher seja cada vez mais despojada e afastada dos seus direitos como mulher, como mãe e como trabalhadora. Se nos lembrarmos que, para além da cultura de discriminação desenvolvida ao longo de anos, há que juntar a desregulamentação dos direitos de quem trabalha, a intensificação dos ritmos e sobrecargas de trabalho, os baixos salários, o desemprego, a cada vez maior flexibilização dos

horários de trabalho e as dificuldades e o tempo gasto no trajecto casa/emprego resultantes das deficientes acessibilidades e mau serviço de transportes públicos, percebemos que estas políticas não favorecem nem criam condições para que a mulher participe mais, pois ao trabalho ela terá ainda de juntar as tarefas domésticas e os cuidados dos filhos. Que seriedade têm esses partidos para falar da importância da participação das mulheres na sociedade? Não são sérios nem dignos de confiança. Acredito que o caminho se fará com luta, luta conjunta de homens e mulheres por uma nova política de esquerda que concretize os ideais de igualdade de direitos e de oportunidades que Abril projectou.

● Alice Grazina

Quem defende os direitos das mulheres

O grupo parlamentar do PCP tem-se preocupado com a

defesa dos direitos das mulheres. A prová-lo está o facto de que do total de projectos apresentados na Assembleia da República, desde o princípio da VII Legislatura até ao presente, cerca de 10% referem-se a problemas que dizem respeito directamente às mulheres. Destes projectos, já foram transformados em leis, por exemplo, «a garantia do direito à saúde reprodutiva», «a garantia das pensões alimentares a menores» e «direitos iguais no trabalho e no emprego». Por outro lado, foram rejeitados, por exemplo, os referentes à «protecção das famílias em união de facto» e à «redução do tempo de trabalho semanal para 35 horas». É preciso não esquecer os projectos referentes à «interrupção voluntária da gravidez» e à «redução da idade da reforma para as mulheres», que foram, por mais de uma vez, rejeitados com os votos da direita e do PS. Os exemplos apresentados mostram claramente quem, na AR, defende os direitos das mulheres em problemas tão importantes como os que dizem respeito à gravidez, à reforma e às condições de trabalho e de emprego.

● Luísa Portugal

'Semana de luta em todo o País

Estudantes do superior contra lei de financiamento

As associações de estudantes do País realizam esta semana inúmeras iniciativas contra a política de educação do Governo e a lei de financiamento do ensino superior. Na próxima quarta-feira têm lugar duas manifestações, em Lisboa e no Porto.

«O Orçamento de Estado não chega para as despesas de funcionamento das universidades, para investir no ensino e para contratar mais docentes», afirmou Humberto Martins, presidente da Associação Académica de Coimbra, à agência Lusa, acrescentando que os vários problemas vividos no ensino superior não são da responsabilidade dos alunos, mas do Ministério da Educação e do Governo.

«Teoricamente, as propinas seriam para melhorar a qualidade do ensino superior, mas não é isso que se verifica», declarou, aludindo à utilização generalizada destas verbas para o pagamento das despesas correntes das instituições de ensino, como os salários dos professores e funcionários e as contas de electricidade, água e gás.

Os principais problemas apontados pelas associações de estudantes são o financiamento desadequado das necessidades das instituições, uma acção social escolar insuficiente e incapaz de assegurar uma verdadeira igualdade de oportunidades, a altíssima taxa de insucesso escolar e uma grave crise de

empregabilidade da maioria dos recém-licenciados.

Em Lisboa, estava programada uma viagem de autocarro pelas escolas que melhor reflectem os problemas dos estudantes, organizada pela Associação Académica. Por seu lado, a Federação Académica do Porto preparou uma caravana, que passará por Aveiro, Porto, Vila Real, Braga e Guimarães.

A Associação Académica de Coimbra abordou de forma original o problema das saídas profissionais. Na sexta-feira, duas caixas registadoras improvisadas foram colocadas à porta de um dos edifícios da Faculdade de Economia, que alertavam que o futuro dos licenciados daquela instituição pode ser a trabalhar numa caixa de uma grande superfície. Nas caixas anunciava-se a «venda» do produto virtual «qualidade do ensino superior» por 61300\$00, o valor da propina.

Os alunos da Universidade da Beira Interior «inauguraram» um relógio de contagem decrescente para a entrada em funcionamento da cantina do pólo IV e fizeram uma marcha pela cidade



A acção social é insuficiente e o insucesso escolar um grave problema, acusam os estudantes (foto de 2000)

de da Covilhã, que terminou na Reitoria, onde foi entregue um caderno reivindicativo.

Na Universidade do Minho, os estudantes forraram de negro autocarros, gabinetes de apoio ao estudante e a sede da Associação de Estudantes.

Politécnico discriminado

Os estudantes e os professores dos institutos politécnicos do País estiveram em luta, na semana passada,

exigindo o fim da discriminação de que se sentem alvo por parte do Ministério da Educação. As diferenças entre o ensino universitário e o ensino politécnico são visíveis ao na autonomia das escolas, no financiamento, na acção social escolar e no nível dos graus que são oferecidos.

Na quarta-feira passada, 14 dos 15 institutos politécnicos fecharam as suas portas em protesto. Em Leiria, centenas de alunos do politécnico da cidade manifestaram-se pelas ruas da cidade e entregaram uma carta com

as suas reivindicações no Governo Civil.

«O Governo tem dois pesos e duas medidas ao lidar com os alunos», afirmou, à Lusa, Miguel Costa, da Associação de Estudantes da Escola Superior de Tecnologia e Gestão. «Se todos os estudantes do ensino superior têm queixas, há uns que têm mais queixas que outros», acrescentou.

Também em declarações à Lusa, o presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, Luís Soares, considerou que a intenção do Governo

de criar institutos universitários foi a gota de água que fez transbordar o copo.

A Federação Académica do Porto comentou as exigências do politécnico e afirmou que a situação se deve ao «contínuo defraudar de expectativas por parte do Governo», que «nada fez pela dignificação de um subsistema». A FAP sublinha ainda que o ensino politécnico tem provas dadas ao nível do desenvolvimento regional do País e da inserção no mercado de trabalho dos seus recém-formados.

JCP lança campanha Litoral Alentejano precisa de escolas superiores

A JCP do Litoral Alentejano lançou, na semana passada, uma campanha pela criação de instituições de ensino superior na região, em particular pela abertura imediata do pólo do Instituto Superior Politécnico de Beja na cidade de Santiago do Cacém.

«Será justo que se obrigue os milhares de jovens desta região, após terem acabado o ensino secundário, a irem para o mercado de trabalho ou estudar para longe da sua terra e família? Será coerente e justo excluir a possibilidade a toda esta região de, através da formação e valorização dos seus jovens, se desenvolver, quer social e economicamente, quer do ponto de vista humano?», questiona a JCP.

Os jovens comunistas sublinham que o ensino de nível superior é um factor insubstituível para o desenvolvimento de uma região e um instrumento que permite potenciar as suas virtualidades, além de ser um direito que tem de ser à partida garantido às populações.

Mas esse direito não é cumprido no

Litoral Alentejano. Os concelhos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira não têm nenhuma escola de ensino superior em funcionamento, apesar dos esforços de algumas autarquias.

Exemplos

Como lembra a JCP, a Câmara Municipal de Santiago do Cacém desenvolveu um projecto para a criação de um pólo do Instituto Superior Politécnico de Beja na cidade, com os cursos de Mecânica e Electrónica. A autarquia, depois de ter realizado um estudo comprovativo da necessidade e importância deste projecto, assegurou um espaço destinado ao mesmo. O Ministério da Educação, no entanto, ainda não viabilizou o projecto.

O Instituto Piaget construiu de raiz o Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares de Santo André, em terrenos cedidos pela CM de Santiago do Cacém. A abertura da ins-

tuição estava prevista para o ano lectivo de 1999/2000 com as licenciaturas de Ciências Agrónomicas, Ciências Químicas e do Ambiente, Motricidade Humana e Gestão de Hotelaria e Turismo. O Ministério da Educação, também neste caso, não viabiliza a abertura desta escola, apesar dos cerca de 700 jovens nela inscritos.

«Fica no ar a pergunta: por que razão pretende o Governo e o Ministério da Educação bloquear a existência de uma escola do ensino superior no Litoral Alentejano?», comentam os jovens comunistas.

«Esta é uma luta justa na defesa dos direitos, interesses e aspirações dos jovens desta Região. O Alentejo e os jovens têm direito a mais e melhor!», afirmam.

A campanha contará com colagem de cartazes, distribuições de documentos, colocações de faixas, recolha de abaixo-assinados, pintura de murais e realização de debates e iniciativas nos vários concelhos da região.

ME ignora Trofa

A JCP da Trofa acusa o Ministério da Educação de ignorar os problemas e as necessidades do concelho e exige a construção de uma escola secundária na vila de Coronado.

Numa nota de imprensa, os jovens comunistas recordam que o Grupo Parlamentar do PCP enviou um requerimento ao Ministério da Educação em Dezembro do ano passado, alertando para as carências do parque escolar do concelho, em especial para o avançado estado de degradação das instalações da Escola Secundária da Trofa. Recorde-se que no mesmo dia em que foi entregue o requerimento desabou o telhado de um dos pavilhões de aulas desta escola. Mais de dois meses depois, o ME respondeu ao requerimento, admitindo o excesso de alunos nas escolas da sede do concelho e dizendo que a solução passaria pela construção de uma Escola EB

2+3 «junto à sede do concelho, na área da freguesia de S. Martinho do Campo».

A JCP comenta, ironicamente: «Sim, o senhor ministro da Educação acha que S. Martinho do Campo faz parte do concelho da Trofa e que se construir lá uma escola soluciona todos os problemas do nosso concelho.»

Para a JCP, a construção de uma escola em Coronado permitiria um maior leque de escolha para os alunos do concelho, reduziria o excesso de estudantes da escola da Trofa e impediria que os alunos de S. Romão e S. Mamede do Coronado optassem pelas escolas da Maia e do Porto.

«Só que o senhor ministro não acha necessário, defendendo que os dois mil alunos que frequentam os 2.º e 3.º ciclos no concelho tenham apenas direito a uma escola cuja lotação é de pouco mais de mil alunos», lê-se no comunicado.

• Lígia Calapez
texto
• Jorge Caria
foto

Encontro europeu de movimentos de paz

«O problema não é saber o que é que esperamos do século XXI. O problema é o que o século XXI espera de todos nós.» Uma citação de Gabriel Garcia Marquez, na intervenção de Blasco Hugo Fernandes, vice-presidente do CPPC, no Encontro Europeu de Movimentos de Paz, que decorreu em Lisboa no passado fim-de-semana. E que, de alguma forma, dá o mote da responsabilidade social e política de todos nós num momento em que se perfilam tão graves ameaças à paz. Da nova estratégia da NATO ao retomar do projecto da *guerra das estrelas*.



Está nas mãos de todos nós uma mudança que é urgente

Em Abril de 1999, em Washington, a NATO consumava oficialmente uma mudança de estratégia e dava a sua resposta (ou a resposta dos EUA) à *crise existencial* gerada com a queda do muro de Berlim. Face à *ameaça* de dissolução, por falta do clássico *inimigo*, a opção foi ultrapassar o velho quadro de actuação e proceder a um duplo alargamento – geográfico e político.

Este uma das mais graves realidades que marcam o actual momento político-militar a nível mundial, e profundamente analisado no encontro da Paz, em particular pelo general Pezarat Correia e pelo jornalista Santos Pereira.

O que significa, de facto, este novo conceito? Antes do mais, que a

NATO, como instrumento que é também dos Estados Unidos na Europa, automatou-se para intervir em qualquer ponto do mundo em que considere os seus interesses ameaçados. Assim, já não temos, sequer nos princípios, uma aliança defensiva. E, simultaneamente, evaporaram-se quaisquer limites ao campo de intervenção.

O exemplo do que entretanto se passou nos Balcãs é elucidativo do que representa, na sua aplicação prática, este novo conceito estratégico.

Como lembrou Santos Pereira, «se procurar dar resposta política aos factores de instabilidade, o papel da Nato seria muito limitado». Pelo que «a única maneira de impor a NATO é provocar o confronto militar». Foi

exactamente essa a linha de conduta seguida na Jugoslávia. Num momento em que chegou a haver acordo entre sérvios e muçulmanos, procedeu-se a uma «intervenção deliberada para fazer descambar a situação».

Os resultados estão à vista. Esta uma das faces particularmente salientes da nova estratégia da NATO.

Mas há outras ligadas a esta revisão estratégica. Como frisou Pezarat Correia, os EUA reafirmam hoje claramente a opção nuclear e a actual aposta no sistema de defesa antimísseis, popularizado como a *guerra das estrelas*, implicará ainda uma nova revisão do conceito estratégico da NATO, com o necessário reforço da intervenção fora da sua área.

Estão assim a ser ultrapassadas barreiras várias num processo de militarização sem fim à vista. Com os bombardeamentos de urânio empobrecido, venceu-se uma barreira muito perigosa, como alertou Santos Pereira. A partir daqui, por que não o nuclear tático?

Um outro facto significativo e preocupante. A imposição deste novo conceito foi antecedida da intervenção no Kosovo, que não só na prática é já uma concretização de tal conceito como o justificaria.

Estamos assim perante uma política de factos consumados. O que comporta em si novas ameaças. Por exemplo, questionou Pezarat Correia, «que tipo de facto consumado será necessário lançar para garantir o sistema

de defesa antimísseis?». E aqui entra-se directamente na ameaça nuclear.

Outras dimensões de uma mesma reflexão

Numa empresa situada em Portugal, em zona fronteiriça, para uma mesma função, o salário/hora oscila entre os 470 e os cerca de 1.200 escudos. Dos trabalhadores de 16 nacionalidades integrados nessa empresa, os mais baixos salários vão para os de origem africana que não falam português e os mais elevados para os de nacionalidade espanhola.

O exemplo foi apresentado por Carvalho da Silva, secretário-geral da CGTP-IN, como uma, de entre outras formas de discriminação violenta.

O que está aqui em causa é a ligação entre desequilíbrios sociais e políticas de militarização. Quando «o deus é o lucro», afirmou Carvalho da Silva, surgem necessariamente factores de desequilíbrio geradores de conflitos. Ou seja, a própria exploração capitalista é factor fundamental de conflito. E não só. Como alertou a representante do MDM no Encontro, «os problemas sociais agravados tendem a tornar as mulheres e as populações mais conservadoras». Com os correspondentes custos no plano político.

Os exemplos e testemunhos de desequilíbrio são múltiplos. Dos fluxos migratórios à ausência de políticas agrícolas dignas desse nome, da

profunda desigualdade na distribuição de bens ao violento ataque à solidariedade.

Esta mesma abordagem viria a ser retomada pelo deputado João Amaral, numa perspectiva da mobilização da opinião pública.

«A ameaça que paira sobre a Europa não é militar, mas o subdesenvolvimento, gerador de insegurança.» Por isso, a mobilização das pessoas em torno da luta pela paz passa também pelo seu envolvimento noutras lutas, pelo desenvolvimento equilibrado e harmonioso, pelo empenhamento num esforço de cooperação, contra as alianças agressivas.

Uma batalha que naturalmente não se esgota nesta *outra dimensão*, mas que necessariamente terá de a incluir.

Está nas mãos de todos mudar as coisas

«Voltamos a uma situação em que se procuram *soluções* militares para problemas criados por outras *soluções* militares para problemas que nunca podem ter respostas militares.» O que exige, como sublinhou Ken Coates, presidente da Bertrand Russel Peace Foundation (Inglaterra), um forte movimento da paz. Como construí-lo, ou reconstruí-lo, é a questão que se coloca.

«Está nas mãos de todos mudar as coisas.» Esta a mensagem que João Amaral considera que se impõe



visa que esta questão esteja na ordem de trabalhos da Assembleia Parlamentar OSCE que terá lugar em Paris, em Julho de 2001.

Face aos tempos de insegurança que hoje se vivem, «é importante que na Europa se dê uma resposta dos povos e das opiniões públicas», como afirmou Domingos Lopes, vice-presidente do CPPC. Uma resposta

que, antes do mais, passa pelas organizações pacifistas. «Os movimentos que integramos» – disse ainda Domingos Lopes – «têm a obrigação de estabelecer novas formas de cooperação.»

Está assim nas mãos de todos relançar os movimentos de paz. Por uma Europa e um mundo mais seguros e solidários.

Marcha da Rota 2001

Um momento alto de cooperação entre os movimentos da Paz

«Por uma Península Ibérica livre de bases militares estrangeiras e de armas nucleares» é o lema da marcha da Rota, uma manifestação dos movimentos da paz espanhol e português, até à base militar dos EUA em Puerto de Santa Maria, Cádiz, Espanha.

Em declarações ao «Avante!», Domingos Lopes, vice-presidente do Conselho Português para a Paz e Cooperação – CPPC, sublinhou a importância desta iniciativa.

«É um momento alto da cooperação entre os movimentos de paz da nossa Península Ibérica» – afirmou Domingos Lopes. – «A Rota é uma das mais importantes e sofisticadas bases militares dos EUA para agressão aos povos do Médio Oriente e Norte de África. O governo dos EUA decidiu recentemente alargá-la e dar-lhe maior potencial bélico. É um perigo acrescido.»

O dirigente do CPPC lembrou que o Conselho da Paz «apela aos activistas da paz do Algarve, Alentejo, Setúbal e Lisboa (mais próximos de Cádiz) para

irem e confraternizarem na Marcha em Puerto de Santa Maria».

Nesse sentido, o CPPC organizou, a partir de diversas localidades, vários autocarros «que permitirão a todos participar na Marcha». Os autocarros de Lisboa partem da Rotunda do Marquês de Pombal, às 0 horas do dia 1 de Abril.

«A Rota não diz respeito só à Andaluzia e à Espanha. Diz respeito à Península Ibérica. Diz respeito à Europa», sublinhou ainda Domingos Lopes.

No Encontro dos Movimentos da Paz, realizado em Lisboa no passado fim-de-semana, foi aprovado um apelo à participação de todos na Marcha da Rota.

Contato para inscrição:
CPPC – Conselho Português para a Paz e Cooperação
Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 56, 2.º – 1250-193 – Lisboa
Tel.: 213 863 375
Fax: 213 863 221



PCP presente

No Encontro dos Movimentos da Paz esteve presente uma delegação do Partido Comunista Português, constituída por Albano Nunes, do Secretariado, e Manuela Bernardino e Ângelo Alves, do CC e da Secção Internacional.

«Nos últimos anos desenvolveram-se inquietantes tendências militaristas que exigem uma resposta pronta, mais enérgica e mais articulada, dos movimentos e forças da paz, nas suas diversidades», afirma o PCP na saudação enviada ao Encontro.

Na saudação salientam-se as posições assumidas pelos comunistas nesta área. Por uma política externa de independência e soberania nacional e de paz e cooperação com todos os povos. Pela desvinculação de Portugal da NATO e pela dissolução desta aliança agressiva. Contra a

transformação da UE num bloco económico-político-militar de carácter imperialistas e contra a criação da Força de Reacção Rápida.

O PCP lembra ainda a sua firme oposição à guerra contra a Jugoslávia e o seu empenhamento pelo completo esclarecimento das questões suscitadas pela «síndrome dos Balcãs», a exigência do fim da produção e utilização de armas com urânio empobrecido e do regresso de militares e polícias portuguesas que se encontram na Bósnia e no Kosovo.

Por último, o PCP sublinha o seu empenhamento em esclarecer o povo português das gravíssimas consequências do projecto da *guerra das estrelas* que a nova administração americana ameaça concretizar.



Lutar pelos direitos dos imigrantes

• António Filipe

Nos últimos dias, muitos têm sido os imigrantes residentes em Portugal a deslocar-se aos escassos postos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a aguardar horas sem fim em filas intermináveis com o propósito de obter a autorização de permanência que lhes permita trabalhar no nosso país sem o receio de serem expulsos a qualquer momento para os países que se viram forçados a abandonar em busca de condições de sobrevivência. Não estamos perante um processo de regularização extraordinária semelhante aos que ocorreram em 1992 e em 1996. O que está a acontecer é que, tendo entrado em vigor recentemente a legislação que permite a concessão de autorização de permanência aos imigrantes indocumentados que tenham contratos de trabalho, estes acorreram em massa aos serviços para a obter. Esta situação reflecte bem as enormes proporções a que chegou o fenómeno da imigração ilegal em Portugal e obriga a recordar que ainda não há muitos meses, perante propostas do PCP relativas à regularização de imigrantes ilegais, o Governo e o PS negavam peremptoriamente essa necessidade. A imigração para Portugal tem causas objectivas. Muito semelhantes aliás às que levaram centenas de milhares de portugueses a emigrar para outros países. Impossibilitados de encontrar nos seus países condições de vida dignas, milhares de trabalhadores estrangeiros tentam a sua sorte entre nós. Sujeitam-se para isso muitas vezes a situações de extorsão por parte de organizações criminosas e enfrentam muitas vezes situações laborais infames de ausência de quaisquer direitos. E no entanto o contributo destes trabalhadores para o desenvolvimento do nosso país reveste uma enorme importância. O aumento galopante do número de imigrantes ilegais decorreu acima de tudo da insistência dos governantes portugueses (a par dos seus congéneres da União Europeia) em fechar os olhos à realidade, insistindo numa política de portas fechadas. Política insensata, irrealista e desumana, que condenou milhares de trabalhadores à ilegalidade. Quando finalmente o actual Governo se convenceu da insustentabilidade da situação, enveredou pela criação da figura da autorização de permanência a que os trabalhadores imigrantes presentemente recorrem. Sendo certo que, para os trabalhadores nessa situação, ter autorização de permanência é melhor do que não ter autorização nenhuma, é preciso dizer que não é essa a solução justa para o problema da

imigração e para a garantia dos direitos dos imigrantes. Na verdade, a autorização de permanência, ao depender da existência de um contrato de trabalho, coloca os trabalhadores imigrantes na dependência absoluta dos patrões que os contratam. Isto é, faz depender a possibilidade da sua presença em Portugal, da boa ou má vontade do patronato. É certo que o Governo recuou da sua posição inicial e admite que ao fim de 5 anos de permanência o trabalhador possa obter uma autorização de residência. É certo também que segundo uma boa interpretação da lei, a prova do exercício de uma actividade laboral deve poder ser feita por qualquer meio, não podendo depender exclusivamente do patronato. Mas se isto é assim, não é menos verdade que nenhum trabalhador tem a garantia de ver renovada a sua autorização de permanência por cinco anos consecutivos, e que os obstáculos de toda a ordem que se levantam ao exercício de direitos por parte destes trabalhadores são de molde a suscitar as maiores preocupações. Há a este respeito, alguns factos que têm sido publicitados. Desde logo, a morosidade do acesso aos serviços, que faz aguardar dias sem fim todos os cidadãos que tenham de tratar de qualquer assunto junto do SEF. Depois, as exigências documentais desproporcionadas que são exigidas por esse Serviço e que, em muitos casos, vão muito para além das exigências legais, inviabilizando a obtenção da regularização por parte de muitos cidadãos que, nos termos da lei, teriam direito a ela. Ainda, toda a panóplia de dificuldades que são criadas aos cidadãos que pretendam exercer o direito ao reagrupamento familiar que a lei lhes confere. Tudo isto para concluir que o Governo português não só negou aos trabalhadores imigrantes o meio mais idóneo para regularizar a sua situação de forma estável e digna (que seria a concessão de autorização de residência) como os deixou mais uma vez nas mãos dos negociantes sem escrúpulos, que vendem contratos de trabalho por dezenas ou centenas de contos para que os trabalhadores imigrantes possam requerer a sua autorização de permanência. E entretanto, estes trabalhadores continuam sujeitos, entre nós, às mais penosas condições de trabalho e de vida. Por tudo isto, garantir aos imigrantes condições de vida digna e trabalho com direitos é uma luta em que se devem empenhar todos os portugueses que justamente prezam os direitos humanos.

Realidade arrepiante nas nossas estradas

Pôr fim ao desastre

A sinistralidade rodoviária no nosso país atingiu níveis alarmantes. Todos os partidos estão de acordo neste ponto, como de acordo estão quanto à ideia de que urgem medidas que dêem respostas eficazes no plano do reforço da segurança rodoviária e da prevenção e combate à sinistralidade.

Já em relação às causas para a dramática situação que caracteriza a realidade nas nossas estradas - «torna-se verdadeiramente arrepiante pensar na frequência com que se morre na estrada sem culpa e sem perceber porquê», assim a definiu o deputado comunista Joaquim Matias -, quanto a isso, não se pode dizer que os diagnósticos sejam coincidentes.

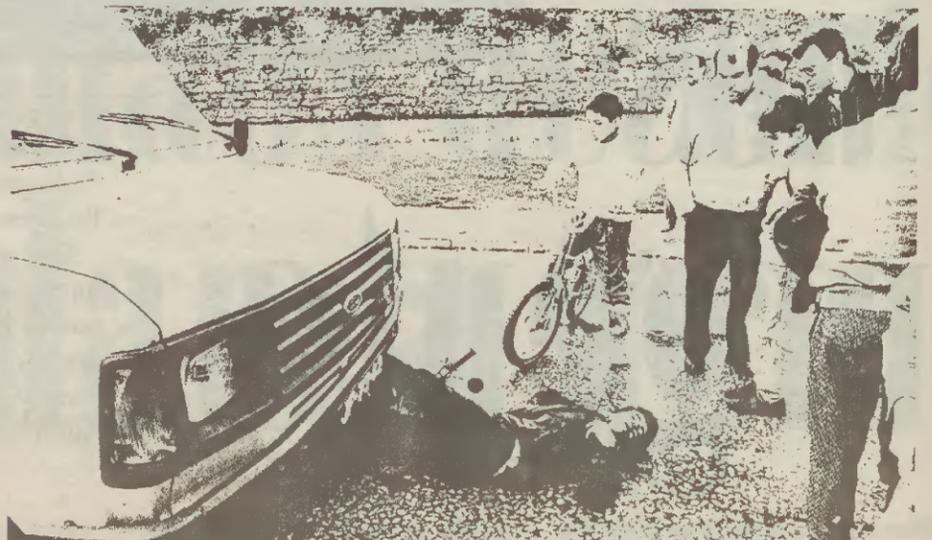
Foram essas mesmas diferenças de opinião quanto à identificação das causas da sinistralidade que vieram a lume no debate efectuado

do deputado vice-presidente da bancada socialista Barros Moura ao cingir o fundamental das causas da elevada sinistralidade à inépcia dos condutores, ao aumento do parque automóvel sem a melhoria correspondente da formação cívica, à deficiente sinalização e à prática de manobras perigosas.

Uma avaliação que não encontrou receptividade por parte da bancada comunista. «Não é

PCP, que seja reconhecida a existência de uma multiplicidade de causas, incluindo, para além das referidas, o estado de manutenção de alguns veículos, a formação dos condutores e o seu civismo, a falta de fiscalização - não necessariamente repressiva mas sobretudo dissuasiva, formativa e informativa - e, mais do que tudo, a «conjugação e concorrência de várias, por vezes muitas, destas causas que, em simultâneo, potenciam os efeitos de cada uma de *per si*». Outro dos aspectos para o qual Joaquim Matias chamou a atenção prende-se

Quaisquer que sejam as medidas a adoptar importa que sejam objecto de debate popular



Urgem medidas de prevenção e combate à sinistralidade rodoviária

sobre o tema, na passada semana, em torno de quatro projectos de resolução da autoria do PS, PSD, CDS/PP e BE.

Para a bancada comunista, como salientou Joaquim Matias, tratava-se, sobretudo - e assim se posicionou no debate -, de considerar «todas as opiniões como contributos desejáveis para encontrar os melhores caminhos e soluções passíveis de incremento imediato a curto e a médio prazo».

Foi manifesto, porém, que o projecto de resolução do PS estava impregnado de uma visão redutora quanto às causas da sinistralidade rodoviária. Isso mesmo esteve igualmente patente na intervenção inicial

correcto, mesmo ao partido do Governo - e que para o defender em todas as circunstâncias evite falar dos seus pontos fracos -, deixar de referir o estado de degradação de muitas vias, a perigosidade de certos traçados e a deficiente ou mesmo incorrecta sinalização», afirmou Joaquim Matias.

Também ao PSD não agradou o diagnóstico feito pela bancada do PS, com o deputado Castro Almeida a acusá-la de apenas responsabilizar os condutores, esquecendo-se que «a responsabilidade também é do Governo» por manter em mau estado de conservação muitas vias públicas.

Importante é, sim, como referiu o deputado do

com a responsabilidade dos membros do Governo que definem as opções políticas e os executantes da conservação exploração da rede rodoviária, bem como à consequente avaliação da eficiência de prestação desse serviço público.

«Não é aceitável, por exemplo - sublinhou a este respeito -, que ainda não se tenha avançado decididamente na protecção dos prumos dos resguardos das auto-estradas em benefício dos motociclistas enquanto a empresa concessionária da exploração das auto-estradas regista elevados lucros».

Vaga de solidariedade

A recente marcha organizada pelo movimento zapatista ficará inscrita «nos anais da história da luta pelos direitos dos povos indígenas». Esta a convicção da bancada comunista expressa em voto de saudação entregue no Parlamento e que deverá hoje ser sujeito a votação.

O texto, depois de saudar o «movimento pela defesa e promoção da cultura e dos direitos dos povos indígenas traduzido na caravana do Exército Zapatista de Libertação Nacional», exorta «todos os intervenientes no processo à via de um diálogo

que conduza à paz e à aprovação de legislação que consagre e defenda a cultura e os direitos dos índios mexicanos».

Considerando esta uma «causa abraçada» por sectores cada vez mais vastos da opinião pública, o voto lembra que a marcha organizada pelo movimento zapatista, percorrendo o País, com vista à defesa do diálogo, da paz e do reconhecimento dos direitos dos cerca de dez milhões de índios mexicanos, tem mobilizado a atenção do mundo e de destacadas figuras da vida intelectual e política.

Fecho da Siderurgia elimina centenas de postos de trabalho

Portugal já não tempera o aço

O alto forno da Siderurgia Nacional encerrou. Mais de cinco centenas de trabalhadores, muitos deles em plena idade activa, vão ter de refazer as suas vidas.

Portugal deixou de produzir aço. Este é pelo menos o quadro que se vai manter (e não se sabe por quanto tempo) até que entre em funcionamento o forno eléctrico da SN Longos, investimento avaliado na ordem dos seis

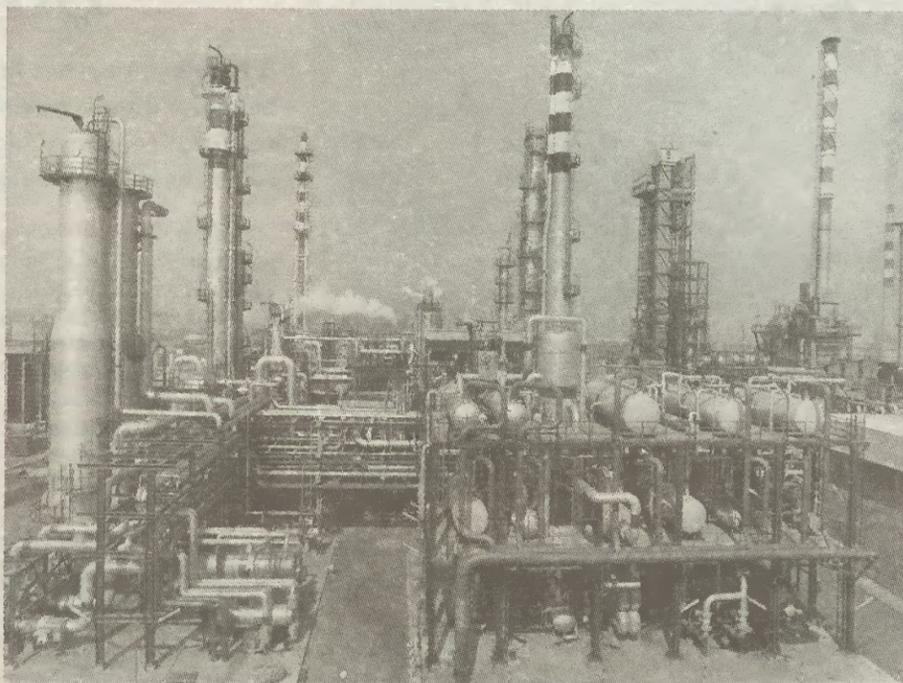
a sete milhões de contos e em relação ao qual se verifica um manifesto atraso. O problema é que existia a garantia do Primeiro-Ministro, dada de viva voz no debate sobre o Estado da Nação, em Junho do ano passado, de que não ocorreria o encerramento do alto forno enquanto não abrisse o forno eléctrico, por si então considerada a «forma mais adequada de produzir aço». A promessa fê-la Antó-

nio Guterres quando interpellado a esclarecer a questão, no referido debate, pelo secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Guterres prometeu que fazia uma coisa e fez outra

«Ora a verdade é que o alto forno foi agora encerrado e não há nenhum forno eléctrico a funcionar», como observa o dirigente comunista, em requerimento dirigido a Guterres, no qual questiona se perante um facto desta natureza não há nenhum membro do Executivo que tenha um assomo de «sobressalto».

É que, em causa, para além de o nosso país ter deixado de poder transformar minério em aço, está o futuro de 570 trabalhadores que



A estratégia dos espanhóis - os novos donos da Siderurgia - é transformá-la em entreposto para o ferro produzido em Espanha

tiveram de aceitar as reformas antecipadas. Trabalhadores que, como salienta o dirigente comunista no texto

endereçado ao chefe do Governo, engrossam «aque-la categoria de cidadãos que são novos de mais para serem reformados, mas também com uma idade em que no nosso mercado de trabalho não encontram postos de trabalho». Isto sem falar, acrescenta, na «sobrecarga sobre a Segurança Social» e no complexo e difícil quadro psíquico e social com que estes trabalhadores

terão a partir de agora de se confrontar.

Mas este desfecho não é mais do que o corolário de um processo de alienação do património do Estado do qual emergem sinais claros de que não foram devidamente acatados os interesses nacionais. Na sequência da privatização, que entregou a Siderurgia aos espanhóis, tornou-se evidente que a estratégia por estes seguida foi a de

«reduzir ao máximo a actividade produtiva no nosso país e transformar a Siderurgia em «armazém» e «entreposto» para o ferro produzido em Espanha». Isto no momento em que prossegue o fenómeno de concentração a nível mundial no sector do aço, resultante de operações de fusão e aquisição.

«Certamente que o Senhor Primeiro-Ministro não comunga da ideia de que o que é bom para Espanha é necessariamente bom para Portugal», disse, a propósito, Carvalhas, antes de se questionar sobre as condições em que ocorreu o processo de privatização da empresa.

O facto mais estranho, ainda sem explicação cabal, é como foi possível a Siderurgia - fabricação dos produtos longos -, na altura da privatização, em 1995, ter sido vendida aos italianos e espanhóis por três milhões seiscentos e cinquenta mil contos para, um ano depois, aqueles últimos terem comprado a parte italiana (RUVA) por cerca de 12 milhões de contos. Isto é, sem qualquer investimento visível, e no curto período de um ano, como faz notar Carlos Carvalhas, a fabricação dos produtos longos valorizou-se em 10 milhões de contos.

O caso do Amadora-Sintra

Assim vai a saúde

O desafio não podia ser mais claro e frontal: «o que queremos é que o Governo negue peremptória e definitivamente que este caminho não está a ser seguido». Em sessão de perguntas ao Governo, sexta-feira passada, depois de ter formulado um conjunto de questões, foi este o repto lançado pelo deputado comunista Bernardino Soares. Esteve longe de ser satisfatória a resposta que obteve. O secretário de Estado da Saúde não foi capaz de negar os factos elencados pelo parlamentar

do PCP e confirmou estarem em curso negociações que admitem todos os cenários. Factos como estes, por exemplo: o de que o Governo aceitou passivamente a gestão privada do Hospital Amadora-Sintra, sem qualquer sinal político de discordância; não assumiu uma fiscalização efectiva à gestão privada, apesar das muitas denúncias de irregularidades (reenvio de doentes para outros hospitais sem qualquer justificação, reenvio para centros de saúde para que fossem estes a suportar

os custos de meios auxiliares de diagnóstico, falta de especialistas e equipamentos que só funcionam em determinados períodos por razões de aumento da rentabilidade); prorrogou o contrato com a entidade gestora, sem qualquer anúncio formal; prepara-se para entregar à mesma entidade privada que gere o hospital Fernando da Fonseca a construção e concessão do novo hospital de Sintra, isto é, privatiza um novo hospital, ainda por cima sem concurso público.

Unões de facto

Iguais direitos para todos

A Assembleia da República aprovou, em votação final global, faz hoje oito dias, os projectos sobre economia comum e uniões de facto entre homossexuais. Os diplomas passaram antes pela comissão parlamentar dos Assuntos Constitucionais, onde, como estava previsto, foram previamente analisados, dando lugar a dois textos distintos: um que regula a economia comum (PS) e outro que faz a síntese dos projectos do PCP, BE e «Os Verdes» sobre uniões de facto entre pessoas do mesmo sexo. Os dois projectos foram aprovados com os votos a favor do PCP, PS, BE, «Os Verdes» e quatro deputados da JSD e os votos contra do PSD, CDS/PP e três deputados que representam o Movimento Humanismo e Democracia, integrado na bancada do PS.

O diploma que cria medidas de protecção a pessoas que vivam em regime de economia comum, da autoria do PS, que tinha sido alvo de forte contestação aquando do debate na generalidade, sofreu vári-

as alterações que o expurgaram de impedimentos nele previstos, o que permitiu o acordo com as restantes formações à esquerda da bancada socialista. O texto final prevê que o regime se aplique a um número indeterminado de pessoas que vivem em comunhão de mesa e habitação há mais de dois anos, tendo sido retirada a expressão «duas pessoas». Os direitos a conferir dizem respeito, por exemplo, a férias, impostos e herança de contrato de arrendamento.

O texto aprovado em relação às uniões de facto, que corresponde praticamente à redacção do projecto de lei do PCP, revoga a lei em vigor sobre esta matéria, aproveitando-se apenas as normais legais desta lei para serem alargadas às uniões de facto entre homossexuais. Ou seja, passará a haver uma lei que regula todas as uniões de facto, independentemente do sexo, eliminando assim o que era considerada uma inaceitável discriminação.

Linha de crédito especial

Em apoio dos comerciantes do Porto

A Assembleia da República aprovou um projecto de resolução preconizando a adopção de medidas de apoio às empresas do comércio tradicional do Porto. O documento final resulta da fusão de um texto inicial apresentado pela bancada comunista a que se juntou depois um outro assinado pelo PS. Dois projectos de lei da autoria do PSD e do CDS/PP sobre a mesma matéria foram rejeitados.

Na base do projecto de resolução agora aprovado estão os impactos negativos na vida económica e social da cidade, designadamente nas pequenas empresas de comércio tradicional e de restauração, resultantes da convergência no tempo e no espaço de um conjunto de obras no âmbito da operação de requalificação urbana e ambiental do Porto 2001 e da construção do metro ligeiro de superfície da Área Metropolitana do Porto.

Para a bancada comunista, como tratou de explicar o deputado Honório Novo - e nesse sentido vai o projecto de resolução -, o importante é que seja criada uma «linha de crédito com juros bonificados destinada a apoiar o esforço financeiro dos agentes económicos afectados pelas obras na Baixa do Porto, per-

mitindo assim ajudar muitos pequenos comerciantes e empresários de restauração que não dispõem de capacidade financeira para suportar os encargos destinados a concretizar os seus projectos de revitalização económica».

Em paralelo com esta linha de crédito especial - que pretende ser uma resposta excepcional a uma situação também ela excepcional, como observou Honório Novo -, o Grupo Parlamentar do PCP defende que devem ser concedidos outros apoios, como sejam, por exemplo, a isenção de taxas e de licenciamentos no quadro da intervenção municipal.

Não é de excluir, por outro lado, segundo o deputado do PCP, que outro tipo de responsabilidades possam vir a ser solicitadas por todos aqueles que se consideram lesados ou prejudicados na sua actividade normal. «A imputação de eventuais responsabilidades exigíveis ao Estado, às autarquias locais ou a órgãos e empresas por aqueles detidos pode ser feita com base em enquadramento jurídico já existente e que inclusivamente permite a determinação de indemnizações por eventuais prejuízos resultantes de situações em todo semelhantes àquelas que se vivem na Baixa do Porto», esclareceu Honório Novo.

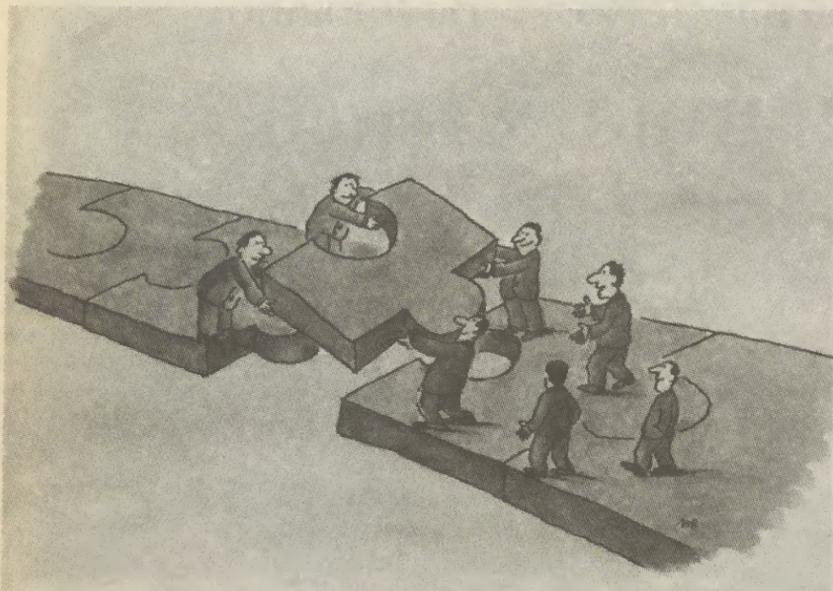
Mediador sociocultural

A deputada comunista Margarida Botelho defendeu o reforço do papel do mediador sociocultural, melhorando o seu estatuto e dotando-o de mais meios efectivos de actuação. Estava-se no debate em torno de dois projectos de lei do PS e BE, ambos aprovados na generalidade, visando cumprir em boa parte aquele objectivo. E por isso as iniciativas foram interpretadas pela bancada comunista como «meritórias», não obstante

algumas dúvidas sobre «questões de princípio» que, do seu ponto de vista, não estão devidamente salvaguardadas nos diplomas.

É o caso, por exemplo, do que Margarida Botelho chamou a existência de «um desvio do local de trabalho previsto para os mediadores». É fundamental a sua presença nas escolas ou nos centros de saúde, ninguém põe em dúvida. «Mas a raiz dos problemas que se manifestam na escola e

nas outras instituições está a montante, no bairro. E deve ser o bairro a base de intervenção dos mediadores socioculturais. Os bairros, sejam eles degradados, sociais, operários ou de classe média, são onde nascem as dificuldades. É lá que é preciso intervir, é de lá que têm de ser construídas as pontes com a escola, a junta de freguesia, o sistema de saúde ou o Instituto de Reinserção Social», sustentou a deputada do PCP.



A estratégia de Lisboa

• Ilda Figueiredo

A contribuição da Comissão Europeia ao Conselho Europeu de Primavera, que se vai realizar em Estocolmo, a 23 e 24 de Março, durante a presidência sueca da UE, tem um título interessante, que merece reflexão: «Tirar o melhor partido do potencial da União Europeia: consolidação e extensão da estratégia de Lisboa.»

Começando por referir que o Conselho Europeu de Lisboa definiu uma estratégia ambiciosa de mudança, que visa transformar a União Europeia, daqui até 2010, «na economia do conhecimento mais competitiva e mais dinâmica do mundo, capaz de um crescimento durável acompanhado de uma melhoria quantitativa e qualitativa do emprego e de uma maior coesão social», a Comissão faz um balanço da evolução das decisões tomadas em Lisboa, há um ano.

As orientações desse documento insistem na prioridade à conclusão do mercado interno através da aceleração do processo de liberalização, ao reforço dos mercados financeiros mediante a instituição dos fundos de pensões, ao aumento da competitividade das empresas assente na redução dos custos salariais, na flexibilidade e na mobilidade do trabalho.

Acelerar a liberalização

Mas onde o documento mais se distingue é em relação à aceleração do processo das liberalizações com intensificação da concentração e centralização dos grupos económicos e financeiros, fazendo pressão sobre áreas historicamente ligadas ao sector público.

Para a Comissão Europeia não basta que já tenham avançado as liberalizações no comércio electrónico, que haja uma concorrência acrescida nos serviços locais de telecomunicações, se tenha concretizado a primeira etapa de liberalização dos caminhos-de-ferro. Critica os avanços lentos na liberalização dos serviços postais, que neste momento está a ser apreciada pelo Conselho, dos sectores do gás e da electricidade, do transporte de passageiros e do frete ferroviário interior, e exprime o desejo de que antes de 2004 haja a criação de um céu único europeu.

Entretanto, a Comissão já apresentou novas propostas de liberalização, designadamente dos transportes terrestres de passageiros e dos serviços

portuários de natureza comercial. Com o pretexto de que é preciso garantir a concorrência e concluir a construção do mercado interno, através da privatização dos mais diversos sectores e serviços, de facto a Comissão está a promover o processo de concentração e centralização do capitalismo, transformando os ditos «monopólios públicos» em monopólios privados e acompanhando estas propostas de maior precariedade no emprego, ataques aos direitos dos trabalhadores, e, em geral, de serviços de pior qualidade ou mais caros, pondo em causa a satisfação das necessidades básicas das categorias mais vulneráveis da população e afectando zonas mais desfavorecidas, onde as multinacionais não querem actuar, por considerarem pouco rentável a sua actividade nessas zonas pouco povoadas ou deprimidas. Daí que a Comissão já tenha enviado uma proposta que pretende definir os «serviços de interesse geral», preparando-se para garantir o financiamento público dos serviços públicos entretanto privatizados e entregues a multinacionais. Simultaneamente, avança a pressão para a dinamização dos fundos de pensões profissionais, a criação de um mercado único para as reformas complementares e alguma privatização dos sistemas de pensões nacionais com o objectivo de criar novas formas de financiamento dos mercados financeiros e alimentar a especulação bolsista.

Área social adiada

Claro que na área social não avançaram as principais iniciativas legislativas previstas na Agenda Social, designadamente as que previam o reforço dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores e a melhoria das suas condições de trabalho.

E assim caminha a «estratégia de Lisboa», embrulhada em papel celofane com a fita rosa da «inovação, do conhecimento e do pleno emprego» propagandeada pelo Governo do eng. Guterres, visando escamotear as reais intenções da Cimeira de Lisboa de há um ano: acelerar a liberalização e as privatizações de sectores e serviços básicos e insistir em novas tentativas de redução da protecção social com o argumento de que é necessário impedir aumentos de custos.

Só a luta dos trabalhadores e seus aliados poderá pôr cobro a estas tentativas, como as manifestações que a CGTP vai realizar neste fim-de-semana.

Parlamento Europeu exige a libertação dos portugueses raptados em Cabinda

Libertação já!

A resolução aprovada na passada semana, por iniciativa dos deputados dos quatro partidos portugueses representados, condena a tomada de reféns como instrumento de acção política.

O rapto de oito cidadãos portugueses em Cabinda subiu ao plenário quinta-feira da passada semana, numa sessão que ficou marcada pelo incidente da expulsão dos representantes da FLEC que se introduziram nas instalações logo pela manhã.

A sua presença foi denunciada por Joaquim Miranda, o que levou a presidente Nicole Fontaine a tomar as medidas correspondentes, comprometendo-se ainda a averiguar a forma como os referidos elementos entraram no edifício.

Aliás, a facilidade com que os representantes da FLEC se movimentam e agem nos estados-membros, e até dentro do PE, foi um dos aspectos que Joaquim Miranda criticou na sua intervenção.

O deputado do PCP pediu a rápida e incondicional libertação dos reféns, apelando aos esforços nesse sentido, não só do Governo português, mas também dos governos dos estados-membros. «Este tipo de actos deve ser firmemente condenado pela comunidade internacional, até por-

que agravam o conflito em Angola e visam o reconhecimento de objectivos separatistas sem qualquer legitimidade, que não são sequer reconhecidos pela OUA ou pela ONU», sublinhou.

É nesse sentido que o texto «exorta os governos, as organizações internacionais e as ONG a cooperarem nas iniciativas em curso desde o momento do rapto e a realizarem todos os esforços ao seu alcance para conseguir a libertação dos reféns, pressionando os responsáveis, que actuam livremente nos seus países, para que compreendam que actos de rapto e constituição como reféns de cidadãos estrangeiros, completamente alheios aos conflitos políticos e militares locais, são inaceitáveis como instrumento de pressão política para defender seja que reivindicações forem».

PCP condena

Uma nota do Gabinete de Imprensa do PCP condena

«firmemente» os raptos dos «cidadãos portugueses a trabalhar em Cabinda, em Angola, perpetrados por diferentes facções da autodenominada FLEC».

O PCP considera-os «actos criminosos (...) que visam dar visibilidade internacional àquela organização e agravar a situação político-militar naquele país». Também as «declarações do indivíduo apresentado como representante em Portugal da FLEC, ameaçando cidadãos portugueses, são absolutamente inaceitáveis e exigem medidas que ponham cobro às suas actividades hostis em território nacional».

O PCP considera ainda «fundamental que o governo português leve a cabo todos os esforços para defender a vida dos portugueses sequestrados, exigindo simultaneamente que a soberania e a integridade territorial de Angola sejam respeitadas».

Por último, a nota chama a atenção para o facto de que «o alastramento das acções terroristas e separatistas em Cabinda só agravarão a situação político-militar em Angola e em toda a região, e a desestabilização do continente africano, já de si martirizado por inúmeras guerras».

Guerra das patentes mata milhões em África

Cerca de 95 por cento das pessoas contaminadas com o vírus da SIDA vivem nos países em vias de desenvolvimento, 25 milhões das quais na África subsariana. No entanto, nestas regiões o preço dos medicamentos antiretrovirais coloca-os fora do alcance dos necessitados, embora se saiba que esses mesmos medicamentos diminuíram em cerca de 75 por cento o número de mortos de SIDA na Europa e nos EUA.

Para além da SIDA, doenças tropicais com a malária, a tuberculose e a doença do sono continuam a matar milhões de pessoas devido ao aumento das resistências e à inexistência de tratamentos porque as indústrias farmacêuticas abandonaram a investigação por razões de mera rentabilidade comercial.

Depois de, em Fevereiro passado, a Comissão ter avançado com um programa de acção de combate à SIDA, malária e tuberculose que prevê a instituição de um sistema global de preços diferenciados, o Parlamento Europeu pediu na passada semana que seja desenvolvido um sistema que permita aos países em vias de desenvolvimento o acesso equi-

tativo a medicamentos e a vacinas a preços acessíveis.

A resolução, apresentada por deputados de vários grupos políticos, entre os quais Joaquim Miranda, expressa ainda a sua solidariedade e apoio aos governos da África do Sul e do Quênia na sua luta para produzir medicamentos patenteados sem autorização com os objectivos de protecção sanitária.

Finalmente, o PE solicitou à Comissão que em conjunto com os estados-membros assumam um papel destacado na cena internacional na luta em prol dos medicamentos essenciais, favorecendo a transferência de tecnologia e o apoio à produção local. Os deputados convidam ainda as empresas farmacêuticas que contestaram em tribunal a lei sul-africana de 1997 em matéria de medicamentos a abandonarem o caso.

Recorde-se que, na África do Sul, em cada dez sul-africanos um é seropositivo e metade dos jovens de 15 anos correm o risco de ficar contaminados com a Sida. Até 2010, estima-se que a doença reduza a esperança de vida em 20 anos.

Miranda preside delegação

O deputado, do PCP, Joaquim Miranda preside a delegação do Parlamento Europeu que esteve, segunda e terça-feira, na República do Congo e na República do Zaire. Esta visita, no âmbito da qual foram mantidos encontros com os respectivos presidentes Joseph Kabila e Sassau Nguesso, realizou-se em paralelo com a Assembleia Paritária ACP/UE, que terminou ontem na capital do Gabão, Libreville.

A assembleia ACP-UE reúne duas vezes por ano mais de 150 deputados e representantes europeus e dos países de África, Caraíbas e Pacífico e é o único fórum do mundo que convoca tão grande número de eleitos do Norte e do Sul.

Um dos principais temas da agenda foi a prevenção e resolução dos conflitos e a aplicação de políticas a favor da paz. A assembleia discutiu ainda a saúde e a educação

de base na África central, a ajuda da UE à agricultura e às infra-estruturas nesta região e a migração nos países ACP e na UE. A UE e os 77 países ACP estão ligados desde 23 de Junho por um novo acordo de parceira, o Acordo de Cotonu, que sucede às quatro convenções de Lomé e se destina a facilitar a integração dos ACP - que contam vários dos estados mais pobres do planeta - na economia mundial.

Quota de açúcar insuficiente

Um relatório aprovado na passada semana sobre a Organização Comum de Mercado do Açúcar rejeita as propostas apresentadas pela Comissão, que visam reduzir o contingente de produção (as quotas) de 115.000 toneladas/ano e a supressão do reembolso dos custos de armazenagem. Além disso, o PE defende o prolongamento do sistema actual até 2006 e não, como a Comissão pretendia, apenas até 2002/2003.

Uma das questões introduzidas pelos eurodeputados visa garantir um regime específico para o abastecimento da empresa açucareira/refinaria estabelecida na Região Autónoma dos Açores, de modo a compensar a sua localização ultraperiférica e a garantir a preservação desta actividade na região, uma das mais pobres da Europa.

Em contrapartida, o plenário não foi sensível à proposta apresentada por Ilda Figueiredo de aumento em 30 mil toneladas da quota portuguesa de açúcar. A deputada do PCP fundamentou a sua alteração no facto de a actual quota de 70 mil toneladas, cujos direitos de produção se encontram totalmente atribuídos, representar somente 20 por cento do consumo do país. Por outro lado, esta reduzida quota poderá pôr em risco, no futuro, a viabilidade económica da única fábrica de transformação de beterraba em Portugal continental, que se encontra em Coruche, e que necessita de atingir uma laboração próxima das 100 mil toneladas, o que seria conseguido com a adopção da alteração proposta. Acresce ainda que, como sublinhou Ilda Figueiredo, «esta correcção permitiria garantir uma situação de equidade para os agricultores portugueses e garantir a sustentabilidade da produção de beterraba, a qual, aliás, pode e deve ser aumentada quando entrar em funcionamento a barragem do Alqueva».

Economia e pobreza

Apesar de existirem mais de 14 milhões de desempregados e cerca de 65 milhões de pobres na UE, o relatório do PE sobre a situação económica europeia insiste na flexibilização do mercado de trabalho, ignorando as gritantes desigualdades de rendimento e o facto de o emprego ser cada vez mais precário, uma vez que a maioria dos postos de trabalho criados são temporários ou a tempo parcial. Estes são os factos que Ilda Figueiredo sublinhou na sua declaração de voto, notando que em vez da «sacrossanta competitividade e da noção abstracta de economia social de mercado, a política da UE devia reger-se pela melhoria contínua da qualidade de vida dos seus cidadãos».

Municipais em França

Aviso sério ao governo

Apesar da vitória histórica em Paris e Lyon, a esquerda governamental acabou por ter um resultado negativo no conjunto das 36.500 câmaras municipais francesas.

O candidato da «esquerda plural», o socialista Bertrand Delanoë, venceu em Paris, cuja Câmara Municipal estava nas mãos da direita há mais de um século e foi governada durante dezoito anos pelo actual chefe de Estado, o neogaullista Jacques Chirac.

A esquerda obteve também outra importante vitória ao conquistar Lyon, a terceira maior cidade do país e feudo da direita há meio século. O candidato socialista Gérard Collomb derrotou o ex-primeiro-ministro liberal Raymond Barre.

Mas apesar da perda de Paris, Lyon, Dijon, Agen, Ajaccio ou Auxerre, entre outras (ao todo a esquerda ganhou 15 novas câmaras), a direita conquistou 34 cidades à esquerda, conseguindo infligir uma pesada derrota aos ministros candidatos. Logo na primeira volta (dia 12), Jean-Claude Gayssot (PCF) foi afastado em Beziers e Dominique Voyet (Verdes), em Dole. A segunda volta eliminou mais quatro: em Avignon, Elisabeth Guigou; Pierre Moscovici, em Montbéliard; Jack Lang, em Blois; e Alain Richard foi batido nas

eleições cantonais de Cergy-nord, em Val-d'Oise.

As municipais francesas ficaram ainda marcadas por uma forte descida do PCF que perdeu para a direita Nimes, a única cidade com mais de 100 mil habitantes até aqui gerida por comunistas, averbando um conjunto de derrotas em vários importantes bastiões.

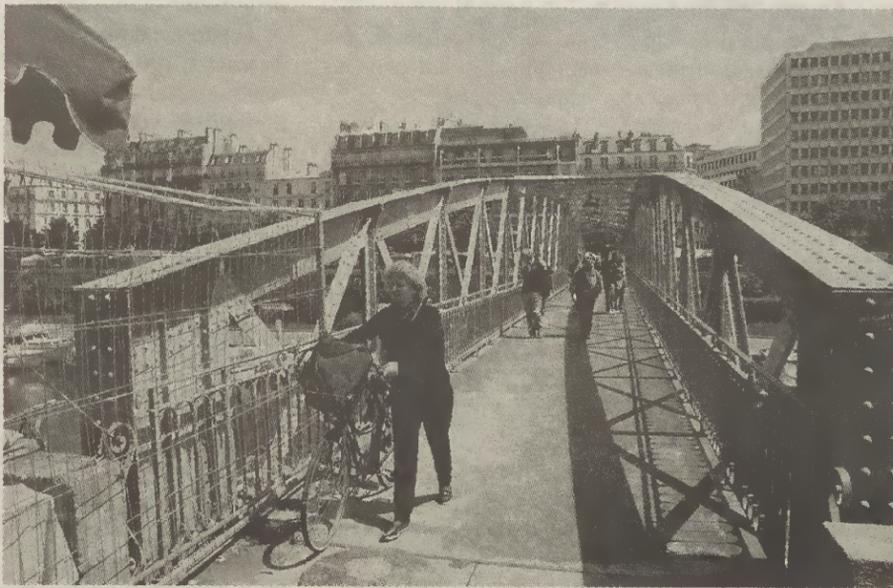
Desde 1995, os comunistas

estavam à frente de 56 cidades com mais de 20 mil habitantes. Destas, na primeira volta, mantiveram 18 e perderam três (Montluçon, Drancy e Sens). No domingo, o veredicto foi de novo desfavorável ao PCF que, para além de Nimes, se viu arredado de cidades como La Ciotat, La Garde, Evreux, Miramas, Dieppe, Tarbes, Sète, Argenteuil, La Seyne-sur-Mer, Colombes,

Patin e do departamento de l'Allier.

Verdes e extrema-esquerda sobem enquanto a direita resiste bem fora dos grandes centros

Pela positiva destaca-se a vitória em Sevrans (Seine-Saint-Denis) e em Arles, para além de Montigny-les-Cornailles, onde o secretário-geral do PCF foi eleito, e da boa resistência em Ile-de-France, com a manutenção de 11 cidades com mais de 30 mil habitantes, logo à primeira volta.



A conquista da Câmara de Paris constitui um feito histórico para a esquerda e um resultado de graves fracturas na direita

Alerta máximo

Os resultados das municipais, como escreve Bernard Frederick na edição de segunda-feira do *L'Humanité*, constituem para a esquerda «um aviso de alerta máximo». «Um desempregado, quem ganhe o salário mínimo, um jovem excluído da escola, ou um beneficiário do Rendimento Mínimo não têm forçosamente a mesma atitude nas eleições locais das pessoas que têm um mínimo de segurança garantido ou daquelas cujas prioridades dependem de uma política de equipamento, ordenamento e de ambiente. As ameaças sobre as reformas, a estagnação dos salários e a patente perda do poder de compra dos operários, empregados e funcionários públicos foram aspectos que estiveram ausentes na campanha», recorda o jornal.

E foi exactamente este descontentamento que os Verdes e os partidos de extrema-esquerda conseguiram captar. Os primeiros impondam-se como a segunda força de esquerda depois do PS e os segundos subindo significativamente nas zonas

industriais sinistradas do Norte - Pas-de-Calais e da região parisiense.

Como nota o mesmo artigo do *L'Humanité*, durante a campanha eleitoral «as listas da extrema-esquerda atacaram directamente a política do governo e os partidos que partilham essa responsabilidade. Os seus resultados, indiscutivelmente, constituem uma sanção para a esquerda e um ensinamento».

E o jornal conclui mais adiante: «O PCF paga mais que outros o seu tributo à política governamental porque a sua base sociológica natural é mais desprezada pelo poder e é a mais excluída dos benefícios do crescimento enquanto que a sua mutação incabida o impede de liquidar o seu passivo - o que é algo completamente diferente do seu passado! - e entrava a sua abertura a camadas e a gerações novas. A análise dos resultados destas eleições coincide, para os comunistas, com a preparação do congresso extraordinário que deverá, em Outubro, presidir ao nascimento de um novo partido comunista. Ela alimentará a troca de argumentos.»

Uma perda de toda a esquerda

Robert Hue, comentando os resultados num canal francês, difundido pela TV5 no domingo à noite, referiu-se a «uma má noite para a esquerda, com severas perdas para o PCF mas não só para o PCF», concluindo que é preciso «olhar de perto o que se passa no eleitorado popular cujas aspirações não foram visivelmente satisfeitas pela política do governo».

O secretário-geral do PCF fez ainda questão de repetir aquilo que, disse, «ando a dizer desde há meses: é preciso rapidamente aumentar os salários, as pensões. Os reflexos do crescimento devem ser mais significativos para os franceses e traduzirem-se concretamente nas folhas de pagamento».

KFOR deve prevenir incursões albanesas

Os incidentes na fronteira entre o Kosovo e Macedónia motivaram o Parlamento Europeu a aprovar uma resolução que expressa condolências às famílias das vítimas, condena a violência dos extremistas albaneses, bem como as suas incursões armadas no território, cuja integridade e soberania devem ser respeitadas.

O texto, que teve o voto favorável dos deputados do PCP, condena igualmente os incessantes ataques contra as forças de manutenção da paz na região, mas congratula-se com a reacção moderada do governo macedónio, encorajando-o a resolver a crise através de instrumentos políticos e diplomáticos.

O PE acolhe com satisfação a recente libertação de 99 prisioneiros kosovares pelas autoridades de Belgrado, mas insta-

-as a entregarem imediatamente à Missão das Nações Unidas os restantes prisioneiros ainda detidos na Sérvia.

A presença de monitores da UE no Sul da Sérvia é igualmente salientada como factor positivo embora o PE entenda que o seu número deveria ser aumentado e a sua presença alargada à zona norte da antiga República Jugoslava da Macedónia.

Os eurodeputados exortam em particular a força multinacional de manutenção de paz, (KFOR) a proteger a fronteira do lado do Kosovo e a prevenir incursões de extremistas de etnia albanesa nas zonas fronteiriças, se necessário recorrendo a meios militares, bem como a adoptar uma abordagem mais dinâmica, procedendo à detenção desses extremistas.

Mais transparência na OMC

Entre as recomendações que o Parlamento Europeu faz à Comissão sobre as negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio, destaca-se a necessidade de assegurar mais transparência e de reforçar o controlo parlamentar da OMC, o que passaria pela criação de uma dimensão parlamentar desta organização. O relatório considera que a dificuldade em obter progressos decorre da inexistência de um quadro amplo de negociações e apela por isso a uma série de novas negociações globais e multilaterais.

Mas apesar de integrar de alguns aspectos positivos, nomeadamente algumas emendas da comissão de agricultura, os deputados do PCP discordaram do relatório, tendo Ilda Figueiredo explicado que ele não reflecte «as crescentes preocupações das populações mundiais com as consequências da liberalização mundial do comércio bem presentes nas manifestações de Seattle e no Fórum Mundial de Porto Alegre».

Em seu entender, são positivas as referências à necessidade de transparência, de um melhor controlo parlamentar e ao respeito dos princípios da precaução e de um desenvolvimento sustentável. Contudo, o relatório «não é consequente nas suas posições acabando por defender a continuação das liberalizações, designadamente para o comércio de serviços». No que diz respeito à agricultura, embora o relatório tenha integrado certas alterações relativas à segurança alimentar e qualidade dos alimentos, não tem em conta outras alterações apresentadas pelos deputados comunistas, designadamente sobre o Acordo de Blair House, nomeadamente no sector das plantas proteaginosas, dada a crise da BSE e a interdição das farinhas animais. Também neste sector sensível, o relatório defende a liberalização das trocas agrícolas.

OGM na Europa

Um relatório do PE vem defender a utilização na Europa do organismos geneticamente modificados desta tecnologia elogiando as suas vantagens para a saúde, ambiente, agricultura, indústria e mesmo para os países em vias em desenvolvimento. Recorde-se que devido ao desconhecimento das consequências dos OGM, grande parte dos Quinze - incluindo a Itália, Luxemburgo, Dinamarca e França - decidiu bloquear a entrada em circulação destes produtos até existirem mais certezas sobre a matéria.

Segundo Ilda Figueiredo, o relatório aprovado ignora as questões éticas e sócioeconómicas que a matéria levanta, mas antes «dá voz de uma forma parcial e perigosa a todos os interesses das grandes multinacionais do sector».

Prisões em Israel...

Seiscentos reservistas foram presos em Israel nos últimos seis meses por se recusarem a desempenhar tarefas militares nos territórios palestinos ocupados. De acordo com as organizações pacifistas, as recusas «confirmam a progressiva perda do espírito militar entre a população israelita e evidenciam a impopularidade» da guerra contra os palestinos. Embora as autoridades militares não tenham dado grande importância aos dados agora divulgados, os pacifistas consideram-nos um bom resultado da campanha lançada em Outubro último apelando à rejeição de «qualquer tipo de missão nos territórios ocupados».

«Até agora não houve uma discussão séria sobre se Israel é uma nação com um Exército ou um Exército com uma nação. Penso que quando houver muita gente a negar-se a prestar o serviço militar poderemos iniciar esse debate. Entretanto, o facto é que o número dos que não o querem fazer vai aumentando», afirmou a propósito Profil Hadash, do Partido Comunista Israelita. Segundo a legislação israelita, todos os cidadãos são obrigados a prestar serviço militar 30 dias por ano até aos 49 anos de idade.

... e crianças atacadas

Pelos menos seis crianças palestinianas, com idades entre os 10 e os 13 anos, sofreram queimaduras em consequência da explosão de uma granada ofensiva lançada quinta-feira passada por soldados israelitas para o pátio de um colégio na cidade cisjordana de Hebron.

Uma nota do Exército israelita «justificou» a atitude dos soldados com o facto de as crianças terem atirado pedras contra os veículos do exército.

Despedimentos

A empresa norte-americana de computadores Compaq anunciou há dias que vai eliminar 5000 postos de trabalho, ou seja, sete por cento dos seus efectivos em todo o mundo. De acordo com as previsões para este ano, a empresa espera facturar entre 9000 e 9200 milhões de dólares, menos quatro por cento do que no ano passado, pelo que decidiu proceder a uma «reestruturação».

Também a Sodiber, filial espanhola do grupo francês Sodiaal, que fabrica os produtos da Yoplait, decidiu fechar a sua fábrica de Alcobendas (Madrid), lançando no desemprego 327 trabalhadores, quase 90 por cento dos seus efectivos. A Sodiber ficará reduzida a 38 pessoas, nas áreas comercial e administrativa.

O primeiro-ministro macedónio, Ljubco Georgievski, responsabiliza países ocidentais pelos ataques do UCK

Macedónia acusa NATO de traição

• Anabela Fino

Primeiro foi o Kosovo, agora é a Macedónia. O autodesignado Exército de Libertação Nacional (UCK) dos albaneses repete a encenação, com a cumplicidade dos EUA.

O chefe do executivo da Macedónia, Ljubco Georgievski, acusou domingo os países da aliança Atlântica, «especialmente os EUA e a Alemanha, de estarem a fomentar «a criação de talibãs na Europa». Numa mensagem difundida pela televisão, Georgievski afirmou que «nem um único macedónio pode acreditar que os governos dos Estados Unidos e da Alemanha não conheçam os chefes dos grupos que estão a entrar na Macedónia».

Segundo Georgievski, citado pelo diário espanhol *El País*, se os países da NATO «permitirem a agressão procedente do Kosovo contra a Macedónia», não só a sua política no Kosovo nos últimos dois anos será posta em causa como «a intervenção da NATO toma outras dimensões».

As inflamadas declarações do primeiro-ministro

macedónio têm toda a razão de ser. Depois de ter acolhido 250 000 refugiados albanos-kosovares fugidos dos bombardeamentos da NATO no Kosovo, o governo de Skopje estaria à espera de tudo menos de ver a repetição, no seu território, das manobras dos independentistas albaneses.

O figurino é em tudo idêntico ao registado no Kosovo: os mesmos protagonistas, as mesmas acusações e os mesmos objectivos.

Sentido-se traído pela NATO com quem colaborou e pelos independentistas que agora não hesita em classificar de «terroristas», o governo da Macedónia reconhece o que há muito se sabe, ou seja, que nada disto seria possível sem a cumplicidade das potências ocidentais, designadamente dos EUA e da Alemanha.

Importa recordar que os homens do UCK, oficial-

mente dissolvido e desarmado em 1999, têm as suas bases no Kosovo, um pequeno território sérvio onde há dois anos se

encontram cerca de 40 000 soldados da KFOR (Força Internacional de manutenção de paz no Kosovo), dos quais cerca de 5600 são norte-americanos. Este importante contingente não só se tem revelado incapaz de manter a paz no Kosovo como se revelou totalmente ineficaz na vigilância dos 250 quilómetros de fronteira entre aquele território e a Macedónia. É muita incompetência junta para forças tão especializadas. Tudo muda de figura se lhe mudarmos o nome para convivência...

Dados esclarecedores

Desde Junho de 1999, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), centenas de sérvios foram

O figurino é em tudo idêntico ao registado no Kosovo

mortos no Kosovo e mais de 200 000 pessoas «não albanesas» foram obrigadas a fugir do território. O UCK tem aí o seu

quartel-general e as teses independentistas fazem o seu caminho, apesar dos acordos que puseram fim à agressão da NATO contra a Jugoslávia reconhecerem o Kosovo como parte integrante do território da Sérvia. Ibrahim Rugova, dito «dirigente moderado» kosovar, afirmava há dias que «a independência do Kosovo já não é negociável».

A instabilidade na região estendeu-se há cerca de um ano ao sul da Sérvia, com os extremistas albaneses (UCPMB) a reivindicarem a integração das comunidades de Presevo, Medvedja e Bujanovac num «Kosovo independente». O UCPMB está implantado justamente na zona de segurança criada em 1999 pela NATO, numa zona fronteira ao Kosovo, de onde dirige os seus ataques às tropas jugoslavas insta-

ladadas para além da «zona tampão».

No Montenegro, que forma com a Sérvia a República Federal da Jugoslávia, o presidente Milo Djukanovic defende abertamente a formação de um estado independente. Recentemente, Djukanovic propôs à Sérvia a formação de uma união de dois Estados independentes, cada um com representação na ONU. Belgrado rejeita o projecto, mas as potências ocidentais (leia-se os EUA e a Alemanha, designadamente) apoiam-no.

Como duvidar, perante esta pequena amostra, que o plano para desmembrar a Jugoslávia, iniciado há cerca de uma década, continua o seu curso, mesmo após as mudanças registadas em Belgrado? E como não perceber que a intervenção da NATO nos Balcãs nada tem a ver com as alegadas «missões humanitárias»? Resta cada vez menos espaço para duvidar que inconfessáveis interesses geopolíticos e geo-estratégicos estão a minar a paz na Europa.

Ultimato americano à Jugoslávia

Os EUA exigem que o ex-presidente jugoslavo Slobodan Milosevic seja preso e extraditado para o Tribunal Penal Internacional (TPI) de Haia até 31 de Março. A não se verificar o que os norte-americanos classificam de «sinais claros de cooperação» com o TPI, será cancelada a prometida ajuda de 100 milhões de dólares ao governo de Belgrado.

De acordo com uma lista de exigências apresentadas este mês pelo embaixador norte-americano William Montgomery ao presidente jugoslavo Vojislav Kostunica, as autoridades sérvias deverão, entre outras coisas, comprometer-se publicamente a colaborar com o TPI nas acusações contra Milosevic, providenciar o acesso do tribunal «a documentos importantes», aprovar de uma lei que permita transferir suspeitos para o TPI mesmo sem estar determinada a sua culpa ou inocência, «expulsar» da Jugoslávia «os sérvios bósnios acusados», desenvolver esforços «para ajudar a instruir o povo sérvio» sobre «os crimes contra a humanidade cometidos por Milosevic e por outros», e «libertar os albaneses detidos» nas prisões sérvias.

Segundo o *International Herald Tribune* de 10 de Março, a lista, intitulada «Acções específicas que poderão contribuir para um

atestado positivo a 31 de Março», deixa claro que em causa está não apenas a ajuda económica que Washington poderá conceder a Belgrado, mas também o apoio dos EUA à ajuda que a Jugoslávia pretende obter junto do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

Belgrado pede paciência

Esta chantagem descarada está a gerar acesa polémica em Belgrado, cujas autoridades se desdobram em declarações contraditórias.

Na passada sexta-feira, uma notícia da CNN, com informações da Reuters, dava conta que o embaixador da Jugoslávia nos EUA, Milan Protic, garantia estar «muito confiante de que Milosevic será preso até ao dia 31 de Março». Segundo a mesma fonte, o diplomata pediu compreensão para as novas «realidades» do país, e paciência no respeitante à extradição de Milosevic.

«É problemático para qualquer país extraditar os seus cidadãos», disse Protic, sublinhando que se deve «compreender que temos que lidar com a questão com muita cautela». De acordo com o diplomata, as autoridades jugoslavas estão prontas a honrar as suas obrigações internacionais, mas pedem

«que não haja impaciência em relação ao assunto».

Dizendo não acreditar «em relações baseadas em reivindicações, ultimatos ou exigências de um lado, e obrigações de satisfazer pré-requisitos de outro lado», Milan Protic fez notar que «essa não é a melhor forma de abrir uma nova página» nas relações bilaterais.

Por seu lado, o primeiro-ministro sérvio, Zoran Djindjic, afirmou no sábado que não há «qualquer possibilidade» de prender e extraditar Milosevic para o TPI até 31 de Março. «Isso não é realista e representaria a aplicação de uma forma de violência jurídica», disse Djindjic em entrevista à televisão estatal sérvia, RTS, citado pela Lusa.

«Ninguém, no seio da Oposição Democrática Sérvia (DOS, no poder), é favorável ao recurso a uma violência jurídica», declarou Djindjic.

O dilema de Kostunica

O presidente Kostunica, por seu lado, já havia no início do mês lamentado as exigências de Washington numa carta publicada na revista NIN, onde refere os problemas com que se debate a Jugoslávia, desde as dificuldades económicas às tentativas de secessão do Montenegro, passando pelos ataques dos independentistas albaneses no sul da Sérvia.

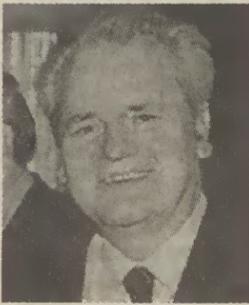
Referindo-se ao ultimato norte-americano, Kostunica escreve: «Pedem-nos para desenvolver as instituições democráticas, um sistema judicial independente, mas ao mesmo tempo fazem ouvir fortes desconfianças nesse sistema e negam completamente a sua jurisdição em algumas matérias.»

Kostunica, que por várias vezes criticou o TPI e a sua duvidosa legalidade, prometeu durante a campanha eleitoral de Setembro que não extraditaria Milosevic para Haia. Uma promessa que agora se diz incapaz de manter, afirmando que os poderes presidenciais podem não ser suficientes para evitar a extradição.

Culpado de qualquer coisa

O ex-presidente Slobodan Milosevic encontra-se há mais de um ano na sua residência sob custódia do tribunal, que ainda não conseguiu formular qualquer acusação para o levar a julgamento.

Gorada que foi a tentativa de acusar o ex-presidente de ter vendido em proveito próprio reservas de ouro sérvias - a história fez correr rios de tinta no país, ao contrário do desmentido a que pouca atenção foi dada pelos órgãos de comunicação -, procura-se agora acusar Milosevic seja do que for. Como refere um diplomata citado pelo *International Herald Tribune*, pouco importa a acusação porque «toda a gente



sabe que Milosevic é culpado de alguma coisa». A confirmar esta ideia está o facto de a lista de exigências de Washington não especificar as acusações pelas quais gostaria de ver Milosevic preso, desde que o prendam. Nada podia exprimir melhor o que entende por «justiça» a famigerada «democracia» americana.

Balcãs

O inferno da NATO

A estratégia diabólica seguida pela NATO nos últimos dez anos, nos Balcãs, ameaça mais uma vez desencadear um novo inferno na região.

O fogo dos conflitos étnicos e religiosos atizado pelos interesses políticos, económicos e militares da Alemanha e dos EUA, visando a destruição total da República Federal da Jugoslávia, continua a provocar o caos, a morte e vagas de refugiados. Neste momento, reina a maior confusão entre os aliados da agressão da NATO contra a Jugoslávia.

Zoran Djindjic, o homem que subiu ao poder em Belgrado com a ajuda dos bombardeamentos «humanitários», acaba de acusar Washington e Londres de «tolerarem pela calada a expulsão de 200 mil sérvios» do Koso-

potências da NATO, particularmente da Alemanha e dos EUA, que a armaram e formaram militarmente. Na Alemanha foram criadas e divulgadas listas com contas de bancos e concedidas facilidades fiscais a quem contribuisse com dinheiros para o UCK. Na «Sparkasse de Bona», a conta n.º 85431, BLZ 380 500 00 com a designação de «a pátria chama» estava à disposição do chefe do chamado «governo do Kosovo no exílio», Bujar Bukoschi, a qual lhe rendia cerca de 10 milhõ-

**No Kosovo
nenhum rato
se pode mexer
sem que a KFOR
o saiba**

De repente começaram a aparecer cidadãos americanos como conselheiros do UCK em encontros e conversações.

conflitos mais ou menos abertos entre a CIA e o BND. Em Fevereiro de 1998, o embaixador americano na Macedónia chegará a designar o UCK de terroristas, mas alguns meses mais tarde o porta-voz do Departamento de Estado corrigirá essa designação. O governo do Kosovo no exílio encontrou no senador republicano Robert Dole o seu porta-voz oficial.

A firma americana Ruder-Finn, inventora de massacres e campos de concentração sérvios que nunca existiram, tomou conta das relações públicas do UCK.



vo e de «receberem, com honras de estado, criminosos de guerra do UCK, como Hashim Thaqi».

Por sua vez o porta-voz do UCK, Sokoli, confirma que a organização militar albanesa «detém fortes posições não só no Kosovo mas também nas regiões de Kumatovo e Skopje, e que já causou 11 mortos e 18 feridos ao inimigo», enquanto outro aliado da NATO, o governo macedónio, decreta a mobilização geral, e o povo grita nas ruas: «Fora com os soldados americanos! Fora com os soldados alemães!»

Mas também o antigo secretário de Estado no Ministério da Defesa de Kohl, o democrata-cristão Willy Wimmer, afirma no *Die Welt* que tudo o que se está a passar não é fruto do acaso mas acontece «sob o olhar e com o apoio das forças armadas americanas», e que no Kosovo «nenhum rato se pode mexer sem que a KFOR o saiba». E de facto o semanário inglês *The Observer*, numa reportagem intitulada «CIA - um exército de bastardos nos Balcãs» (11.3.2001), confirma que os EUA numa operação secreta têm vindo a apoiar os grupos armados albaneses que se instalaram no Sul da Sérvia e na Macedónia.

O UCK

A organização militar albanesa, UCK, foi fundada em 1993 com o apoio das grandes

es de marcos por ano. Como o programa de televisão *Monitor* já divulgou várias vezes, membros dos serviços secretos alemães participaram no norte da Albânia na formação dos quadros do UCK. Inicialmente as unidades do UCK praticavam pequenas acções militares, limitando-se a controlar regiões predominantemente habitadas por albaneses. Mais tarde, sob o impulso da NATO, passaram a expulsar os Sérvios de regiões inteiras. Só em 1998 «purificaram etnicamente» mais de 70 aldeias habitadas por Sérvios.

Segundo o semanário inglês *The European* e a revista alemã *Konkret* foram fornecidas pela Alemanha ao UCK, através da Albânia, armas das mais modernas. Segundo o colaborador da OSCE, Bill Foxton, os observadores daquela organização internacional verificaram em Junho de 1998, na fronteira entre a Albânia e a Jugoslávia, que os membros do UCK vestiam uniformes de combate alemães. No Outono de 1998, quando a NATO já apontava para a guerra contra a Jugoslávia, o UCK recebeu do grupo alemão MBB armas de alta tecnologia para tentar ocupar o máximo de terreno enquanto a NATO preparava o caminho para os bombardeamentos.

Alguns observadores constatam a existência de rivalidades entre a Alemanha e os Estados Unidos pelo controlo político e militar do UCK, que terão mesmo originado

Novas revelações

Entretanto, prossegue na Alemanha a discussão sobre a agressão da NATO contra a Jugoslávia em 1999. O programa do *Monitor* «Tudo começou com uma mentira» já foi apresentado três vezes na ARD e WDR, seguido de discussão sobre a política das grandes potências dos Balcãs. Também o antigo embaixador da Alemanha em Belgrado, Ralph Hartmann, acaba de publicar o seu segundo livro denunciando as responsabilidades da Alemanha na situação que se está a viver nos Balcãs. Neste seu novo trabalho, intitulado «Os gloriosos vencedores», Hartmann analisa a acção de Schröder, Scharping e Fischer na continuação da destruição da República Federal da Jugoslávia, iniciada por Kohl e Kinkel. Numa entrevista ao diário *Junge Welt*, Hartmann esclarece que a guerra contra a Jugoslávia constitui uma rotura tão grande com a recente história europeia e da Alemanha que sobre este tema ainda serão escritos muitos livros e documentos. Mas neste seu trabalho, prossegue o ex-embaixador alemão na Jugoslávia, são desmascaradas mais algumas grandes mentiras que estiveram na base do desencadeamento da guerra, assim como a tentativa da política externa alemã de aproveitar a recente mudança verificada em Belgrado, para justificar a posteriori a guerra de agressão.

• Rui Paz



Golpe no aço

• Manoel de Lencastre

A indústria do aço, ou o que dela resta em Inglaterra e no País de Gales, sofreu mais um rude golpe na trajetória mortal que vem atravessando desde os alvares da globalização. Já não existe, evidentemente, a velha «British Steel», a grande empresa estatal que presidia ao fabrico e ao «marketing» dos produtos obtidos através do esforço de 300 000 operários. O que existe, agora, é a «Corus», uma empresa privada resultante de um combinado anglo-holandês que adquiriu ao governo britânico aquilo que ainda restava da «British Steel». O rude golpe que mencionámos foi a decisão de despedir mais 6050 trabalhadores, o que, na verdade, representa o toque a finados de uma actividade industrial cujo passado neste país não carece de explicações suplementares. A pressão das forças do mercado tem conduzido à livre entrada de aço estrangeiro na Grã-Bretanha em condições de preço indiscutivelmente favoráveis mas que, como está a ver-se, provoca o descalabro do parque industrial britânico e o desemprego. Evidentemente, os governos que têm passado por Whitehall estão-se «nas tintas» para o que acontece numa indústria que preferiam ver desaparecer. A Grã-Bretanha, hoje, pretende liderar o mercado no campo dos serviços, da Banca e dos seguros, da informática, principalmente. Já não tolera as grandes actividades produtivas que dão trabalho a vastas multidões de trabalhadores. Não quer ouvir falar em, por exemplo, construção naval, carvão, maquinaria industrial, automóveis, tractores e camiões, aviação e muitas outras indústrias onde o respectivo coração é representado pelos trabalhadores. Para que os bancos e os serviços financeiros em geral possam operar livremente em certos países, aceita-se a entrada na Grã-Bretanha de produtos industriais deles oriundos, da Coreia do Sul e do Japão, por exemplo.

Fuga às responsabilidades

O actual presidente da «Corus», Sir Michael Moffatt, possui a fama de ser «alguém que nunca poder algum fará dobrar». Assim, a decisão de despedir os referidos 6050 trabalhadores ganha o carácter de irreversível sem que o governo trabalhista de Tony Blair (New Labour) se aventure a intervir. Aliás,

Sir Michael nem sequer avisou o Ministério da decisão tomada. E declarou: «Não estávamos preparados para discutir o assunto com o governo. O despedimento dos 6050 nossos ex-empregados só poderia ser discutido com os próprios interessados.»

A «Corus» tornou pública a decisão de realizar aqueles despedimentos no momento em que anunciava, também, um novo plano de reestruturação tido como necessário devido a prejuízos que está a sustentar. Mas a verdade é que os prejuízos mais dolorosos são aqueles que os trabalhadores irão sofrer em termos pessoais e familiares, bem como os que devastarão as comunidades onde se inserem as fábricas cujo encerramento vai ter lugar. No País de Gales (3000 despedimentos), em históricas localidades onde a indústria siderúrgica era tudo, como Llanwern, Ebbw Vale, Shotton, Port Talbot, Nerwport, as perdas serão profundas. Em Inglaterra, o peso dos despedimentos cairá em Middlesbrough, Scunthorpe, Corby, Hartlepool, Tockton, Rotherham, Stocksbridge - tudo nomes associados à revolução industrial e aos históricos combates do proletariado britânico através de lutas de classes inesquecíveis desenroladas ao longo de todo o século vinte.

Em termos mais práticos, a decisão da entidade patronal significa que se perderão mais de 3 milhões de toneladas de capacidade, anualmente. Mas esse é, precisamente, o objectivo. A «Corus» não prestou atenção à sugestão dos sindicatos de que poderiam, eventualmente, encontrar compradores para as fábricas que vão encerrar. E até ri da possibilidade de os representantes dos despedidos andarem à procura de quem os queira explorar... Tudo, claro, uma estranha e muito complexa situação. Nos vales galeses, a nova onda de despedimentos inscreve-se num terrível processo que tem feito de angústia e revolta a existência das famílias do aço tal como a das famílias do carvão. As pessoas recordam o drama das grandes greves e da greve geral de 1926, especialmente. E não deixam de reconhecer a verdade que o escritor galês Richard Llewellyn deixou expressa na sua obra de universal valor - «How green is my valley», depois traduzido como «O vale era verde».

● Modesto Navarro

A distância. A longa distância. Horas de voo, até vislumbrar as primeiras luzes do outro lado do mar.

Parecem cidades interligadas. Aproximação à cidade do Recife. Iluminações diferentes, em aglomerados de milhares de casas e ruas. O sonho que parece bonito e realizável.

Depois, a descer para a pista, as primeiras imagens do real diferenciado e ainda não doloroso. O aeroporto, quase (falta o quase...) de «terceiro mundo». A gente que se acumula em filas, para entrega dos passaportes ao pessoal que não se afadiga.

Lá fora, o primeiro impacto de povo à espera das pessoas de família e amigos que chegam. Calor, na realidade, da temperatura, e calor humano. Essa a característica essencial. Querer e saber falar, conviver, comunicar.

Ao percorrer avenidas e ruas, a caminho do hotel, um misto de cidade de África e da Europa entra-nos pelos olhos dentro. Af, vem a primeira sensação dos cuidados que é preciso ter. Isso, o medo que nos instilam antes de irmos, quem conhece o Brasil, e o que nos passam através da comunicação social. Primeiro aviso na recepção: não sair com coisas valiosas e não ultrapassar as imediações do hotel, àquela hora da noite.

De facto, a polícia militar faz guarda e vigilância aos locais do turismo mais compensador. Mas, na avenida enorme da Boa Viagem, o povo lá está, na praia a jogar futebol, no calçado a andar, a correr, a fazer ginástica, a falar, a jogar dominó, a ouvir música, a comer, a beber e a namorar.

Culto do corpo, quase chocante, no brasileiro. Especialmente na brasileira. Quase não se vislumbra o prazer, no meio do que é esbelto (em excesso e para si mesmo, sem grama de gordura e, algumas vezes, sem explosão de vida para viver).

Ah, mas a cidade ferve, no mundo popular. Frever, o Frevo amado, vem disso, do calor que sobe e ilumina o amor. Gostamos de aqui estar. O medo vai saindo, apesar de agarrarmos cautelosamente a bolsa, não vá surgir o disparate da agressão... É assim que nos entranhamos no Brasil imenso e tão multifacetado. Em dez metros, claramente à vista, temos o mais fantasiado e elevado nível de vida e a desgraça mais ofensiva da humanidade.

As duas horas da manhã, lá fora, ainda há gente na praia e no calçado, a jogar, a passear e a correr. As seis da manhã, já lá andam milhares de pessoas, a tomar banho, a correr e a apanhar sol. Resta descer à cidade e conhecê-la, primeiro na praia e nas ruas mais próximas.

Então, surge a primeira ideia de que aqui se trabalha a sério pela sobrevivência diária. Lojas que abrem cedo, autocarros cheios, gente a correr para todos os lados. Trabalhadores, é isso. Milhares e milhares de trabalhadores. Salário mínimo, na maioria. Cento e cinquenta e um reais. Cento e nove escudos cada real, e faça as contas.

Num almoço normal, sentado, nada ambicioso, mas que tem de ser raro, um pacato cidadão de visita gasta trinta e cinco ou quarenta reais. E lá se vai mais do que um quarto do salário mínimo mensal da grande maioria dos habitantes trabalhadores.

E, depois, há classe operária no Brasil. A gente apercebe-se que o trabalho existe, que há produtores de riqueza extraordinariamente explorados e, até, destruídos num quotidiano arrasador. Basta ir numa daquelas excursões que saem

Brasil rico e pobre

pacatamente dos hotéis, em carrinhas que lá são «peruas», e ala que se faz tarde, na descoberta lindíssima da parte velha do Recife, da prisão enorme transformada em palácio de artesanato (cada cela seu mundo de descobertas, de criadores e de vendedores), do sucessivo desmontar de quadros de trabalho e de esforço violento. E de fome. E de casas que são barracas. Tudo isto sem sair da cidade. Mas, se for à praia de Maria Farinha, numa viagem de cerca de sessenta quilómetros por estrada, para passar umas horas no catamarã e no mar, então vai ver o que é a fria sensação de ter pena e de ter medo e de ter respeito pelas dezenas e dezenas de milhar de pessoas que vivem em bairros desorganizados e cheios de terra seca, pedras e lixo, em barracas desfeitas e casas assim assim, num multifacetado imenso que não dá nem para contar.

Aí, vem o respeito pelo ser humano que ali consegue sobreviver. Gente que se senta à porta de casa, conversando no melhor dos mundos, e outros que não saem detrás dos gradeados corridos que os cercam e se separam da rua e do medo. Um «écran» gigante defronte e em cada lado do nosso olhar atônito e embriagado.

Olinda e a história de Porto de Galinhas

Um dia no barco, no mar, na Coroa do Avião, praia onde um dito avião caiu e lhe deu o nome, e na ilha de Itamaracá, onde há um forte deixado pelos holandeses agora transformado em museu. Depois, voltar a Maria Farinha e perceber ainda melhor que os paraísos pequenos são enormes nos preços e na selecção das pessoas que a eles têm acesso.

Ah, não esquecer Olinda, a bela. «Ó que linda baía para uma vila», terá dito um holandês daqueles que foram vencidos mais tarde pelos portugueses e pelos índios, então aliados, no Recife. Lenda ou realidade, um para dez ou, até, um para cem, e lá combateram juntos uma presença holandesa e brutal, contada em pormenor na destruição de igrejas e na ocupação económica e militar. Uma Olinda cidade cheia de igrejas e de cultura, desde a Sé a cada largo, com as ruas de



Recife
- Avenida
e praia
da Boa Viagem

casas e casinhas de porta aberta, onde se pinta e se faz artesanato e se vende o que é possível, para espalhar sensibilidade e arte e para sobreviver.

E o Carnaval já presente, em Olinda e no Recife, quinze dias antes. A recuperação das músicas e das danças em Olinda, com o apoio da prefeitura eleita, do PC do Brasil, os ensaios e desfiles, a ruptura entre uma escola e um grupo, os desafios a «frever» já por todo o lado, nos rostos e nos gestos lentos e tão instintivos do povo que espera o autocarro que tarde vem, que anseia ir e chegar, que entra pelo mar de recifes da Boa Viagem e se fica, a olhar a cidade e a conversar, pacificamente, como se tudo fosse normal e de aceitar.

Ir a Porto de Galinhas, pelo meio de plantações de cana de açúcar, de fábricas e empresas. Os engenhos ainda lá estão e funcionam. Indústrias, de facto, ligadas à imensidão da agricultura e à exploração dos trabalhadores que por ali vivem. Porto de Galinhas, com uma lenda real que merecia um museu. De Angola continuavam a vir homens e mulheres, mesmo depois de abolida a escravatura. Sobre eles, a tapá-los, a ocultá-los, vinham gaiolas com galinhas de Angola. Então, quando o navio negreiro chegava, os mensageiros iam pelas fazendas, avisando: «Tem galinha no porto!» E lá vinham os grandes agrários comprar escravos para as plantações e para outros trabalhos.

Um porto lindo, com «piscinas» de água boa para ficar, restaurantes de prender a gente à mesa e nunca mais sair, mas com ruas e «cenários» que fazem lembrar o pior de Vila Nova de Milfontes ou o Algarve saloio do turismo à caça de massa e de parvos. Num dos restaurantes, ouvimos a música do Nordeste, o trio de sanfona, ferrinhos e caixa e um repentista cantador de espanto que já conhece Portugal e nos faz poesia popular sobre Lisboa e concelhos da Área Metropolitana. A praia imensa e boa, batida pelas ondas, já com poucos barcos de pesca e com outros, muitos mais, de passeio e gozo. Nos hotéis, pousadas e restaurantes, gente imensa que trabalha e não tem horário. Dois jovens, com quem tive gosto em conversar, tinham saído da função à uma e meia da manhã e às seis e meia já

lá estavam, novamente no bar de apoio à praia.

No regresso ao Recife, encontro agradável e viagem animada com um grupo de paulistas e cariocas sempre em despique acerca de S. Paulo e do Rio. Bela noite de conversa e música, na cidade velha, animada pela preparação do Carnaval. Um dos paulistas tem uma avó transmontana que faz alheiras de que ele muito gosta.

Jornalismo, corrupção e violência

Les jornais, no Brasil, e desculpem lá se exagero, é como reconciliarmos-nos com o jornalismo que noutros tempos conhecemos em Portugal. Jornalismo com coragem, a agarrar os problemas, a denunciar governantes, senadores, prefeitos, vereadores, deputados, etc. Nomes do irmão, da mulher, do cunhado, do amigo da amiga, ali, alinhados, os que receberam empregos e favores, quanto ganham e como foi. E uma escrita, nos artigos de opinião e de fundo, de fazer inveja e de lembrar o tempo em que havia directores de jornais em Portugal que eram cultos e independentes (de si próprios e de outros) o suficiente para nos fazerem sentir como novos e vivos. Jornais difíceis de encontrar, na cidade, por não haver tantos pontos de venda como aqui, em Lisboa, mas jornais bem pagados, com jogos de poder pelo meio, como é óbvio, mas com uma vida intensa e às vezes frontal, nas cartas dos leitores, nas notícias, nos artigos estimulantes e claros.

E brutalidade, nas páginas abertas e, sobretudo, na televisão. No Recife, uma velha senhora que tinha sido premiada pela Caixa de lá, por ser económica e poupadora, tendo até a sua foto aparecido num anúncio do banco, foi fazer compras ao «mercadinho» e, depois de acompanhada a casa pelo rapaz da loja, a quem deu um lanchinho como prenda de lhe ter levado o carregue, apareceu morta, brutalmente assassinada no lar onde vivia bem resguardada. Outro caso, o de um casal que aparece morto dentro do carro, de madrugada, em Brasília, com um bebé chorando na alcofa, no banco de trás. Tempos depois, é apanhado o assas-

uma certa dignidade. Compre um bilhete nos autocarros «City Rio» e faça os três percursos turísticos, parando onde quiser, pelo meio de lagoas, favelas, montes de edifícios gigantescos, mar e túneis espantosos que furam os morros. Em alguns dias, dá para ter uma ideia minimamente global do que aquilo pode ser. O centro tão antigo e estimulante, a Igreja da Candelária fabulosa no interior. Depois, subir pela estrada de ferro ao Corcovado e olhar as muitas cidades da cidade, as suas florestas, o mar, o Rio dos mares intensos e bons em que banhamos os olhos e o calor de viver. A ponte imensa para Niterói. A ilha do Governador e esse aeroporto do Galeão que agora também se chama Maestro Antônio Carlos Jobim. O Pão de Açúcar onde não subi, mas que, visto lá de cima do Corcovado, dá para entender que é ponto de vigia sobre uma bela parte da cidade, a baía de Guanabara e esse local «granfino» que é o porto dos barcos de recreio, ofensivo Iate Clube dos ricos e potentados. Tal como há outros sítios dessa gente, os grandes hotéis, o hipódromo, as corridas de cavalos e as meninas e os meninos a aprenderem a ser ricos, a estarem por cima e a ignorarem tudo quanto de brutal se passa à volta e em todos os lados do Brasil imenso, pobre e rico de endoidecer.

Para amenizar, visite o pequeno parque para crianças, à beira da praia do Arpoador, que se chama Garota de Ipanema. Estamos próximo dos locais de Vinícius de Moraes. Lá tem uma rua com o seu nome e um restaurante e bar também chamado «Garota de Ipanema», o que não cansa, naquele sítio bem melhor da

gal em 1980 e agora está a preparar nova viagem à terra. A última, diz, sem dramatismos. A despedida de quem conduz o carro do hotel com profissionalismo e carrega sacos e malas dos clientes. «É o meu trabalho», diz com orgulho. Está longe a árvore das patacas que só existiu e existe para os grandes ladrões e operadores de alta roda, no Brasil e no mundo.

A necessidade de um Partido revolucionário

A política, novamente. Fernando Henrique Cardoso, uma sombra das sombras que a sua vida agora quase inglória projectou. Dificuldades e jogos na eleição do presidente do Senado. Lançamento demagógico de um programa social para as escolas, onde os prefeitos e a sua gente de mão roubada a comida das crianças. «Comam banana!», dizia um deles, directamente, aos alunos e alunas do básico. Dinheiro e mais dinheiro sonogado e roubado. O filho de Brizola que larga o pai e o partido e apoia alguém do Partido dos Trabalhadores. Não era por nada, afiançava, na altura. Era só pelas propostas e por justiça... Pouco tempo depois, aceitava um alto cargo, bem remunerado. Assim o PT se transforma num Partido Socialista que tão bem já conhecemos. Captação de classe média, quadros e dirigentes, empresários e empreendedores, e pronto, graças a uma situação brutal e quase ingovernável, assim vai ganhando prefeituras e já tem alguns estados à sua conta, para crescer mais e mais, abandonando os que trabalham e sofrem. É dos livros. Numa conversa amena



Recuperação de músicas e danças tradicionais em Olinda

sino, que beneficiava de uma liberdade provisória (creio que de Natal...), para ir visitar a família... Então, quando lhe disseram que lá no carro também havia uma criança, ele declarou que, se a tivesse visto, a tinha matado logo.

Quatro ou cinco pessoas baleadas à porta de uma casa, quando jogavam pacificamente e conversavam, ainda no Recife. Um traficante de favela, e chefe de quadrilha, no Rio de Janeiro, que se desafiava de carteiro e que assaltava, com os outros, edifícios inteiros, apartamento a apartamento, piso após piso. A polícia militar, centenas de polícias que cercam e invadem a Favela do Alemão, em guerra plena, à procura de paíços de armas e de droga em massa. Um Brasil assim, doce e brando, na brisa do mar e nas praias (não na de Copacabana, bastante poluída, mas melhor na do Arpoador e em

Ipanema) e violento até mais não poder ser, nesses mundos imensos de pobreza, de fome e de sonho mal orientado que são os bairros e favelas onde há traficantes, isso sim, mas onde resistem e vivem centenas e centenas de milhares de trabalhadores, homens, mulheres e crianças, velhos que sofrem tanto e morrem sem nada, sem uma palavra, sem um sinal de agradecimento sequer pelo tanto que deram ao país da miséria, do luxo extremo e do futuro.

Árvore das patacas

Botafogo, Copacabana, Ipanema, Leblon, Barra da Tijuca. Meninos de rua, dormindo agarrados, em monte, na praia, de madrugada. Velhos e velhas e homens e mulheres novos pedindo esmola, com

cidade, que tem um Centro Cultural estatal (imaginem as contradições deste mundo), com salas de exposição, três cinemas, teatro, área de biblioteca e leitura e outras actividades. Um gosto de ver e visitar.

As tantas, no hotel, conhecer como por acaso um motorista da casa, português que ali trabalha há quarenta e sete anos e começa a pensar em reformar-se. É de Sernancelhe e veio cedo para Lisboa, trabalhar, claro. Aos vinte e nove anos emigrou para o Brasil. Esteve seis anos a trabalhar numa bomba de gasolina, no Rio, tirou a carta de condução e mudou-se para o hotel. Ao que me pareceu, em tantos anos, este beirão trabalhador comprou um apartamento velho que teve de remodelar e é onde vive com a mulher, a filha e um neto. O que foi a nossa emigração para o Brasil? Teve direito a vir a Portu-

com um brasileiro, fomos dizendo que aqui, em Portugal, há um Partido em que os militantes eleitos entregam o dinheiro das senhas de presença para uma Associação de autarcas e os deputados da Assembleia da República recebem apenas o que receberiam se continuassem nas suas empresas e empregos. Aqui não temos, foi o que o brasileiro nos foi dizendo, face a cada um dos casos e exemplos que lhe expúnhamos. Pois é. Falta, no Brasil, falta cada vez mais, um Partido revolucionário. Para aquela enorme classe operária, cada vez mais abandonada até por sindicalistas que se deixam enredar nas malhas do fascínio e do poder, falta reconstruir, reerguer, o Partido Comunista onde se reencontre e se organize para lutar e para vencer, no dia-a-dia violento e no Brasil do futuro que só ela pode construir e dirigir.

De Chiapas e Marcos à simplificação da história

• Miguel Urbano Rodrigues

A Marcha sobre o México dos comandantes do EZLN foi um acontecimento mediático.

Do uso inteligente da comunicação social o subcomandante Marcos faz uma arte. Guerrilha simbólica, quase sem armas, o moderno zapatismo conquistou respeito e prestígio mundial graças à difusão pela Internet (e não só) do discurso político e ecológico de Marcos e dos seus textos literários onde aflora um humanismo poético cujas raízes sobem do universo fascinante dos indígenas de Chiapas.

A ressonância planetária alcançada pela marcha dos 24 comandantes chiapanecas quase apaga uma evidência. Fora do México, os comentários incidiram muito mais sobre o pensamento e a pessoa de Marcos do que propriamente sobre

do, relações de poder, estratégia das transnacionais, sentido das lutas contra a globalização neoliberal, papel de instituições como a OMC e o FMI, intervenção do povo como sujeito, convergência da social-democracia com a direita, e outros - é trabalhado por Ramonet de maneira a encaminhar o leitor para uma visão redutora e simplista da história. O discurso e o pensamento de Marcos são apresentados com um subjectivismo tão emotivo que o resultado é a deformação dos actos e do próprio projecto do dirigente do EZLN, glorificado como uma consciência de dimensão planetária.

Marcos sustenta que o centro do poder não se localiza mais nos Estados nacionais. É uma meia verdade. Mas ela adquire um significado confusionista para não dizer perigoso quando, enfatizando a necessidade de «subverter a

Premissas falsas

As conclusões de Ramonet partem em primeiro lugar de premissas falsas. O FMI e o Banco Mundial não são (tal como a NATO) organizações dotadas de uma autonomia que lhes permita funcionar como superpoderes que os coloquem acima da engrenagem de poder imperial hegemónica pelos EUA. Foram criados em Bretton Woods precisamente para funcionarem como instrumentos de uma estratégia imperialista que traduzisse a nova correlação de forças existente.

Em artigo recente («Avante!», 22 de Fevereiro p.p.) chamei a atenção para um livro em que o historiador britânico Erich Hobsbawm desmonta a falsa tese sobre a decadência irreversível do Estado em consequência da globalização neoliberal. Se é verdade que as políticas neoliberais reduziram consideravelmente o papel

do Estado em países do Terceiro Mundo, não é menos verdade que a capacidade de intervenção dos estados da *troika* EUA, União Europeia, Japão não foi minimamente afectada nos últimos anos. Ocorre o contrário.

Comete outra inverdade Ramonet ao afirmar que a OMC é hoje um supergoverno. O erro inerente a essa conclusão gratuita teria pouca importância se o pessimismo nela implícito não fosse desmobilizador.

A ideia de que o FMI, o Banco Mundial e a OMC são os únicos inimigos concretos contra os quais os povos devem lutar deturpa grosseiramente a realidade. Envolve um conceito de *Poder* falso. Sustentar, como o repetem Marcos e Ramonet, que «não vale a pena conquistar o Poder» é prestar um serviço às forças políticas e sociais que fazem do Estado um instrumento indispensável ao funcionamento da engrenagem neoliberal.

A crise global da civilização, transparente no limiar do século XXI, não poderá ser combatida com um mínimo de eficácia, se para a enfrentar recorrermos apenas ao lirismo revolucionário.

Respeito e combate travado por «Le Monde Diplomatique». O jornal tem denunciado com firmeza o imperialismo e apontado a globalização neoliberal como um flagelo e uma ameaça à humanidade. Mas essa combatividade não encontra o desfecho lógico quando Ramonet parte da recusa para a procura de uma estratégia de luta.

A sua atitude perante o significado do desafio dos chiapanecas e a sua adesão acrítica ao pensamento de Marcos traduzem a meu ver a indisponibilidade para

uma luta de outro tipo contra as forças que encaminham a humanidade para o abismo.

A comparência de umas 200 000 pessoas no Zocalo - a maior praça do Continente Americano - para escutarem a palavra do subcomandante Marcos exige reflexão.

Conheço um pouco o povo mexicano e a sua cultura fascinante. E respeito o humanismo de Marcos. Mas tenho também consciência de que o eco mundial da marcha dos 24 comandantes do EZLN transcendeu largamente a exigência da aprovação pelo Congresso do México da Lei de Direitos e da Cultura Indígena.

Lirismo revolucionário

Seria uma ingenuidade acreditar que, a partir de agora, o discurso poético e de um messianismo pagão do subcomandante vai funcionar em escala universal como alavanca de uma política de novo tipo.

Leitor fidelíssimo da *Iliada* e dos feitos dos antigos helenos, aprendi, caminhando pela vida, que o heroísmo individual não imprime à história as grandes mudanças de rumo. O eticismo é imprescindível à vitória e à sobrevivência das revoluções, mas não basta para as conduzir à vitória.

«Somos não a realidade mas apenas o seu reflexo, não a luz mas apenas uma fátisca; não o caminho, mas apenas uns passos, e não a vida, mas apenas um dos tantos rumos que ao amanhã levam.»

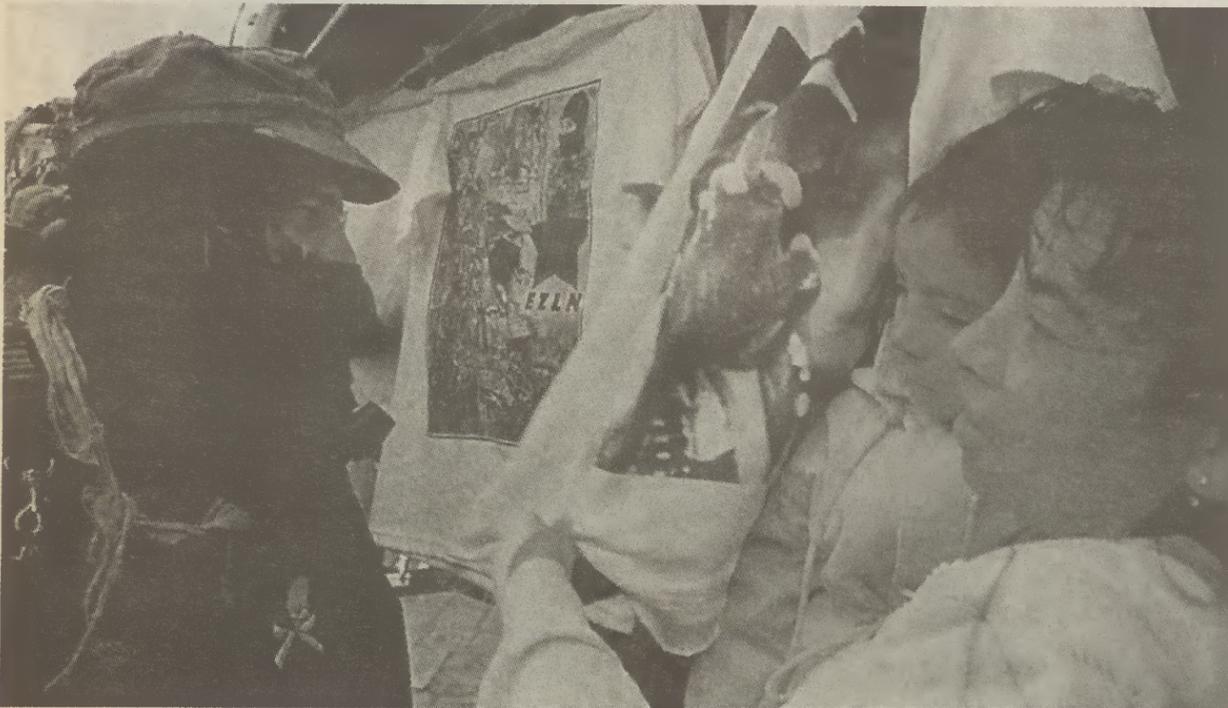
Assim falou Marcos no Zocalo, não longe da antiga laguna mágica de Tenochtitlán onde Cuauhtémoc defendeu a liberdade do seu povo com heroísmo épico.

As palavras e o talento de Marcos comoveram mundo afora milhões de mulheres e homens.

E, contudo, o seu discurso não assusta as forças que são o motor da globalização neoliberal. O lirismo revolucionário, por mais belo que seja, não gera a indispensável unidade, a organização e a mobilização das solidariedades concretas no combate, se não for acompanhado de um frio realismo na avaliação lúcida do inimigo e dos aliados potenciais, e também, na escolha das formas de o enfrentar e vencer.

A desambição do poder pessoal é uma virtude revolucionária. A convicção de que a conquista do poder por uma organização, movimento ou partido revolucionário, mesmo a longo prazo, não deve ser um objectivo estratégico em sociedades injustas, corrompidas e corruptoras trituradas por engrenagens monstruosas, essa convicção expressa um olhar utópico sobre o mundo dos homens.

O discurso humanista de Marcos, difundido pela Internet, ganhou ressonância planetária. Não devemos nem subestimar-lhe significado nem identificar nele o traçado de um novo caminho. O líder do EZLN - uma guerrilha comumente mas mitificada - não é nem pode ser o Apóstolo de uma humanidade purificada pela virtude. Não é também, por vocação e pensamento, um continuador de Emiliano Zapata.



o significado da luta dos chiapanecas em defesa dos seus direitos, ou seja, dos problemas que estiveram na origem do levantamento na selva lacandona.

Uma vez mais, são as ideias de Marcos que voltam a ser tema de debate.

Entre os admiradores mais entusiastas do carismático professor que abandonou misteriosamente a Universidade para assumir a causa dos índios do Sul do México figura Ignacio Ramonet, director de «Le Monde Diplomatique», o mensário progressista francês cuja influência chega hoje aos quatro cantos da Terra.

Nos dias que precederam a Marcha, Ramonet foi até Chiapas entrevistar Marcos. O trabalho que escreveu apareceu no «El País», de Madrid. Quase simultaneamente, Ramonet deu uma entrevista ao diário mexicano «La Jornada».

Ambos os textos, muito polémicos, abordam questões de grande importância para toda a humanidade.

É por me demarcar das ideias e conclusões em que entrevistado e entrevistador convergem que alinhavo este comentário, inevitavelmente superficial pelas limitações do espaço.

O núcleo dos temas aflorados - Esta-

relação de poder», faz afirmações do tipo «de nada serve, pois, conquistar o poder».

Que saída aponta?

Na prática, nenhuma. Sugere que se construa outra relação política, que se avance para uma *cidadanização* da política.

O conceito, já de si pouco claro, torna-se mais nevoento quando Ramonet tenta descer ao fundo do pensamento daquele que a seus olhos é o pioneiro da luta contra a globalização neoliberal.

Ao abordar o tema fulcral do poder, o director do MD, esboçando o panorama do mundo tal como o vê, escreve: «Hoje sabemos que desde a queda do muro de Berlim há algo acima desse Estado: os poderes financeiros. Quem administra o planeta são o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio.» Mais adiante emite a opinião de que na Terra «não há um governo, há um supergoverno, o da OMC».

Dessa conclusão, Ramonet extrai outra, a de que «não vale a pena conquistar o poder». E recorda que Marcos nos diz precisamente isso.

Ciência e Tecnologia

• Francisco Silva

Por vezes ainda se levanta a

voz do analista Professor

Marcelo Rebelo de Sousa,

após uma primeira investida já lá para os idos de finais de Agosto, contra o processo por que foram concedidas as licenças de exploração da terceira geração de telefones móveis, o UMTS, no nosso país e os baixos preços dele resultantes. Segundo ele, parece-me, equivalentes, estes preços, a quase nada!

Talvez ele tenha alguma razão sobre as intenções do governo português, aliás também a mesma de alguns outros governos europeus ou não europeus, como foi o caso do Japão, em não pesar na bolsa das grandes empresas que às licenças tiveram acesso, quando poderiam ter arrecadado verbas muito maiores para os cofres do Estado.

O escrevente destas linhas, até por causa do seu enquadramento profissional numa das operadoras que alcançou uma das licenças UMTS, tem tido até ao momento algum pudor em pronunciar-se sobre esta matéria. Mas, avisado que foi o leitor sobre o nosso ser parte interessada, e estando o articulista convencido que tem para oferecer alguma informação e reflexão com interesse sobre o posterior impacto e a forma como se está a desenvolver este



As análises do professor

processo nos diversos países, decidi agora que tinha algum dever de pronunciar-se sobre esta questão. E vai fazê-lo.

Para começar, temos de confessar alguma estranheza em relação ao referido «liberal» comentador que, entre a primeira e a última oração sobre a matéria, passado um bom meio ano, não acrescentou nada às iniciais e simples considerações de arrecadação de receitas pelo Estado. E por que não o terá feito? Por simples desconhecimento ou porque não achou relevantes os desenvolvimentos entretanto acontecidos? Ou outra?

Ora vejamos

As antigas administrações e empresas públicas que operam no campo das telecomunicações são hoje grupos empresariais total ou parcialmente privatizados - é o caso, no nosso país, da Portugal Telecom. Entretanto, com o processo de liberalização, outros novos grupos, privados (Vodafone, o maior de todos) ou parcialmente detidos por estados, entraram no sector (em Portugal, a ONI). Uns e outros concorreram às licenças UMTS. A maior parte deles alcançou-as.

Uns pagaram montantes faraónicos, outros pagaram verbas menores. Os casos mais conhecidos de grandes arrecadações por parte dos estados são a Alemanha e o Reino Unido, onde o método de atribuição de licenças, o leilão, conduziu a somas fabulosas. Muitas operadoras concorreram - e alcançaram - licenças no seu e noutros países europeus. Por exemplo, a Telefonica (Espanha) e a Sonera (Finlândia), que alcançaram licenças nos seus países, formaram um consórcio que ganhou uma licença

na Alemanha. Conhecido, e não deixa de ser curioso, é o caso da Telia (Suécia), uma operadora de referência durante a maior parte do século XX, que não conseguiu alcançar no seu país uma licencinha que fosse!

Mas, desde meados do ano 2000, os mercados bolsistas têm dado valentes trambolhões, sobretudo devido às quedas das empresas das «novas tecnologias». Nesses trambolhões, um papel muito relevante tem sido desempenhado pelas operadoras de telecomunicações, que passaram, quase de repente, a assumir papéis de grande importância nas diversas bolsas. E os valores das operadoras, de quase todas elas, vieram por aí abaixo, estando, neste final de Inverno, a ponto de se estatelar. E porquê, tal estatelamento?

Tal estatelamento terá a ver com a queda generalizada nas bolsas, com o acentuar dessa queda no caso das «novas tecnologias», com a queda dos preços e das cotas de mercado, isto é, com o acentuar dos efeitos da liberalização do serviço telefónico, sim, com isto tudo, mas muito mais do que isso tem sido o efeito dos preços das licenças do UMTS a trabalhar, preço esse que não cai, dívidas essas que não diminuem mesmo se o valor das operadoras vem dividido por 2, 3, 4 e mais vezes. Dívidas que estão a empurrar alguns operadores europeus para a venda de tudo quanto é anel para salvar as mãos (e já não apenas para o despedimento de trabalhadores, que esses, muitos deles, já lá não estão). E, a juntar, ainda os atrasos da disponibilidade dos equipamentos da terceira geração de telemóveis. Parece de mais, não é?

Por que não fala o professor também destas coisas, incluindo o facto de, em França, das quatro licenças a concurso só duas terem sido preenchidas? Fugiram, os outros concorrentes. Sinal dos tempos!

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Histórias Instante

Cadeira vazia.
Um prato a haver.

(Nem alegria
nem mágoa)

- E pra beber?
- Um quarto de água.

Coisas do jet set

Fofocas. Moda. Perfume.
O Set do costume.
O Gigi, o Totó, o João
a Lili, a Loló, a Lalá.
Deus para a Televisão:
- A colega como está?

A TV ao ouvido da Lili:
- Menina, sinceramente,
como é que esta gente
consegue entrar aqui?

Familiar

Avó.
Comer
montes de gelado.
Saltar
por cima dos sofás.
Andar
descalço na varanga.
Terceiro anel.
Pipocas. Muiiitas!
Deitar
à meia-noite. Transgredir.

E rir.

Romance

Por um triz
foi actriz.
Casou com o produtor.
(Atenção: casamento
por amor!)

Pra ser feliz
mostrou a actriz
inegável talento.

Reportagem

A Junta? Está no papo!
Lá se é guapo
Se é inteligente
se é ouro de lei
não sei.
Sei que é um importante cidadão
digo-vos eu.
Até já apareceu
na televisão...

Novela real

- Sim, sim, claro,
uma reunião.
Por que não?

(Era tão raro
o administrador
falar à gente
tão directamente
que um trabalhador
como eu, de rabo pelado,
ficou desconfiado.
Tanto que alguém
da Comissão me ralhou
ó pá, mas se ele diz...)

Nessa noite voou
para Paris.

O sítio não é mau pra reunir.
Convenhamos. Pois bem,
se não quisermos lá ir
que culpa é que ele tem...

Cartoon

• Monginho



Religiões

• Jorge Messias

A Ceia dos Cardeais

Passado que foi o tempo dos milagres, a igreja institucional nunca se recompôs de uma grande frustração. O seu aparelho, desde os padres paroquiais aos bispos diocesanos, esvaziou, de vez, a pujança de uma imaginação que ao longo de séculos multiplicou sinais, aparições, mistérios, e soube instalar entre os homens a noção de que a igreja estava acima da crítica e da sentença moral condenatória. Mas as mentalidades foram mudando e hoje, aos olhos das mais anónimas multidões, um padre é simplesmente um homem. Um miraculado é o doente que a ciência curou. E nem mesmo membros da moderna hierarquia religiosa, quando interrogados separadamente, deixam de manifestar referências críticas acerca da instituição em que se integram. A igreja tende assim a perder, mesmo entre os seus, as características místicas e esotéricas que a diferenciavam do mundo laico.

Ainda todos nos recordamos da recente nomeação de dois novos cardeais com passaporte português. Os *mass media* mostraram o fausto das cerimónias, falaram nas grandezas da Santa Sé e tentaram identificar com o sentimento nacional aquilo que é simples rotina da vida eclesial. No Vaticano, como se viu, as liturgias do acto foram, em todo o caso, breves e terminaram com uma

ceia (a conhecida «ceia dos cardeais») e com a atribuição do anel cardinalício (uma oferta pessoal do papa equiparável no seu significado às alianças matrimoniais). O cardeal-tipo, na sua imagem pública é, portanto, um bispo que *casa* com o papa e se submete, passivamente, aos seus desejos, delírios e decisões.

Os outros prelados que beneficiam das benesses cardinalícias são homens do rei e da sua corte.

Perguntaram os órgãos de comunicação social a alguns párocos e prelados portugueses: «Que é ser cardeal?» Um dos inquiridos respondeu directamente, dando evidente voz ao que muitos dos seus pares silenciam: «Ser Cardeal é uma feira de vaidades.» Fizeram pergunta idêntica a D. Manuel Martins que respondeu: «É cargo sem validação evangélica.» Colocada a questão a D. José Policarpo, respondeu este evasivamente: «É honra e serviço. Na igreja, as honras estão ligadas ao serviço. Nós nunca andamos à procura de honras (na igreja) ... eu, pelo menos, nunca andei à procura de honras», acrescentou D. José, prudentemente.

Equívocos

Acontece invariavelmente, nos processos em que a hierarquia católica intervém, que a matéria de cada questão surge inevitavelmente embrulhada noutra problema qualquer com o qual não tem relação. No caso da *renovação* do colégio cardinalício, geram-se sucessivos equívocos em torno do significado da ampliação do número de cardeais eleitores. Caminha-se para uma maior democraticidade das grandes decisões? Terá ou não terá sido alargado o Colégio? E o alargamento - a confirmar-se - corresponderá a um lento caminhar para uma maior liberdade de expressão?

Uma simples leitura de dados pode responder a esta questão verdadeiramente básica. Com efeito, uma assembleia eclesial magna, sede da eleição de um novo Papa, exige muitos meses de preparação. E a data da realização do próximo Conclave nem sequer, ainda, foi arriscada. Suponhamos, porém, que em tempo recorde, a assembleia venha a ser a ser convocada para daqui a seis meses (Outubro de 2001). Nessa altura, 56 dos 184 cardeais que integram o Colégio (cerca de 30% da totalidade dos seus membros) terão ultrapassado os 80 anos de idade, deixando de ter direito a voto. Se a convocatória demorar um pouco mais, a situação degradar-se-á aceleradamente. Qualitativamente, não é também mais favorável. Os cardeais dos tempos de João XXIII ou de Paulo VI - os eleitores originários do Vaticano II e das conferências episcopais nacionais - baquearam todos, ceifados pela vida, pela idade ou pelas perseguições de João Paulo II. Nem um só cardeal ficou de pé para contestar os propósitos centralistas da igreja construída pelo actual pontífice. Será possível que surja uma nova igreja - perguntam os mais ingéniosos. D. José Policarpo corta, cerce, as ilusões: «A centralidade significa a unidade de um ministério que ninguém discute...»



Pontos Cardeais

Não pagam

Esta notícia vinha no *Público* e diz o seguinte: «A lei passou a obrigar a que as vítimas de acidentes de trabalho recebam as suas pensões de uma só vez. O montante seria fixado pelo Tribunal de Trabalho. Mas as seguradoras não esperaram por essa decisão e suspenderam o pagamento das pensões. Há mais de um ano. Os responsáveis do Instituto de Seguros de Portugal, organismo supervisor do Ministério das Finanças, que o tutela, não quiseram pronunciar-se sobre a matéria e desconhecem se existe base legal para esta atitude das seguradoras. A Associação Portuguesa de Seguradores, que agrega a quase totalidade das companhias, desdramatiza a situação, mas também desconhece se existe base legal.»

Ou seja: o órgão legislativo da República decidiu e determinou que as vítimas de acidentes de trabalho recebam as suas pensões de uma só vez, as seguradoras não protestaram contra a medida, limitaram-se a não cumpri-la por antecipação, há um ano que dura este escândalo e, quando a CGTP-IN com ela confrontou as autoridades competentes e o próprio Ministério das Finanças... estes recusaram pronunciar-se e afirmam «desconhecer» se existe base legal para esta atitude das seguradoras que, por seu lado, «desdramatizam» (pudera!) e, candidamente, também afirmam «desconhecer» se existe base legal para um acto por si próprias praticado em flagrante delito.

Pelos vistos, o nosso Estado de Direito encaminha-se a passos largos para se reger por uma única lei - a da selva.

Instintos

O relatório do grupo de trabalho nomeado pelo ministro Alberto Martins para analisar a questão os institutos públicos não podia ser mais demolidor. Segundo este relatório, os dois governos do PS criaram 55 novos institutos públicos, verificando-se «uma geral ausência de justificação para a criação de cada novo ente administrativo». A par disso, «é notória a falta de consistência» que fundamenta a criação desses institutos públicos, o que dá «lugar a soluções institucionais diferentes perante situações aparentemente idênticas». O relatório assinala ainda que a criação de novos institutos se deveu fundamentalmente à vontade de fugir à rigidez do sistema financeiro da administração pública.

E agora? Que explicações dá António Guterres?

Saleiro

O Ministério Público (MP) decidiu reabrir o «caso Saleiro» depois de terem surgido «novos elementos de prova» que justificam mais investigações no processo, o que faz com que o caso seja agora entregue ao Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP). Recorde-se que Saleiro, deputado do PS, ex-presidente da Câmara Municipal de Almodôvar e ex-Governador Civil de Beja foi processado por ser alvo de numerosas suspeitas de corrupção passiva no exercício de cargos públicos.

Vamos a ver onde é que leva esta reabertura do processo. Mas uma coisa é já certa: tal reabertura do caso só mostra que o seu encerramento foi, digamos, «precipitado»...

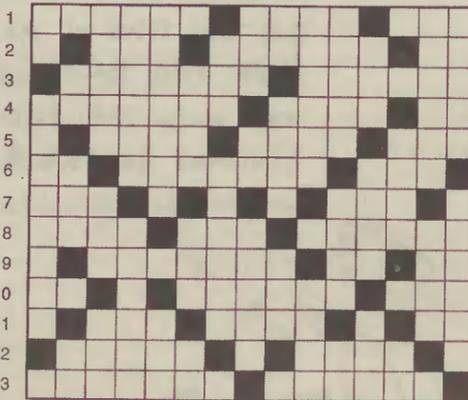
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Ordenar imperiosamente; em direcção a; sozinhos. 2 - Contr. da prep. em com o art. def. o (pl.); vivaz; designa diferentes relações, como posse, matéria, lugar, providência, etc., (prep.). 3 - Doce feito de claras de ovos em castelo, açúcar e canela; utensílio de ferro para raspar e adelgaçar couro. 4 - Suavizar; criada de quarto (pl.); atmosfera. 5 - Perfume; costumar; suf. nom., de origem grega que exprime a ideia de filiação, descendência. 6 - Prep. que indica lugar, tempo, modo, causa, fim e outras relações; anómalo; afiança. 7 - Anuência; arco. 8 - Trovejar; móvel onde se dispõem e guardam bebidas com ou sem álcool, ao balcão ou em mesas; cristal que decompõe a luz. 9 - Meio tom; pedra de amolar; aquelas. 10 - Nome da leta I (pl.); baba; instrumento para encurvar as calhas das linhas férreas. 11 - Coloração da face, qualquer compartimento; sétima nota musical. 12 - Boldrié; cinzento-azulado. 13 - A décima sexta parte de um alqueire; vestido ou xaile ordinário (pop.).

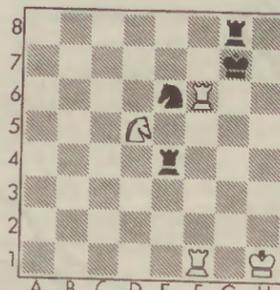
VERTICAIS: 1 - A minha pessoa; perfeição na execução. 2 - Nome da 21.ª letra do alfabeto grego; voz do gato. 3 - Ingénito; certamente; nome vulgar do óxido de cálcio. 4 - Grande macaco antropomorfo; rola. 5 - Que tem ângulos iguais; órgão excretor que tem a seu cargo a função da formação da urina. 6 - Olfacto excessivamente apurado dos cães e de outros animais; duas vezes; terceira nota musical. 7 - Chegar; reataduras. 8 - Vaso de pedra para líquidos; a unidade; fazer girar. 9 - Avenida (abrev.); munir de asas; um milhar. 10 - Próprio da raça; grande onda. 11 - Encontrar; qualquer instrumento de ataque ou defesa; sorri. 12 - Aqui está; de baixa temperatura; gracejar. 13 - Escudeitos; igreja episcopal. 14 - Conteúdo de um odre; nome do sinal de adição. 15 - Campo de cereais; flor do jasmineiro.

SOLUÇÕES:
HORIZONTAIS: 1 - Exigir para sós. 2 - Nos. vance. 3 - Fartar; chá. 4 - Mitigar; alar. 5 - Olor; usar; da. 6 - Em; anormal; ha. 7 - Sim; aro. 8 - Toar; bar; prisma. 9 - Semitono; m; a. 10 - Is; salivar; gm. 11 - Cor; sala; si. 12 - Tallum; Cms. 13 - Celamim; xarel. 14 - Vir; reatas. 8 - Pia; um; rolar. 9 - Av; asar; mil. 10 - Racial; vaga. 11 - Achar; arma; r. 12 - Eis; fro; nr. 13 - Aios; Sé. 14 - Odrada; mais. 15 - Sear; jasmim.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



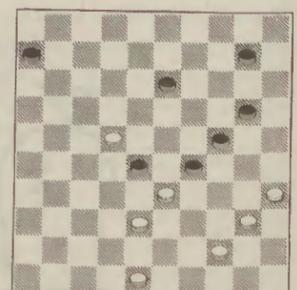
Xadrez

DCCXIII - 22 DE MARÇO DE 2001
PROPOSIÇÃO N.º 2001X11Por: Ladislav Prokes
«Obrana Lidu», 1949Pr.: [4]: C66 - Ts. 64, g8 - Rg7
Br.: [4]: Cd5 - Ts. f1, f6 - Rh1

Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2001X11 [L.P.]
1. Th1+, Rh7; 2. Tf7+, Rh8; 3. Th7+, Rh7; 4. Cf6+, Rh6; 5. Cg8+, Rh7/5h7; 6. Cf6+ e.g.

Damas

DCCXIII - 22 DE MARÇO DE 2001
PROPOSIÇÃO N.º 2001D11Por: Th. van Prooyen
NL, - 1975Pr.: [7]: 6-10-13-20-24-28-29
Br.: [7]: 22-33-35-38-40-44-48

Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2001D11 [Th. van P.]
1. 44-39, (26x17); 2. 35-30, (24x44); 3. 33x4 = D, (44-42); 4. 4x11, (6x17); 5. 48x37 +

Alhos Vedros

Comemoração do 80.º aniversário, com homenagem póstuma ao camarada José Canudo: **almoço** no restaurante «O Trilho», com a participação do camarada **Carlos Aboim Inglez**: sábado, dia 31, às 13h.

Almada

Almoço de aniversário no **CT Alberto Araújo**, com a participação de **Carlos Aboim Inglez**: domingo, 25, às 13h.

Almoço de aniversário na **URPICA do Pragal** (Edifício Polivalente), com a participação de **Dias Lourenço**: domingo, 25, às 13h.

Amadora

Almoço comemorativo da organização da **Freguesia da Mina**: domingo, 25, às 13h, no **CT da Amadora**.

Aveiro

Debate com **Armindo Miranda** sob o tema «**Alternativa de esquerda em Portugal, papel e propostas do PCP**»: sexta-feira, 23, às 21h30, no **Museu da República**.

Avis

Convívio comemorativo na freguesia de **Figueira e Barros**: sábado, 24, às 16h, na **Junta de Freguesia**.

Barreiro

Jantar Concelhio em Os Penicheiros, com a participação de **Carlos Carvalhas**: sábado, 31, às 20h

PCP 1921 2001



ANOS

a fazer história
a construir futuro

(Inscrições no Centro de Trabalho).

Casebres

Debate sobre «**A luta das mulheres e o momento actual**», com a participação de **Luísa Araújo**, seguido de **lanche-convívio comemorativo** do aniversário do PCP: domingo, 25, a partir das 15h, no **CT do PCP**.

Corroios

Lanche-convívio, com entrega dos novos cartões do Partido: no salão do Centro de Trabalho, sábado, 24, às 15h.

Ermidas-Sado

Almoço de aniversário promovido pela Comissão de Freguesia do PCP com a participação do camarada **Joaquim Matias**: domingo, 25, às 13h, na **Zona Industrial** de Ermidas-Sado, na **Socaixilhos**.

Lisboa

Jantar comemorativo do Sector Público, com a participação de **José Vitoriano**: sexta-feira, 24, às 19h30, no **CT Vitória**.
Almoço de confraternização

ção e entrega dos novos cartões das organizações das freguesias de **Alvalade, Campo Grande, S. João de Deus, S. João de Brito, S. Sebastião, N. S. Fátima**, com **Júlio Filipe**: sábado, 24.

Miranda do Corvo

Jantar de aniversário no restaurante «**O Caniço**», com a participação de **Armindo Miranda**: sábado, 24, às 20h.

Odemira

Convívio na **Casa do Povo** de **Relíquias**, com a participação de **Odete Santos**: sábado, 24, às 17h.
Almoço no **CT do PCP** de **S. Teotónio**, com a participação de **Carlos Gonçalves**: domingo, 25, às 13h.

Ourém

Almoço de aniversário, no restaurante «**O Cantinho**», com a participação de **José Casanova**: sábado, 24, às 13h.

Ourique

Almoço de aniversário promovido pela Comissão Concelhia do PCP com a participação de **Odete Santos** e de **José Mâncio Soeiro**, cabeça de lista da CDU à **CM de Ourique**: sábado, 24,

às 13h, no «**Café Beira Linha**», em **Garvão**.

Palmela

Jantar comemorativo organizado pela Com. de Freguesia de **Palmela** e a célula dos trabalhadores da **Câmara Municipal**: na «**Quintinha dos Melros**», sexta-feira, 23, às 20h30.

Almoço-convívio na Marateca: dia 25, às 13h, no **salão dos Bombeiros de Águas de Mouro**.

Santarém

Almoço de aniversário no restaurante «**Ponto de Encontro**», na **Póvoa de Santarém**, com a participação de **Vítor Dias**: domingo, 25, às 13h.

Santiago do Cacém

Almoço na **Sala de Convívio das Relvas Verdes**, com a participação do camarada **Domingos Abrantes**: dia 1 de Abril, às 13h.
Convívio no **Centro Cultural da JF de Vale de Santiago**, com **Domingos Lopes**: sábado, 31, às 17h.

Vila Franca de Xira

Almoço em A-dos-Loucos (**S. João dos Montes**), com a participação de **José Casanova**: domingo, 25.

Torres Vedras

Homenagem a camaradas falecidos com visita aos cemitérios de **S. Pedro** e **S. Miguel** e ao monumento evocativo de **Fernando Vicente**, que esteve preso no **Tarrafal**.
Sábado, 24, a partir das 9h30

**Lisboa**

Terça-feira, 27, 18h – Hotel Sofitel

Sessão promovida pela Comissão Coordenadora Nacional da CDU para apresentação da Declaração Política sobre as eleições autárquicas e anúncio das próximas iniciativas da coligação.

Intervenção de Carlos Carvalhas**Encontro Regional de Basto**

promovido pela Coordenadora da CDU local

Domingo, 25, a partir das 10h na **Escola EB 2,3 de Arco de Baúlhe**, com a participação do deputado do PCP **Agostinho Lopes**

Loures

Frielas - Sessão Pública da CDU no salão da Junta de Freguesia, com a participação do vereador da CDU **José Manuel Abrantes**: dia 23 às 21h

Juventude CDU de Sacavém - Exibição do filme «**Truman Show**», integrado no ciclo de cinema e debates «**Outros Tempos**», promovido pela Juventude CDU: no Auditório do Museu da Cerâmica, dia 23 às 21h

Carnaxide

CDU Presta Contas - com a participação do vereador **Arnaldo Pereira** e dos eleitos CDU na AM da Freguesia: dia 23, 21h, na Associação 18 de Maio (Outorela)

Cascais

Encontro CDU de S. Domingos de Rana: dia 25 às 14h30, no Centro de Trabalho de Tires

Almada

Comissão Concelhia do PCP e eleitos nas autarquias de Almada em visita ao Concelho: dia 25; também em visita à freguesia de **Costa de Caparica**: dia 28

Estarreja

Reunião de candidatos e activistas da CDU no Concelho de Estarreja: dia 23, às 21h30, em casa de **Aristides de Sousa** (junto à Esc. Conde Ferreira)

Odivelas

Famões - Jornadas autárquicas da CDU na Freguesia, com a participação de eleitos locais e de **Francisco Pereira**: dia 25, a partir das 10h na Praceta 25 de Agosto

Plenários e outras reuniões da Organização do PCP**Em preparação a V Assembleia da OREVA**

Estão já em curso nos vários concelhos do distrito de Évora reuniões preparatórias da Assembleia da Organização distrital, agendada para 1 de Abril, em Estremoz.

Hoje mesmo, quinta-feira, realizam-se os plenários do **Sector Operário e Serviços** (CT de Évora, 18h), e o plenário concelhio de Évora da **Juventude** (CT de Évora, 21h).

Amanhã, dia 23: plenários da freguesia da **Malagueira** (21h nas Piscinas); organização da **Boa Fé** (às 20h30, na JF); da organização da freguesia de **Cabeção** (Mora) e da organização da freguesia de **Pavia**.

Para sábado, dia 24, estão marcados os plenários das freguesias de **S. Miguel de Machede** (21h, na Casa do Povo) e de **Torre Coelheiros** (16h, Casa do Povo local), e o plenário concelhio de **Borba** (às 15h, no Centro de Trabalho).

Reuniões

na **Cidade de Lisboa**
Hoje, quinta-feira - Plenário do Sector de Artes

Plásticas, Arquitectos e Designers/Sector Intelectual da ORL: às 21h no **CT Vitória**. **Debate** sobre «**Globalização: que resposta?**», com **Carlos Aboim Inglez**: às 18h, **CT Vitória**.

Segunda-feira, dia 26 - Plenários da célula do **Min. Educação/FPública** (18h30) e do **Sector Intelectual da ORL** (21h), ambos no **CT Vitória**.

Quarta-feira, 28 - Reunião do OD do Sector da **Função Pública**: 19h, **CT Vitória**.

Em Loures, Oeiras, V. Franca

A célula da **CM e SMAS de Loures** reúne hoje, quinta-feira, em plenário, no **Refeitório da CM**, com a participação da cam. **Rosa Rabiais**.

Na freguesia de **Barcarena** está agendado para sexta-feira, 23, às 21h, um plenário de militantes de **Leceia**. Na **Póvoa de Santa Iria** a organização da freguesia reúne-se em plenário no próximo domingo, às 15h.

Eleições autárquicas em destaque no Seixal

A célula dos **Trabalhadores Comunistas da CM**

do **Seixal** dá esta semana início a uma série de reuniões por Núcleos para entrega dos novos cartões do Partido e discussão das tarefas políticas em curso, designadamente as que respeitam às eleições autárquicas de Dezembro próximo. Estão agendadas para esta semana, sempre no Centro de Trabalho: no dia 23, às 18h, a de **Quadros Técnicos**; no dia 27, também às 18h, as de **Recursos Humanos** e **D. Ambiente/ Fiscalização**.

Debate em Bragança:

«**Actualidade da Esquerda**»

O camarada **Manuel Gusmão**, professor e escritor, apresenta esta noite, às 21h30 no Auditório Paulo Quintela do Centro Cultural de Bragança, uma conferência sob o tema «**Actualidade da esquerda**», seguida de debate. No local continuam patentes ao público até amanhã, sexta-feira, uma exposição sobre os 80 anos do PCP e uma outra sobre o «**Avante!**»

Festa do Avante! 2001

Domingo, 25

Encontro-convívio do Sector da Emigração na Quinta da Atalaia para balanço da participação do Sector na Festa 2000 e preparação do Pavilhão na Festa 2001 (às 11h).
Almoço (às 13h)
(Entrada pela Medideira, junto ao Campo de Jogos do Amora)

Viagem ao Canadá

Toronto-Niagara-Mil Ilhas-Ottawa-Montebello-Quebec-Tadoussac-Montreal
10 a 20 de Julho de 2001
organizada pela **DORS do PCP**
(Informações: cam. Adelaide - Tel. 265 526 123)

**23 de Março****No Seixal**

Festa do Estudante, no Espaço Jovem de Arrentela - a partir das 21h

24 de Março**Na Sede Nacional**

Reunião temática sobre o fenómeno das claques desportivas - às 10h
Reunião preparatória da iniciativa nacional sobre Cultura e Juventude - às 11h30

Em Silves

Comemoração do Dia do Estudante. Pela dinamização da luta dos alunos do Secundário
- às 16h no Centro de Trabalho do PCP

ATVer

Nixon: mais uma
incursão de Oliver
Stone na ficção
política

A Sombra dos Abutres

(Sábado, 24 de Março, RTP-2)

Obra de estreia do jovem realizador **Leonel Vieira** (que confirmaria o seu talento na sua obra seguinte, *Zona J*), **A Sombra dos Abutres** obteve um merecido sucesso de bilheteira quando se estreou (é um trabalho de 1996). Com argumento do próprio realizador, o filme conta-nos, sem retóricas e com notável limpeza, a fuga para França de um mineiro que liderou uma greve em Trás-os-Montes por melhores condições de trabalho, sendo primeiro acusado de comunista e depois implacavelmente perseguido pela PIDE numa «caça ao homem» brutalmente conduzida por um inspector não menos brutal. Estava-se em 1962, em pleno fascismo. Com uma bela fotografia de **Acácio de Almeida** e um elenco seguro: **Vítor Norte** (brilhante, como sempre), **Diogo Infante**, **José Wallenstein**, **Raquel Maria**, **Fátima Belo**, **Ivo Serra**, **Canto e Castro**.

A Desforra de Hércules

(Domingo, 25 de Março, RTP-1)

A Desforra de Hércules é um exemplar acabado do chamado «Peplum», um subgénero



Apollo 13 reconstitui com espectacularidade a história verdadeira de uma missão falhada à Lua

do cinema de aventuras nascido em Itália nos finais dos anos 50 e que misturava, em alegre salganhada, os heróis lendários da cultura greco-latina com gladiadores e outros heróis de «túnica e sandálias». Hoje, este pimba cinematográfico tão popular nos anos 60 é uma delícia impagável. Neste caso, com o aliciante de ter por protagonistas o «Mister Universo» da época, o norte-americano **Mickey Hargitay**, e a sua voluptuosa esposa **Jayne Mansfield**, de quem se dizia na época que o que tinha de mais em «busto» (um metro bem medido!) compensava perfeitamente o que lhe faltava em talento. *Et voilà!*

Sem Retorno

(Domingo, 25 de Março, SIC)

A violência demencial à solta na «América profunda» (neste caso num lugarejo perdido no deserto do Arizona) é apresentada por **Oliver Stone** neste **Sem Retorno** com os exacerbatos do costume neste realizador, aqui narrando as desventuras de um jovem que tem um acidente em pleno deserto junto a uma pequena povoação e se vê envolvido num autêntico pesadelo. Os intérpretes são de primeira escolha: **Sean Penn**, **Nick Nolte**, **Jennifer Lopez**, **Joaquín Phoenix**.

Apollo 13

(Domingo, 25 de Março, SIC)

Efeitos especiais em barda reconstituem com eficácia o acidente verídico ocorrido na missão lunar norte-americana **Apollo 13**, onde uma enorme avaria técnica fez fracassar o voo e esteve à beira de matar todos os astronautas. Dirigido com competência por **Ron Howard** e bem interpretado por **Tom Hanks**, o nunca



devidamente apreciado **Ed Harris** e ainda **Kevin Bacon** e **Bill Paxton**, é mais um caso (à semelhança de **Titanic**, por exemplo) onde uma história de que se conhece antecipadamente o desfecho consegue, mesmo assim, criar o devido *suspense*.

Rápida e Mortal

(Domingo, 25 de Março, na TVI)

Ainda no domingo, mas agora na TVI, repete-se este **Rápida e Mortal**, uma paródia ao western organizada por **Sam Raimi** onde o sarcasmo cavalga exactamente alguns dos estereótipos do género – pistoleiros infalíveis até ao absurdo, lutadores compulsivos até à idiotia, vilões malvados até à caricatura, tudo envergado por intérpretes de encher o olho como **Sharon Stone** («rápida» e «mortal» como nunca) **Gene Hackman** (que não disfarça o gozo que lhe dá tanta inverosimilhança) e ainda o então quase debutante **Leonardo DiCaprio**, entre outros. Uma boa piada, se visto com alguma atenção.

Sob o Signo do Capricórnio

(Segunda-feira, 26 de Março, RTP-1)

Under Capricorn é um filme algo diferente na obra de **Alfred Hitchcock**, o grande mestre do *suspense*, constituindo-se como um belo exercício cinematográfico sobre um conflito amoroso perturbado e perturbante com triangulação numa esposa frustrada e insegura (**Ingrid Bergman**), num marido

autoritário e igualmente inseguro (**Joseph Cotten**) e numa governanta secretamente apaixonada pelo patrão e, por isso, um elemento insidioso e dominador instalado no quotidiano do casal. Uma história com alguns ecos de **Rebecca** e localizada na Austrália, em 1831, o que levou o autor a uma cuidada reconstituição de época.

Nixon

(Quarta-feira, 28 de Março, na TVI)

Mais um trabalho de **Oliver Stone**, na senda do seu «ajuste de contas» muito pessoal com figuras ou episódios determinantes da his-



Rápida e Mortal, uma paródia ao western com todos os «matadores»

tória dos EUA. Neste caso biza a ficção política que já experimentara com **JFK** e volta-se para um outro presidente, **Richard Nixon**, cuja vida e acção política ficciona (tal como fizera em relação a **Kennedy**) na base de uma exaustiva pesquisa de factos reais que Stone «cozinha» com inegável maestria sem, contudo, deixar claro o seu ponto de vista sobre a personalidade em questão, ambiguidade que não deixa de ser significativa. Interpretações excepcionais de **Anthony Hopkins** (no papel de Nixon) e de **Bob Hoskins** (como **Edgar Hoover**).

Quinta, 22

▶ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
08.40 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Ciclismo: Grande Prémio dos Mosqueteiros, 2.ª Etapa
15.30 Marcas da Paixão
16.30 Ramona
17.35 Quem Quer Ser Milionário?
18.00 Quebra Cabeças
18.30 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Quem Quer Ser Milionário?
21.35 O Café da Esquina
22.05 Grande Informação
23.45 Turnos de Risco
24.45 24 Horas
01.15 «Histórias Extraordinárias» (de Federico Fellini, Louis Malle e Roger Vadim, França/Itália/1968, com Jane Fonda, Peter Fonda, Alain Delon, Brigitte Bardot. Fantástico)

▶ RTP2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.00 Euronews
12.30 Fronteira Ocidental
13.00 Zapping
14.00 Portugal sem Fim
15.00 Por Outro Lado
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.45 Espaço Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 Andamentos IV
19.30 Neste Século Aconteceu
20.10 Viver no Campo
20.40 2010
21.50 RTP Economia
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Artigo 37
00.30 «A Dama de Chandor» Longa Metragem

▶ SIC

08.00 Buééré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 História de Amor
15.30 A Viagem
16.40 Malhação
17.40 Uga Uga
19.00 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
20.40 Ganância/Porto dos Milagres
21.30 Grande Jogo: Porto/Sporting
23.30 Popstars
23.35 Noites Marcianas
02.00 «Pelo Soldado Perdido» (de Roeland Kerbosch, EUA/1992, com Maarten Smit, Andrew Kelley, Jeroen Krabbé. Drama)
04.00 Portugal Radical
04.30 Vibrações

▶ TVI

08.15 Animação
09.15 Tic Tac Milionário
11.30 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother II Extra
14.45 Tiro e Queda
15.30 Batatoon
19.15 Big Brother II Extra
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Big Brother II
23.05 «Corrupção em Phoenix» (de Danny Canon, EUA/1997, com Ray Liotta, Angelica Houston, Daniel Baldwin. Suspense)
01.05 A Bola É Nossa
03.05 Última Edição
03.55 Que Loucura de Família
04.25 SOF - Força Especial

Sexta, 23

▶ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.25 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Ciclismo: Grande Prémio dos Mosqueteiros, 3.ª Etapa
15.30 Marcas da Paixão
16.30 Ramona
17.35 Quem Quer Ser Milionário?
18.00 Quebra Cabeças
18.30 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Quem Quer Ser Milionário?
21.35 Alves dos Reis
22.40 Cromos de Portugal II
23.20 Histórias da Noite
24.00 24 Horas
24.30 «A Lei do Desejo» (de Pedro Almodóvar, Espanha/1987, com Eusébio Poncela, Carmen Maura, António Bandejas. Drama)
04.55 Automobilismo: Grande Prémio da Malásia

▶ RTP2

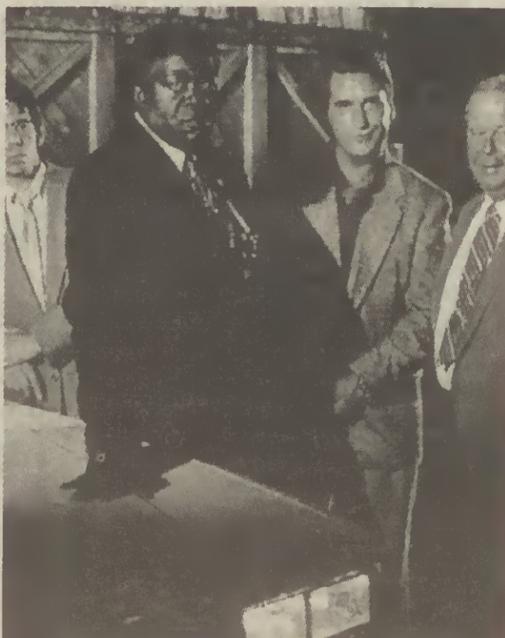
07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.00 Euronews
12.30 A Caça e a Conservação da Fauna
13.00 Livres e Iguais
14.00 Portugal sem Fim
15.00 Conversa Privada
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.45 Espaço Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 100.000 Porquês
19.30 Neste Século Aconteceu
20.10 Viver no Campo
20.50 O Tal Canal
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Dharma e Greg
24.00 A Outra Face da lua
01.30 «A Alcova do Bispo» (de Dino Risi, Itália/1977, com Ugo Tognazzi, Patrick Dewaere, Ornella Muti. Comédia)

▶ SIC

08.00 Buééré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 História de Amor
15.30 A Viagem
16.40 Malhação
17.40 Uga Uga
19.00 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Popstars
21.05 Malucos do Riso
21.30 Ganância/Porto dos Milagres
23.30 Noites Marcianas
02.00 Jogo Limpo
04.00 Portugal Radical
04.30 Vibrações

▶ TVI

08.30 Animação
11.30 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother II Extra
14.45 Tiro e Queda
15.30 Batatoon
19.15 Big Brother II Extra
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Big Brother II
23.05 «A Lei da Sensualidade» (de Joe Copolletta, EUA/1993, com Lisa Hulseburts, Jeff Rose, Bob Wyatt. Erótico)
01.05 Última Edição
01.55 «Trama Indecente» (de Yuri Zeltser, EUA, com Colin Firth, Jennifer Rubin, John Getz. Thriller)
03.55 Que Loucura de Família
04.25 SOF - Força Especial



«Departamento de Homicídios» Série policial



«F.C.Porto/Sporting» Jogo da meia-final da Taça de Portugal

Sábado, 24

▶ RTP1

07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Ciclismo: Grande Prémio dos Mosqueteiros, 4.ª Etapa
15.30 Top +
16.45 Felicity
17.45 «A Tribo de Krippendorff» (de Todd Holland, Reino Unido/1971, com Sidney James, Kenneth Williams, Joan Sims. Comédia)
19.50 Ciclismo: Grande Prémio dos Mosqueteiros (resumo)
20.00 Telejornal
21.00 Sábado à Noite
23.00 Óscaros (Antevisto)
24.00 24 Horas
24.20 Máquinas
01.10 «Vermelho Vivo» (de David Parker, EUA/1998, com Richard Dreyfuss, Jenna Elfman, Natasha Lyonne. Comédia)

▶ RTP2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto
19.00 «A Sombra dos Abutres» (de Leonel Vieira, Portugal/1996, com Vítor Norte, Diogo Infante, Raquel Maria. Ver Destaque)
20.45 Horizontes da Memória
21.20 Bombordo
22.00 Jornal África
22.30 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
24.00 Britcom («A Ilustre Casa de Blackadder IV» «A Família Royle» «My Hero»)
01.30 «O Homem sem Rosto» (de Lauri Torhonen, Finlândia/1995, com Tom Poysti, Jouna Järvelin, Birgitta Ulfsson. Policial)
03.00 Prazeres

▶ SIC

07.00 Zip Zap
11.15 Dá-lhe Gás
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.10 «Beleza Negra» (de Caroline Thompson, EUA/1994, com Sean Bean, David Thewlis, Jim Carter. Aventura)
16.10 «Presas Brancas» (de Ken Olin, EUA/1994, com Scott Bairstow, Chamaine Craig, Al Harrington. Aventura)
18.20 Mundo Vip
18.50 Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.00 Porto dos Milagres
23.00 Herman Sic
01.00 Sexappeal
02.00 «Escape» (de Roger Donaldson, EUA/1994, com Alec Baldwin, Kim Basinger, Michael Madsen. Acção)
04.10 Portugal Radical

▶ TVI

08.00 Animação
11.15 Top Rock
12.00 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
13.45 Contra-Ataque
14.45 4ª a Fundo
15.00 Caras Lindas
17.00 «Aventuras no Rio» (de Deborah Del Prete, EUA/1999, com John Cullum, Jason James Richter. Acção)
19.00 Big Brother II
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Bora Lá Marina
22.50 112
23.20 Lux
24.10 «Diário de Uma Morte Anunciada» (de Robert Allan Ackerman, EUA/1994, com Susan Sarandon, Sam Shepard, Robert Sean. Drama)
02.10 «Perdida Durango» (de Alex de la Iglesia, EUA/1997, com Rosie Perez, Javier Bardem, Harley Cross. Drama)
04.10 Grandes Esperanças (Último Episódio)

Domingo, 25

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
11.45 Caderno Diário Especial
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Made in Portugal
15.15 Providence
16.10 Patilhas e Ventoinha
16.35 «A Desforra de Hércules» (de Carlo Ludovico Bragaglia, Itália/1960, com Mickey Hargitay, Jayne Mansfield, Massimo Serato. *Ver Destaque*)
18.15 Agora é Que São Eles
20.00 Telejornal
21.10 «O Subalguero» (de John Hamilton, EUA/1998, com Danny Nucci, David Carradine, Antonio Maltese. *Policial*)
22.50 O Rosto da Notícia
23.50 Domingo Desportivo
01.30 Magazine Liga dos Campeões
02.00 24 Horas
02.20 «Rivais Implacáveis» (de Colin Bucksey, Reino Unido/1989, com Paul McGann, Rebecca De Mornay, John Castle. *Drama*)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.30 Programa Religioso
10.30 Missa
11.15 Horizontes da Memória
11.55 Sobrevivência
12.30 Palácio de Cristal
13.30 Com a Criança nos Braços
14.00 Desporto 2
18.30 Uma Gota para a Vila
19.30 Uma Mulher de Branco
20.30 Onda Curta («BZZ» de Benoît Ferroumont, Bélgica/2000, «Vazio» de Matthias Müller, Alemanha/1998)
21.00 Futurama
21.30 Artes e Letras - «Puzzles»
22.30 Jornal 2
23.00 Travessa do Cotovelo
00.15 «Viver a sua Vida» (de Jean-Luc Godard, França/1962, com Anna Karina, Sady Rebbot, Guylaine Schlumberger. *Drama*)

▼ SIC

07.00 Zip Zap
12.00 BBC Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Big Show SIC
17.00 «Apollo 13» (de Ron Howard, EUA/1995, com Tom Hanks, Bill Paxton, Gary Sinise. *Ver Destaque*)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Popstar
21.05 Porto dos Milagres
21.45 «Papá para Sempre» (de Chris Columbus, EUA/1993, com Robin Williams, Pierce Brosnan, Sally Field. *Comédia*)
24.00 Esta Semana
01.30 «Sem Retorno» (de Oliver Stone, EUA/1997, com Sean Penn, Nick Nolte, Jennifer Lopez. *Ver Destaque*)
03.30 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Animação
11.00 Espaço Religioso
11.15 Missa
13.00 TVI Jornal
13.30 «Um Passeio Sem Regresso» (de Glenn Jordan, EUA/1999, com Keith Carradine, Rebecca De Mornay, Ellen Burstyn. *Drama*)
15.30 «Amor e Mentiras» (de Lasse Halstrom, EUA/1995, com Julia Roberts, Dennis Quaid, Robert Duvall. *Comédia Dramática*)
17.30 Big Brother
19.00 Super Pai
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Big Brother II
23.30 «Rápida e Mortal» (de Sam Raimi, EUA/1995, com Sharon Stone, Gene Hackman, Russell Crowe, Leonardo DiCaprio. *Ver Destaque*)
02.00 Oseiros

Segunda, 26

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.30 Ramona
17.30 Quem Quer Ser Milionário?
18.10 Quebra Cabeças
18.45 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.05 Lotaria Nacional
21.15 Quem Quer Ser Milionário?
21.50 A Febre do Ouro Negro
23.00 Jogo Falado
24.50 24 Horas
01.25 «Sob o Signo do Capricórnio» (de Alfred Hitchcock, Grã-Bretanha/1949, com Ingrid Bergman, Joseph Cotton, Michael Wilding. *Ver Destaque*)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.30 100.000 Porquês
13.05 2010 (R)
14.00 Portugal sem Fim
15.00 Parlamento
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.40 Espaço Infantil



«2001» Magazine sobre novas tecnologias e multimedia

18.30 Informação Religiosa
19.00 Rotações
19.30 Neste Século Aconteceu
20.25 Viver no Campo
20.50 Por Outro Lado
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Os Sopranos
24.00 Artes de Palco
01.40 Andamentos

▼ SIC

08.00 Buêréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.40 Malhação
17.40 Uga Uga
19.00 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Popstar
21.05 Malucos do Riso
21.30 Ganância/Porto dos Milagres
23.30 Noites Marcianas
02.00 «Milagre à Meia-Noite» (de Ken Cameron, EUA/1997, com Sam Waterston, Mia Farrow, Justin Whalin. *Baseado em Acontecimentos Reais*)
04.30 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Animação
12.15 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother II
15.00 Tiro e Queda
15.30 Batatoon
19.15 Big Brother II Extra
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Olhos de Água
23.00 Big Brother
24.00 Oseiros Compacto
02.00 Até que a Lei os Separe
03.10 Última Edição
04.00 Mercy Point
05.00 Que Loucura de Família
05.30 SOF - Força Especial (Último Episódio)

Terça, 27

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.40 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.30 Ramona
17.35 Quem Quer Ser Milionário?
18.10 Quebra Cabeças
18.40 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Futebol: Portugal/Holanda
23.00 Quem Quer Ser Milionário?
23.30 «Tarzan, O Homem Macaco» (de John Derek, EUA/1981, com Bo Derek, Richard Harris, John Phillip. *Aventura*)
01.15 24 Horas
01.45 «Orgazmo - Super Herói» (de Trey Parker, EUA/1997, com Trey Parker, Dian Bachar, Robyn L. Raab. *Comédia*)

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
13.00 O Lugar Da História
14.00 Portugal sem Fim
15.00 Artigo 37
16.30 Informação Gestual
17.45 Espaço Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 Bomborlo
19.30 Neste Século Aconteceu
20.10 Viver no Campo
20.40 O Triunfo dos Porcos
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Conversa Privada
24.00 «Wilde» (de Brian Gilbert, Reino Unido/1997, com Stephen Fry, Jude Law, Jennifer Ehle. *Drama Biográfico*)
01.50 Rotações

▼ SIC

08.00 Buêréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.40 Malhação
17.40 Uga Uga
19.00 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Popstar
21.05 Malucos do Riso
21.30 Ganância/Porto dos Milagres
23.30 Noites Marcianas
02.00 Noites Longas
04.00 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Animação
11.40 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother II Extra
14.45 Tiro e Queda
15.30 Batatoon
19.15 Big Brother II Extra
20.00 Jornal Nacional
21.00 Big Brother
00.35 Ally McBeal
01.35 Pretender IV
02.35 Última Edição
03.25 Que Loucura de Família
03.55 O Vingador (Estreia)

▼ TVI

08.30 Animação
11.40 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother II
15.15 Batatoon
17.15 Big Brother II
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Big Brother II
23.10 Tic Tac Milionário
01.20 Última Edição
02.10 «Nixon» (de Oliver Stone, EUA/1995, com Anthony Hopkins, Joan Allen, Powers Boothe. *Ver Destaque*)
04.10 Que Loucura de Família
04.40 O Vingador



«Olhos de Água» Telenovela portuguesa sobre a vida de duas irmãs gémeas

Quarta, 28

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
08.35 Guia Dia a Dia
10.00 Praça da Alegria
12.30 Regiões
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Emoções Fortes
15.30 Marcas da Paixão
16.30 Ramona
17.35 Quem Quer Ser Milionário?
18.00 Quebra Cabeças
18.30 Ajuste de Contas
19.40 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Futebol: Portugal/Holanda (AA)
23.00 Maiores de 20 (Estreia)
23.30 Quem Quer Ser Milionário?
24.00 «O Número 13 da Gantry Row» (de Catherine Miller, Austrália/1998, com Rebecca Gibney, John Adam, Doris Younane. *Terror*)
01.40 24 Horas

▼ RTP 2

07.00 Hora Viva
09.45 Espaço Infantil-Juvenil
12.30 Andamentos
13.00 O triunfo dos Porcos
14.00 Portugal sem Fim
15.00 Travessa do Cotovelo
16.00 Euronews
16.30 Informação Gestual
17.45 Espaço Infantil
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta
19.30 Neste Século Aconteceu
20.10 Viver no Campo
20.40 Livres e Iguais
22.00 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 Zapping
24.00 Sinais do Tempo
01.00 Departamento de Homicídios



▼ SIC

08.00 Buêréré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.10 A Próxima Vítima
15.30 A Viagem
16.40 Malhação
17.40 Uga Uga
19.00 O Cravo e a Rosa
20.00 Jornal da Noite
21.00 Popstar
21.05 Malucos do Riso
21.30 Ganância/Porto dos Milagres
23.30 Noites Marcianas
02.00 Noites Longas
04.00 Portugal Radical

▼ TVI

08.30 Animação
11.40 Big Brother II
13.00 TVI Jornal
14.00 Big Brother II
15.15 Batatoon
17.15 Big Brother II
20.00 Jornal Nacional
21.00 Olhos de Água
22.00 Big Brother II
23.10 Tic Tac Milionário
01.20 Última Edição
02.10 «Nixon» (de Oliver Stone, EUA/1995, com Anthony Hopkins, Joan Allen, Powers Boothe. *Ver Destaque*)
04.10 Que Loucura de Família
04.40 O Vingador

Nota:

A Redução não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TVisto

Correia da Fonseca

O homem que veio do Nordeste

Albino Reis partiu para o Brasil quando tinha 29 anos. Esteve por lá no Maranhão, Nordeste, mais exactamente em Maracussuné, durante perto de nove anos. É terra de índios, cinco tribos que por ali habitam, uma delas nómada; mas é também zona de madeiros cobiçosos, de garimpo e de camponeses sem-terra. Por lá esteve durante cerca de nove anos e para lá deseja voltar. Tudo isto e o mais que adiante se lerá ele o contou à jornalista Ana Sousa Dias na rubrica «Por outro lado», uma dessas que poucos vêem porque está na «2» a horas em que os telediários dos canais de maior audiência estão no ar, às segundas-feiras, e é repetida às 15

«A parte que lhes cabe»

Albino Reis contou um caso concreto que de perto viveu. Eram trezentas e cinquenta famílias (a sete ou oito pessoas por família, que lá não é como por cá) a viverem do trabalho desenvolvido num desses lotes. Até que, um dia, um figurão importante da capital do Estado descobriu que ali havia abundância de tal «madeira de lei» que podia ser sua mediante a obtenção de documento falso facilmente obténvel num notário local mediante um pagamentozinho, o que é uma prática corrente e de grande êxito. Assim o fez, naturalmente. Desta vez, porém, deparou com a oposição de Albino Reis, que tomou a iniciativa de o visitar e informá-lo de que dera pela viciação, estando naturalmente disposto a impedir-lhe as consequências. Aí, o figurão recorreu aos meios ao seu dispor: compra de autoridades, uso de jagunços, colaboração prestimosa da polícia militar que é uma sobrevivência da ditadura que continua a aplicar-lhe métodos, incluindo o da tortura. Avançaram, pois, os jagunços armados com material militar, mas foram recebidos pelos camponeses entretanto prevenidos.

Os camponeses apenas tinham velhas espingardas de caça com chumbo. Mas eram muitos, mais de três centenas deles. E tinham no cano das suas caçadeiras, além do chumbo, também a razão, a legalidade que os poderosos espezinham e a certeza de que a fome lhes ameaçava as mulheres e os filhos. Os jagunços foram repelidos deixando três mortos no solo. Um deles, o chefe, era sargento da polícia militar. Neste caso, parece que as coisas ficaram por aqui. Não é, porém, o que geralmente acontece: a regra é que os poderosos vençam e os camponeses sejam escorraçados, com excepção dos que fiquem mortos e enterrados na cova que, como escreveu Mello Neto, «é a parte que lhes cabe neste latifúndio». Por vezes, entre os assassinados está também um colega de Albino Reis, pois no Nordeste é punível com a morte a audácia de defender o direito dos camponeses à terra, à educação, à saúde. Isto é: aos fundamentais direitos do homem que noutros lugares são tão falados mas pensados de modo bem diferente. Porque, bem o sabemos, a hipocrisia é também uma arma dos poderosos. Quanto a Albino Reis, agora em Lisboa, não se sente bem por cá e só pensa em voltar para o «seu» Nordeste dos sem-terra que são a sua gente. Falta dizer que é padre. Missionário. Comboniano. Como, por exemplo, o seu colega que nunca voltou do Nordeste porque lá foi assassinado a mando dos fazendeiros.

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Bartolomeu

Um tal Bartolomeu Capita, que reside em Paris sob a protecção do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, falou ao Público na qualidade de dirigente do «Movimento Nacional Cabindense» (MNC), organização confidencial que o próprio diário português minimiza como «uma das numerosas facções dos independentistas» de Cabinda. O que não impediu, diga-se de passagem, que fosse puxada para título a ponderosa afirmação - «dirigente nacionalista opõe-se aos raptos».

E que diz Bartolomeu Capita?

Em primeiro lugar, afirma-se «contra a tomada de reféns» portugueses pela FLEC porque «não é essa a minha filosofia», pois «luto mais no campo das ideias, com maior sentido diplomático».

Depreende-se que, na cabeça deste «dirigente», o rapto de cidadãos inocentes constitui uma «filosofia» a que se opõe não porque a considere o que é - um crime de terrorismo puro e simples -, mas porque «luta mais no campo das ideias», o que ratifica a ilação de que o senhor Capita, afinal de contas, considera o rapto de cidadãos inocentes uma «forma de luta» admissível, que só não pratica porque tem «maior sentido diplomático»...

Ainda a semana passada, o senhor Capita pôs em acção este «sentido diplomático» ao apelar à Santa Sé, a Portugal e aos EUA para «restituírem ao povo cabindense os seus direitos cívicos, políticos, económicos, sociais e culturais», dignidade «nacionalista» que o cavalheiro articula com a extraordinária proposta de que os recursos naturais de Cabinda (leia-se petróleo e diamantes) «sejam partilhados com a humanidade» por intermédio... do Vaticano!, de quem este «filósofo» do rapto é manifesto admirador.

É óbvio que estamos perante uma anedota.

Defender a «restituição ao povo cabindense» dos seus «direitos», na base do «oferecimento à humanidade» dos recursos naturais do território e tendo o Vaticano por intermediário é de um tal grotesco que cobre de ridículo já não o pateta, que fala mas quem o ouve e divulga.

Mas a maior anedota é um tal abencerragem gozar da protecção de um organismo da ONU, ser ouvido como se representasse alguma coisa e divulgado como se pudesse ser tomado a sério.

O mesmo se passa com a miríade de «movimentos» e «nacionalistas» de Cabinda que se movimentam num estranhíssimo à-vontade pela União Europeia - Portugal incluído - em nome de uma «causa» que nem a ONU nem a OUA reconhecem e cuja luta se resume a crimes de rapto sobre cidadãos estrangeiros com o objectivo confesso de chantagear as instituições internacionais.

Quanto à extraordinária proposta de o Vaticano ser «intermediário» no negócio de «partilhar com a humanidade» os recursos de Cabinda só deixa numa posição delicada o próprio Vaticano, nomeadamente quando este, através do seu bispo local, se mostra tão receptivo às teses secessionistas do MNC, FLEC, FLAC e restantes bandos terroristas que agora reivindicam a «independência» deste território escolhendo civis como adversários, o rapto como arma, a chantagem como argumento negocial e o banditismo como programa de acção.

Suprema estranheza é a União Europeia no seu conjunto pugnar, por um lado, pela paz em Angola e, por outro, consentir no seu território as movimentações e a propaganda de bandidos que atentam contra essa paz e alardeiam os próprios crimes como bandeira.

Na Campanha de Fundos de 250 mil contos, o PCP conta com o apoio dos trabalhadores

Uma tarefa de todos os dias

Por decisão do Comité Central, está em curso uma Campanha Nacional de Fundos de 250 000 contos para ajudar a financiar a Campanha Eleitoral para as eleições autárquicas que terão lugar no fim do corrente ano.

Num período de intensa actividade política, em que a par da luta contra a desastrosa política de direita do governo do PS e do trabalho diário de apoio às reivindicações e às lutas dos trabalhadores e das massas populares, avultam outras iniciativas de grande importância política - as comemorações do 80.º Aniversário do Partido, dos 70 anos da publicação do Avante!, do Dia Internacional da Mulher, do 25 de Abril, da jornada do 1.º de Maio, da 25.ª

edição da Festa do Avante! -, impõe-se às organizações do PCP saberem compatibilizar todas estas tarefas com a Campanha Nacional de Fundos agora em curso.

No quadro institucional actual, o PCP é o único partido cujas receitas resultam, fundamentalmente, das quotizações e contribuições dos seus militantes e das ajudas e apoios, dos seus simpatizantes, assim como das inúmeras iniciativas de massas tais como a presente Campanha Nacional de Fun-

dos, como o demonstram as Contas que regularmente apresenta no Tribunal Constitucional.

Mas o PCP, como Partido dos trabalhadores, que existe para defender no dia-a-dia os seus interesses e conduzir a luta pela construção duma sociedade livre da exploração do homem pelo homem, dispõe também, e fundamentalmente, do apoio desses mesmos trabalhadores e das massas populares.

Envolver o Partido

Assim, como a experiência doutras campanhas tem mostrado, é possível compatibilizar a Campanha com as tarefas diárias do Partido, desde que a Campanha não seja encarada como uma tarefa separada do conjunto das actividades do Partido mas sim integrada no trabalho regular de todos os militantes.

Para o cumprimento de mais esta tarefa, impõe-se entretanto que cada organização e também cada militante proceda ao estudo das iniciativas a levar a cabo e defina a meta de contribuições que se propõe obter. É também importante que em todas as Organizações a discussão da Campanha seja seguida da distribuídas das tarefas correspondentes, assim como da formação de comissões adequadas ao acompanhamento e controlo de execução das tare-

É possível compatibilizar a Campanha com as tarefas do Partido

fas e metas assumidas.

Entretanto, para que o «Avante!» possa dar uma melhor contribuição ao desenvolvimento e êxito da Campanha à escala nacional, é

necessário que os seus leitores e os organismos responsáveis pela Campanha lhe enviem notícias sobre as suas próprias experiências.

Impõe-se, ainda, que, para além dos materiais centrais disponíveis (cartazes, cupons, listas, etc.), cada organização e cada militante dê livre curso ao seu espírito criativo na elaboração e execução de iniciativas próprias.

Direitos de autor dos jornalistas

O Grupo Parlamentar do PCP divulgou terça-feira passada, em conferência de imprensa, o Projecto de Lei que irá apresentar à Assembleia da República sobre regulamentação e protecção dos direitos de autor dos jornalistas.

No preâmbulo deste projecto, lembra-se que os jornalistas têm direito «à protecção dos textos, imagens, sons ou desenhos resultantes do exercício da liberdade de expressão e criação».

Consagrada assim, em princípio, a protecção dos direitos de autor dos jornalistas, e passados muito mais de 120 dias (o prazo proposto), não foram dados quaisquer passos concretos para a regulação destes direitos.

Entretanto, os jornalistas são diariamente lesados com a utilização dos seus trabalhos com a utilização dos seus trabalhos em órgãos de comunicação diferentes daqueles para que foram produzidos, sem que lhes seja solicitada autorização e sem que recebam qualquer contrapartida.

É neste quadro que o grupo parlamentar comunista se propõe apresentar este projecto de lei, cujo conteúdo se baseia em larga medida na proposta apresentada publicamente pelo Sindicato dos Jornalistas em Maio de 2000.

Ao apresentar este projecto, o grupo parlamentar sublinha ainda que, independentemente das soluções que cada um considere mais adequadas, existe um vastíssimo consenso quanto à necessidade e urgência de regulação legal dos direitos de autor dos jornalistas.

«O Comunista» no site do PCP

O site do PCP na Web integra, desde o passado dia 6 de Março, uma «página» especial sobre o 80.º aniversário do PCP.

Para além de elementos sobre a fundação do PCP em 1921, do Programa do PCP e da Resolução Política aprovada no XVI Congresso, de um breve historial dos Congressos do PCP e da reprodução on-line do cartaz, exposição e folheto editados, a página apresenta ainda como elementos de interesse:

- uma selecção de 80 cartazes do PCP;
- as primeiras páginas das edições do «Avante!» de 1974 e 1975;
- o registo áudio de «A Internacional» e do «Avante Camarada» e elementos sobre a sua próxima reedição em CD;
- e ainda, pela primeira vez em termos de larga divulgação, 15 primeiras páginas de «O Comunista», órgão do PCP publicado entre 1921 e 1926.

<http://www.pcp.pt/partido/anos/80anos/index.html>

Perdeu o País e perderam os portugueses



Mudar a política de transportes, foi a grande exigência da Tribuna pública que teve lugar terça-feira passada, na Praça do Comércio em Lisboa, com a participação de dirigentes e delegados sindicais, membros das comissões e subcomissões de trabalhadores.

A iniciativa foi promovida pelos sindicatos e comissões de trabalhadores dos transportes ferroviários, rodoviários e urbanos, aviação e aeroportos, fluviais, costeiros e marinha mercante, agências de viagens, transitários e pescas.

Os participantes na Tribuna pública exigiram a adopção de uma série de medidas nos transportes rodoviários e urbano, ferroviário, aéreo e fluvial.

Os trabalhadores defenderam a necessidade de um plano nacional de transportes que «defina o papel de cada sector, de modo a que estes se complementem entre si» e de «uma política estratégica para o transporte aéreo, que sal guarde os interesses do país».

Os trabalhadores denunciam a política que tem vindo a ser seguida como irresponsável e «uma autêntico roubo feito aos portugueses», já que «o custo do sistema de transportes, depois de desmembrado, aumentou e é pago com o dinheiro de quem trabalha».

Simultaneamente, a componente social tem-se degradado. Pelo que, concluem os sindicatos, «perdeu o País e perderam os portugueses».

